MODERNIZAÇÃO E MODERNIDADE: UMA LEITURA SOBRE A
ARQUITETURA MODERNA DE CAMPINA GRANDE
(1940-1970)

ADRIANA LEAL DE ALMEIDA FREIRE

ADRIANA L. DE ALMEIDA FREIRE

MODERNIZAÇÃO E MODERNIDADE: UMA LEITURA SOBRE A
ARQUITETURA MODERNA DE CAMPINA GRANDE (1940-1970)

au
arquitetura e urbanismo
eesc usp

SÃO CARLOS
2010

SÃO CARLOS | 2010

ADRIANA LEAL DE ALMEIDA FREIRE

**MODERNIZAÇÃO E MODERNIDADE: UMA LEITURA SOBRE A
ARQUITETURA MODERNA DE CAMPINA GRANDE (1940-1970)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

Orientador: Prof. Tit. Carlos A. Ferreira Martins

Apoio: FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Versão corrigida – O original se encontra disponível na unidade que aloja o Programa.

São Carlos

2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

ARTE DA CAPA: Wagner Correr e Adriana Almeida

FIGURAS DA CAPA: Painel do bloco administrativo do Clube do Trabalhador – SESI (detalhe)

Autoria: Lula Cardoso Ayres, 1962

FOTO: Adriana Almeida

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP

F866m Freire, Adriana Leal de Almeida
Modernização e modernidade : uma leitura sobre a
arquitetura moderna de Campina Grande (1940-1970) /
Adriana Leal de Almeida Freire ; orientador Carlos A.
Ferreira Martins. -- São Carlos, 2010.

Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria
e História da Arquitetura e do Urbanismo) -- Escola de
Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo,
2010.

1. Arquitetura moderna - Brasil. 2. Modernização.
3. Difusão da arquitetura moderna. 4. Campina Grande.
I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato(a): Arquiteto e Urbanista ADRIANA LEAL DE ALMEIDA FREIRE.

Dissertação defendida e julgada em 13/12/2010 perante a Comissão Julgadora:

Prof. Titular **CARLOS ALBERTO FERREIRA MARTINS - (Orientador)**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP) aprovado

Prof.^a. Associada **CIBELE SALIBA RIZEK**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP) aprovada

Prof. Associado **JOSE TAVARES CORREIA DE LIRA**
(Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAU) aprovado

Prof. Titular **RENATO LUIZ SOBRAL ANELLI**
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo

Prof. Associado **PAULO CÉSAR LIMA SEGANTINE**
Presidente da Comissão da Pós-Graduação da EESC

DEDICATÓRIA

Uma pequena contribuição à cidade de Campina Grande.

AGRADECIMENTOS

A Carlos Martins, pelas orientações, confiança e discussões sempre estimulantes.

Aos professores Cibele Rizek e José Tavares Lira, pelas sugestões pertinentes e construtivas.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo imprescindível apoio à realização da pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa CAPES/DS (cota adicional), durante os meses iniciais da pesquisa.

A todos os docentes e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP, sempre prestativos e competentes.

Aos funcionários e responsáveis dos arquivos públicos e privados em que foram realizados levantamentos essenciais à pesquisa: Arquivo da Prefeitura Municipal de Campina Grande (APMCG), Museu Histórico de Campina Grande (MHCG), Secretaria de Planejamento de Campina Grande (SEPLAN), Arquivo do Diário da Borborema, Acervo de Elpídio de Almeida, dentre outros.

Ao Grupo ArqBras (EESC/USP) e ao Laboratório de Pesquisas Projeto e Memória (LPPM/UFPB), dos quais a pesquisadora é integrante.

Aos alunos e colegas da pós, que compartilharam momentos de trabalho e de descontração: Carolina Chaves Galvão, Marieli Lukiantchuki, Luciana Ceron, Rita Saramago, Denise Lezo e outros tantos que mereceriam ser citados.

Aos meus amigos de São Carlos, sem os quais essa jornada não seria tão prazerosa: Roberta Torres (Rô), Caliane Almeida (Ane), Fernanda Branco (Fer), Ricardo Boffa (Gringo). Em especial a Wagner Correr (Esperto), pela enorme ajuda na elaboração da capa.

A Pedro Mattia (Carpete), pelo carinho, dedicação e estímulo. Pela compreensão com que dividiu os bons e os difíceis momentos dessa trajetória.

A Nelci Tinem, pelo incentivo, conselhos e generosidade.

À minha família, que, mesmo distante, esteve sempre presente. Agradeço, sobretudo, ao seu apoio, incondicional.

São Carlos, Novembro de 2010.

RESUMO

FREIRE, Adriana Leal de Almeida. **Modernização e modernidade**: uma leitura sobre a arquitetura moderna de Campina Grande (1940-1970). 2010. 204p. Dissertação (mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

Investiga o processo de modernização em Campina Grande-PB, e a manifestação e difusão da arquitetura moderna brasileira na cidade, durante as décadas de 1940 a 1960. A partir de um processo de revisão historiográfica da modernidade arquitetônica no Brasil já firmado, mas que exclui algumas regiões do país, propõe confrontar os influxos externos com os condicionantes históricos, econômicos, tecnológicos e culturais específicos da cidade em estudo. Refletindo sobre os mecanismos e características de incorporação da linguagem moderna, objetiva ainda a identificação dos agentes envolvidos e a percepção das ações perante a população citadina, abrindo novas perspectivas de leitura e compreensão dos desdobramentos da produção nacional fora dos grandes centros do país. Pretende, por fim, fornecer subsídios para políticas de documentação e preservação, ressaltando a importância do repertório arquitetônico moderno.

Palavras-chave: arquitetura moderna brasileira. Modernização. Difusão da arquitetura moderna. Campina Grande.

ABSTRACT

FREIRE, Adriana Leal de Almeida. **Modernization and modernity**: a reading on modern architecture in Campina Grande (1940-1970). 2010. 204p. Dissertation (master's degree) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

This dissertation investigates the process of modernization in Campina Grande-PB, and the emergence and diffusion of Brazilian modern architecture in the city, during the decades between the 1940s and 1960s. From a historiographical review of architecture modernity in Brazil already firmed, but which excludes some regions of the country, it proposes confronting external influences with historical, economic, technological and cultural determining factors of the city studied. Reflecting on the incorporation of modern architecture mechanisms and characteristics, it aims to identify agents involved and the perception of the actions on the part of the city's habitants, disclosing new prospects of reading and understanding the developments of national architecture production outside the major centers of the country. Lastly, this work intends to provide subsidies for documentation and preservation strategies, emphasizing the importance of modern architecture.

Key-words: Brazilian modern architecture. Modernization. Diffusion of modern architecture. Campina Grande.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. O “LUGAR” DE CAMPINA GRANDE: ANTECEDENTES E MODERNIZAÇÃO	19
• Uma bibliografia sobre arquitetura e urbanismo em Campina Grande	21
• A condição geográfica e a implantação da ferrovia (1907)	26
• A configuração urbana entre 1864 e 1918	27
• O crescimento populacional e os primeiros sinais de modernização	33
• O clima político e econômico, anos 1930 e 1940	36
• As transformações urbanas das décadas de 1930 e 1940	42
• O clima político e econômico, pós-1945	56
• A configuração urbana nos anos 1950 e 1960 e sua função como capital regional	62
2. MANIFESTAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA EM CAMPINA GRANDE: ANOS 1950	75
• Conceito <i>versus</i> rótulo: moderno como valor	79
• A política de modernização no DCT: o ideário suplanta o rótulo	81
• O <i>Art Déco</i> em Campina Grande	83
• Da modernização à difusão da arquitetura moderna em Campina Grande: elementos de contexto	92
• A construção da Maternidade Municipal	95
• A Sociedade Médica de Campina Grande	100
• Augusto Reynaldo e sua produção arquitetônica em Campina Grande	103
3. ARQUITETURA MODERNA EM CAMPINA GRANDE PÓS-1957	129
• Os clubes recreativos e a vida em comunidade	132
• O papel do poder público	136
• O novo quadro de profissionais e a Escola Politécnica	141
• Hugo Marques e a verticalização de Campina Grande	151
• A produção de Geraldino Pereira Duda	169
• A influência de Brasília e a popularização da arquitetura moderna em Campina Grande	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
REFERÊNCIAS	193
ANEXO I – “Conclusões do Levantamento Sócio-econômico de Campina Grande” (publicado originalmente no <i>Diário da Borborema</i>, 25 de Agosto de 1960)	201

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a arquitetura moderna em Campina Grande-PB foi iniciado no trabalho final de graduação da autora, intitulado *“Arquitetura moderna residencial de Campina Grande: registros e especulações (1960-1969)”*. Nele foi realizada uma espécie de “catalogação” das residências construídas em Campina Grande durante os anos 1960, que constituiu o 2º volume do trabalho. Sua maior preocupação era com a situação de descaso e a urgência em se preservar um patrimônio que estava ameaçado, antes mesmo de ser reconhecido.

No mesmo período (2006/2007), foi iniciada a pesquisa de iniciação científica (PIBIC/PIVIC/CNPq) *“Registros de Arquitetura Moderna em João Pessoa: 1950 a 1970”*, que buscava, através das notícias do periódico oficial do estado *“A União”*, registros sobre arquitetura e urbanismo modernos na Paraíba, a partir do recorte cronológico adotado. Apesar do foco da pesquisa ter sido a capital, João Pessoa, outras cidades do estado receberam atenção durante a leitura dos jornais, em especial Campina Grande, que aparecia com destaque nas notícias do periódico, tendo em vista sua importância no cenário regional da época.

Essas duas pesquisas, voltadas, sobretudo, para a necessidade de “catalogação” de uma arquitetura até então “desconhecida” e, cujo repertório estava comprometido pelo processo de substituição das construções tanto na capital do estado, João Pessoa, como em Campina Grande, levaram a uma série de questionamentos e a uma renovação do interesse pelo tema, que terminaram por indicar a necessidade de seu aprofundamento no âmbito da pós-graduação.

Algumas constatações foram fundamentais para a elaboração do projeto de pesquisa que deu origem a esta dissertação. Entre elas estava a situação peculiar de Campina Grande, que tanto rivalizava política e economicamente com João Pessoa, atingindo uma condição de “capital regional” do Nordeste, como também apresentava um ambiente arquitetônico com características distintas daquele da capital – os profissionais atuantes na cidade não eram os mesmos atuantes em João Pessoa, a iniciativa privada tinha uma participação mais expressiva na dinâmica geral da cidade. Esses, dentre outros fatores, pareciam levar a arquitetura de Campina Grande por rumos diversos dos da capital.

Portanto, para entender como se manifestou a “arquitetura moderna” em Campina Grande, parecia ser necessário um distanciamento das constatações sobre o quadro existente na capital, e

uma maior apreciação do contexto específico da cidade estudada e de suas relações mais próximas com a cidade do Recife – aspectos que aparecem destacados nesta dissertação. Nessa direção, algumas perguntas surgiram desde a elaboração inicial do projeto: De que modo se deu o processo de “modernização” em Campina Grande? Como poderíamos compreender a forma como a arquitetura moderna se manifestou na cidade, levando em consideração seus condicionantes históricos, econômicos e culturais específicos? Outras questões apareceram no decorrer do trabalho, como é o caso da inserção da arquitetura de Campina Grande no tema da difusão da arquitetura moderna brasileira.

Ao longo dos dois anos e oito meses dedicados ao projeto, algumas etapas demandaram maior esforço, entre as quais destacamos: os levantamentos documentais nos arquivos públicos e privados de Campina Grande – Arquivo da Prefeitura Municipal de Campina Grande (APMCG), Museu Histórico de Campina Grande (MHCG), Secretaria de Planejamento de Campina Grande (SEPLAN), Arquivo do Diário da Borborema (periódico local) e Acervo de Elpídio de Almeida –, para a investigação de projetos arquitetônicos, mapas, notícias vinculadas a temáticas específicas e lacunares, dentre outras informações relevantes para o estudo das especificidades locais; a revisão bibliográfica sobre o “lugar” de Campina Grande no processo de modernização regional (do qual procuramos omitir possíveis apegos à cidade natal, que pudessem prejudicar uma reflexão crítica sobre o objeto de estudo); e, por fim, também fundamentais, foram as disciplinas cursadas no programa de pós-graduação e as revisões bibliográficas realizadas acerca da arquitetura moderna brasileira e, ainda que mais distante, sobre a temática da sua “difusão”.

Das últimas, extraímos algumas reflexões essenciais para a estrutura do trabalho, apesar de constituírem uma espécie de “texto oculto” desta dissertação. Primeiramente, elaboramos um referencial teórico sobre determinados conceitos, tais como “modernidade”¹ e “modernização”, na intenção de encontrar uma forma apropriada para tratar do “moderno” na cidade de Campina Grande, a qual não podia ser considerada uma grande cidade, nem tampouco uma “aldeia”, utilizando a expressão de Georg Simmel². Por entender o moderno na cidade e através da interação das formas sociais dentro deste ambiente é que, num primeiro momento, Simmel abriu caminhos para a percepção do significado de uma “cultura moderna”.

¹ O conceito de modernidade tende a ser relacionado com o ideário de mundo que se consolida, principalmente, com a Revolução Industrial e está intimamente relacionado ao desenvolvimento do capitalismo e à cultura do Ocidente. A generalização ou a convergência do termo para um âmbito universal termina por criar desacordos quanto à própria utilização do conceito em situações específicas, que destoam dos princípios gerais de uma visão de mundo moderno, como no caso de Campina Grande.

² Georg Simmel nasceu na Berlim de 1858 e faleceu em 1918, na cidade de Estrasburgo. Segundo Waizbort (2000, p.11), Simmel é hoje considerado, ao lado de Max Weber e Ferdinand Tönnies, um dos “pais” da sociologia alemã, mas não pode ser “classificado sem mais como “sociólogo”, sob pena de se perderem várias outras dimensões que são essenciais ao seu pensamento”.

Para Simmel, o “moderno” é a dissolução de tudo o que é visto e considerado como substância em relações. Por isso, moderno é movimento: há uma transformação da fixidez, da estabilidade e da invariância para o movimento, variação e labilidade, atributos do moderno. Para ele, a vida moderna é a vida do dinheiro e a vida na cidade, reflexo da produção urbana ligada à economia monetária, à velocidade, à racionalização, à divisão do trabalho e à indústria; há, por conseguinte, uma autonomização dos processos de modernização em relação à própria modernidade (WAIZBORT, 2000, p.111, 143 e 163).

Foi também a partir das leituras de Simmel, que passamos a considerar a existência de temporalidades múltiplas e a idéia de uma modernidade multifacetada, isto é, de uma modernidade que é multi-temporal e heterogênea, e que se expressa também nas temporalidades diversas dos processos de modernização.³ Essas constatações proporcionaram um afastamento da narrativa dominante sobre a historiografia da arquitetura moderna brasileira, para uma investigação mais geral sobre o processo (ou os processos) de modernização em Campina Grande, permitindo, então, tratar das relações entre esses processos e a manifestação da arquitetura moderna na cidade.

O vínculo entre “modernidade” e “modernização” tornou-se mais claro para o estudo quando passamos a relacionar os conceitos de Simmel com a reflexão de Adrián Gorelik sobre a cidade latino-americana. Assim como para Simmel o moderno é o espaço da grande cidade, para Gorelik (1999, p.55), debater o moderno na América Latina é debater a cidade, um produto criado como uma máquina para inventar a modernidade, entendê-la e reproduzi-la. Gorelik (1999, p.56) afirma que, na América, a *modernidade* foi um caminho para chegar à *modernização*, não sua consequência; a modernidade se impôs como parte de uma política deliberada para conduzir à modernização e, nessa política, a cidade foi o instrumento privilegiado.

Assim, tendo em mente os processos de “modernização urbana” que ocorreram no Brasil, especialmente o de cidade como objeto de reforma da virada do século XIX para o século XX, o do Estado Novo de Vargas, e o momento desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, culminando em Brasília, procuramos inicialmente analisar as congruências e incongruências com esses momentos na cidade de Campina Grande. Buscou-se, desse modo, identificar as especificidades locais inerentes ao processo de modernização, durante as seis primeiras décadas do século XX. Essas reflexões e a necessidade de melhor apresentar o contexto de Campina Grande ao leitor, fizeram com que

³ Outros autores foram considerados na elaboração desse referencial teórico, incluindo algumas aproximações à modernidade na América Latina e Brasil: HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990; BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1986; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995; TAVOLARO, Sergio B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, nº 59, out./2005, p.5-22; GORELIK, Adrián. O moderno em debate: cidade, modernidade e modernização. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). **Narrativas da modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, pp.55-80; MARTINS, Carlos A. F. A identidade nacional e Estado no projeto modernista: modernidade, estado e tradição. **Óculum**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, n. 2, setembro/1992.

elaborássemos um primeiro capítulo que fala justamente sobre esse “lugar” de Campina Grande: como a cidade foi crescendo e se desenvolvendo nesse período, até atingir a configuração urbana dos anos 1950 e 1960, essencial para entender as condições em que se encontrava a cidade quando do aparecimento das primeiras obras ditas “modernas”.

Por outro lado, a identificação dessas primeiras obras modernas no contexto citadino, permitiu constatar a diversidade de linguagens arquitetônicas ou as diferentes imagéticas⁴ que se afirmavam como expressão do moderno na cidade, principalmente entre os anos 1940 e 1950 – o *art déco* e a arquitetura moderna estavam presentes lado a lado na caracterização do ambiente urbano modernizante. Expressiva desse embate foi a construção, no mesmo ano, de duas obras públicas, cujos projetos foram remetidos por órgãos do governo federal, com linguagens distintas: o edifício dos Correios e Telégrafos e a Maternidade Municipal.

A partir dessa constatação, buscamos estruturar um segundo capítulo que pudesse abranger não apenas as obras pioneiras de arquitetura moderna em Campina Grande, mas também discutir algumas questões importantes para os desdobramentos da pesquisa: a dificuldade em estabelecer rótulos para a classificação das diversas linguagens arquitetônicas e a simultaneidade do *art déco* e da produção moderna na cidade durante a década de 1950.

Restava ainda um desafio – ou melhor, um problema –, que acompanhou a fase final da pesquisa: a necessidade de inserir o trabalho na temática da difusão da arquitetura moderna brasileira. Dado o esforço de compreender as especificidades do caso de Campina Grande ao longo dos anos 1940 e 1950, evidenciou-se insuficiente tratar o tema da “difusão” apenas do ponto de vista temporal e geográfico que permeia boa parte dos trabalhos sobre o assunto. Isto é, tornou-se necessário questionar a naturalidade das leituras de um processo de difusão que se daria após a repercussão da arquitetura brasileira em âmbito internacional, a partir do seu reconhecimento nacional, da migração de profissionais das grandes metrópoles para outros âmbitos do território nacional, da criação de novas escolas de arquitetura, etc. Esses fatores não pareciam suficientes para explicar a complexidade do processo cultural de difusão e social da apropriação dos valores da arquitetura moderna para além do âmbito erudito.

Além disso, boa parte dos trabalhos que tratam da difusão, ou que inserem a temática em suas pesquisas, investiga essencialmente a arquitetura de autor (produzida por arquitetos diplomados), e com interesse maior em incluir a produção ou profissionais de suas regiões na narrativa da arquitetura moderna brasileira, antes de refletir acerca de um processo social e cultural mais amplo.

⁴ Entendemos o termo “imagética” como construção da imagem, ou conjunto das imagens (símbolos, metáforas, etc.) de uma composição. De acordo com o dicionário Houaiss (2009), “imagético” é adjetivo daquilo que se exprime por imagens.

Outros trabalhos, por outro lado, têm apontado para uma quantidade incontável de residências construídas ao longo dos anos 1950 e 1960, em bairros de expansão, que incorporaram uma série de características construtivas (ou apenas formais) associadas à arquitetura moderna brasileira: pilares em forma de “V”, coberturas em tesoura invertida, ou laje inclinada, utilização de rampas em curva etc.; constatação observada também para o caso de Campina Grande, como veremos no último capítulo.

Retomaremos a problemática da difusão ao final do trabalho, apontando, a partir do caso de Campina Grande, algumas considerações sobre as características e a complexidade desse processo. Os problemas e dificuldades aqui mencionados, ainda que preliminares e assistemáticos, sugerem que ainda não se ofereceu uma resposta adequada e abrangente ao tema da difusão da arquitetura moderna no Brasil. E, por essa razão, tratar do assunto em Campina Grande revelou-se um desafio de maior complexidade e dificuldade do que o previsto no projeto inicial. Ao tentar estabelecer os critérios com os quais iríamos lidar com a difusão da arquitetura moderna brasileira na cidade, partimos de alguns questionamentos básicos. Teria sido a difusão da arquitetura moderna brasileira em Campina Grande reflexo do reconhecimento internacional e da atuação de profissionais pernambucanos na cidade? Até que ponto a experiência limite de Brasília teve parte nesse processo? Qual era a dinâmica específica da cidade de Campina Grande durante os anos 1950 e 1960? Quais teriam sido os canais, atores e mecanismos pelos quais se deu essa difusão na cidade? Sem pretensão de responder a essas perguntas, ou de preencher a lacuna na narrativa da arquitetura brasileira sobre a difusão, este texto se oferece como mais uma contribuição ao estudo do tema.

Assim, a dissertação ficou estruturada em três capítulos. No capítulo 1, como já indicado, situamos o “lugar” de Campina Grande até os anos 1960; no capítulo 2, após uma reflexão sobre as temporalidades múltiplas das linguagens arquitetônicas, iniciamos a discussão sobre a arquitetura moderna em Campina Grande, tratando de algumas iniciativas de modernização da arquitetura por parte de projetos realizados por órgãos federais, além da inserção das primeiras obras *modernas* na cidade e a atuação pioneira de alguns profissionais principais; no capítulo 3, apresentamos um cenário que se modificou a partir dos anos 1957, com o aparecimento de clubes recreativos, o incremento da vida social e em comunidade dos campinenses, a mudança no quadro de profissionais, o início de um processo de verticalização, a influência de Brasília e o que chamamos, ainda que não de forma totalmente segura, de “popularização” da arquitetura moderna brasileira na cidade.

**O “LUGAR” DE CAMPINA GRANDE:
ANTECEDENTES E MODERNIZAÇÃO**

1

UMA BIBLIOGRAFIA SOBRE ARQUITETURA E URBANISMO EM CAMPINA GRANDE

Pouco se conhece sobre a arquitetura campinense construída até 1935. Entre 1930 e 1940, o *Art Déco* se sobressai como símbolo de um processo de “modernização”, substituindo as edificações ecléticas que, com raras exceções, permanecem na memória campinense apenas em registros fotográficos. A literatura que trata da história de Campina Grande tem privilegiado personagens e fatos políticos, além de exaltar a função da cidade como entreposto comercial, especialmente com a expansão proporcionada pela chegada do trem, em 1907.

Na esfera acadêmica, surgem alguns estudos sobre arquitetura e urbanismo da cidade, mas abrangendo, quase que somente, o período de 1935-1945, quando Campina Grande passou por diversas reformas que transformaram a sua paisagem urbana. Grosso modo, tem-se apontado que, no início da década de 1930, ocorreu um processo acelerado de modificação do espaço urbano campinense, através de reformas urbanas e arquitetônicas que deveriam “consolidar” a hegemonia econômica dos grandes comerciantes, compatível com o capitalismo em expansão no país, simbolizado, em Campina Grande, pelo *Art Déco* (TARGINO, 2003, p.102).

A vontade de dar novas feições à cidade, condizentes com o “progresso”, teria feito com que o prefeito Vergniaud Wanderley – em suas duas gestões, de 1936 a 1937 e de 1940 a 1945 – iniciasse o que diversos trabalhos têm chamado de “Revolução Urbana de Campina”, incentivando e ordenando a derrubada de todas as antigas construções da região central para a implantação de um plano urbanístico que desse novos ares à cidade. Mas o papel pessoal de Vergniaud Wanderley como o grande responsável pelas primeiras transformações do espaço campinense tem subjugado a visão acerca desse processo, não deixando transparecer uma série de outras relações e inter-relações que aconteciam em consonância com o panorama nacional.

Por esta razão, torna-se necessário uma maior reflexão acerca dos aspectos políticos e econômicos do período, de modo a fornecer subsídios teóricos para entender esse processo de “modernização” da cidade. Vejamos, primeiramente, como alguns estudos locais têm veiculado uma idéia de modernização ligada às transformações urbanas empreendidas pelo prefeito Wanderley, para posteriormente, analisar o panorama mais geral da cidade.

O primeiro estudo acadêmico encontrado sobre o tema data de 1988, um trabalho de conclusão de curso que traz desde o título uma forte expressão do discurso que vinha a ser corrente: “O espelho de Narciso: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935-1945)”.¹ Apesar de apresentar pouquíssimas referências sobre as fontes que utiliza e de basear boa

¹ A autora aponta o título como elemento norteador de “todas as idéias nela [na monografia] contidas”, tendo ligação com o mito de Narciso “que apaixonado pela própria imagem faz de todos os outros seres espelhos onde ela deve ser a qualquer custo reproduzida” (VÉRAS, 1988, p.3).

parte do texto em fontes orais, o estudo é citado pelos trabalhos posteriores e ressalta a figura de Vergniaud Wanderley, considerando-o um “administrador que pelos seus feitos (e desfeitos) ficou lembrado na história da cidade como o ditador-realizador do milagre arquitetônico que substituiu a imagem provinciana da cidade pela imagem de urbs moderna, de cidade progressista digna de ser o habitat da classe burguesa” (VÉRAS, 1988, p.2). Prova da intenção desse destaque é não tratar da gestão anterior à de Vergniaud, antes de 1936, nem da que intercala suas duas gestões, entre 1937 e 1940. Afastando-se do discurso sobre modernização e progresso pautado em um urbanismo “higienista”, as transformações urbanas estariam, para a autora, subordinadas a uma atuação política autoritária que interferia no cotidiano dos habitantes e transformaria “suas vidas baseando-se apenas na certeza narcisista de que detém o poder, o saber, a verdade” (VÉRAS, 1988, p.52).

Em 1999, um trabalho final de graduação sobre o período é elaborado, desta vez em um curso de arquitetura e urbanismo: *“De Rainha a Plebéia: inventário das transformações urbanas e arquitetônicas de Campina Grande entre 1935-1945”*, por Fabrício Barbosa. Dado o seu caráter de inventário, a preocupação em registrar as modificações ocorridas na cidade, tanto em mapas como através de fotografias de época, era o objetivo central do texto, que não se ocupou em entender os processos políticos ou sociais relacionados e deu continuidade ao discurso motivador de destaque da figura do prefeito Vergniaud.

Dois anos mais tarde temos um trabalho de maior fôlego, envolvendo uma pesquisa documental extensiva: *“Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945”*, do historiador Fabio Gutemberg Sousa. A questão central do seu texto é a reconstituição das múltiplas formas de se viver em Campina Grande no recorte cronológico por ele adotado e abarcando o processo de reforma urbana da área central da cidade. Sousa (2001, p.4-5) critica a “leitura foucaltiana” e a “visão simplista dos conflitos ocorridos na cidade” utilizada por Vêras (1988):

No geral, a obra de Michel Foucault inspirou um conjunto de historiadores, psicólogos e filósofos que apreenderam o advento da modernidade no Brasil a partir da constituição de estratégias disciplinares e de mecanismos de controle social dos comportamentos vistos como desviantes, anti-higiênicos e perigosos. (SOUSA, 2001, p.9)

Esse não é o objetivo de Sousa que tampouco acredita numa leitura benjaminiana para o caso de Campina Grande, como aponta fazer Stella Bresciani² ao se referir das grandes cidades brasileiras:

Um olhar benjaminiano sobre grandes cidades e capitais brasileiras em momentos de frenéticas mudanças dificilmente se adéqua à experiência de Campina Grande dos anos 1920-1945, onde percebe-se (sic) no meio do crescimento populacional e das reformas por que passa, formas peculiares de acomodação entre valores e

² Sousa (2001, p.10, nota 26) aponta que Stella Bresciani parece ter sido a pioneira da recepção de Walter Benjamin no Brasil, em relação ao campo da história da cidade: BRESCIANI, Stella. **Paris e Londres no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 4ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

símbolos modernos e práticas culturais anteriores, o que lhe dá uma dimensão diferente das que ocorriam em cidades com vertiginoso crescimento, como Londres, Paris, Rio de Janeiro e São Paulo. (SOUSA, 2001, p.11)

Sousa busca, pois, um distanciamento das grandes metrópoles européias e do sudeste brasileiro, tentando aproximar o seu discurso ao Recife dos anos 1920³. Mas ainda que ele tente estabelecer novas bases para o entendimento da modernidade de Campina Grande, seria necessário um esforço para levar em consideração as diferenças entre a cidade e Recife, principalmente pelo fato de Recife ter, entre 1920 e 1930, mais que o triplo da população campinense⁴. Além disso, parece que Sousa procura amparar sua idéia nas tensões que Gilberto Freyre assinala entre transformações modernizantes e uma intelectualidade voltada para uma defesa da tradição, muito embora seu texto trate de uma parcela da população que não são as elites e os intelectuais, como percebemos na sua interpretação de processos criminais do período por ele estudados.

Apesar de identificar os lugares e territórios de Campina Grande situando-os nas transformações urbanas ocorridas, os significados e implicações dessas mudanças num contexto social mais específico são a pedra de toque do seu trabalho. No entendimento sobre as implicações da “reforma urbana” no cotidiano citadino e na investigação dos processos criminais percebe uma dimensão mais ampla e completa à empreitada que não foi apenas obra de Vergniaud Wanderley (SOUSA, 2001, p.305).

Em 2007, Severino Cabral Filho defende a sua tese de doutorado “*A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)*”. Argumentando que as imagens fotográficas buscavam avaliar o ideário de progresso e desenvolvimento difundido pela elite intelectualizada local por meio principalmente dos jornais, mostra que esses discursos dotavam a cidade de dimensões européias:

(...) os discursos jornalísticos elaborados em torno da idéia de progresso, civilização e desenvolvimento estão intimamente vinculados a critérios elitistas, que viam na pobreza, quando não o exótico, algo que deveria ser retirado das ruas para que o cenário urbano não fosse contaminado pela presença nada estética dos pobres. (CABRAL FILHO, 2007, p.4)

Citando Tavolaro (2005) sobre uma “concepção multifacetada de modernidade”, procura entender a “cadência diferenciada, mais lenta” das experiências de modernidade e modernização campinenses:

Concordamos com Tavolaro na medida em que reconhecemos a necessidade de se averiguar o que pode ser visto como contingente, o “miúdo” e o particular que marcam a experiência modernizante para a qual estamos nos voltando neste trabalho. Todavia, não há como negar a forte influência, o “deslocamento para todo o mundo ocidental” (...). Aqueles que pensaram a modernização em Campina

³ Aponta como uma referência o texto: REZENDE, Antônio Paulo de M. **(Des)Encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. São Paulo: USP, 1992. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.

⁴ De acordo com a tabela 01, em 1920, Campina Grande tinha 70.806 habitantes, enquanto Recife tinha 238.843.

Grande não poderiam deixar de buscar inspiração nos modelos arquétipos das matrizes européias, americana e nas demais experiências realizadas ou que estavam se realizando no Brasil. (CABRAL FILHO, 2007, p.32)

Ainda de acordo com Cabral Filho (2007, p.41), dois historiadores são fundamentais para se pensar o processo de modernização em Campina Grande nas primeiras décadas do século XX: Gervásio Batista Aranha e Antônio Paulo Rezende⁵. Aranha atenta para as limitações físicas e populacionais verificadas nas cidades do Norte nesse período para apontar a impossibilidade de se pensar essa experiência urbana com a idéia de vida moderna característica das grandes cidades.⁶

Para pensar essa experiência da modernidade campinense, Cabral Filho sugere que se analisem alguns impactos provocados por determinadas conquistas materiais que passaram a representar símbolos do moderno no imaginário urbano campinense. Isto é, esses símbolos passaram a conviver com a força da tradição e as dificuldades sociais e econômicas e, nesse sentido, existia um duplo viés entre tradição e mudança, que exemplifica com a seguinte imagem, em que automóveis (a mudança) e animais (a “tradição”) coexistem nesse espaço:

FIGURA 01: Rua Maciel Pinheiro com Praça Epitácio Pessoa antes das transformações urbanas iniciadas nos anos 1930. Fonte: Cabral Filho, 2007 (Acervo Dr. Severino Bezerra de Carvalho).

⁵ Na bibliografia apresentamos as referências dos textos desses autores.

⁶ Acreditamos que seria importante pensar a experiência urbana de Campina Grande e a idéia de modernidade não apenas pelo quantitativo de sua população, mas também traçando um paralelo com as discussões que Georg Simmel promove sobre as diferenças entre as grandes cidades e os círculos menores. Investigando as descontinuidades do moderno, Simmel fala de “um processo que não está absolutamente submetido a uma lógica que subsuma sincronia e diacronia em uma temporalidade única e livre de tensões”, e reconhece que “há temporalidades diversas que não são contemporâneas. Se a cidade grande é moderna, a pequena aldeia, distante algumas dezenas de quilômetros, não o é necessariamente” (WAIZBORT, 2000, p.175 e 176). Para ele, há diferenças entre a grande cidade e a cidade pequena, destacando que na primeira “há uma oposição profunda frente à cidade pequena e à vida no campo, com o ritmo que corre mais uniformemente, mais lento e mais habitual de sua imagem sensível-espiritual de vida” (SIMMEL, 1903, p.193, *apud* WAIZBORT, 2000, p.317). Dessa maneira, na pequena cidade as relações baseadas nos sentimentos, hábitos e costumes são muito mais fortes e, talvez por isso, Simmel perceba que nos círculos menores a individualidade é mais restrita. Como veremos, a condição de Campina Grande será bastante diversa da “aldeia” de que fala Simmel. Mas concordamos com sua idéia de uma heterogeneidade temporal, para mostrar a existência de tempos diferentes entre si, porém coetâneos: “(...) Simmel diferencia o real não só em épocas históricas, mas também em domínios”, que “embora simultâneos, contemporâneos, possuem uma temporalidade própria, que não necessita, apesar da contemporaneidade, coincidir. “(...) em um mesmo momento, diversos círculos ou diversos singulares experimentam o tempo de modo diverso – ou, dito de outro modo, (...) o tempo não é absolutamente uno” (WAIZBORT, 2000, p.210).

O último e mais recente estudo desenvolvido que se teve acesso foi a dissertação do arquiteto Marcus Vinicius Queiroz (2008), que trata das transformações da arquitetura e da cidade de Campina Grande, entre 1930 e 1950. Buscando entender a modernidade de Campina Grande e suas formas, usos, edifícios e infra-estrutura no período, estuda os discursos e as práticas higienistas que ordenaram o cotidiano e os espaços da cidade. Ao final, examina as ações que “adaptaram a **arquitetura** e a antiga estrutura urbana campinense a novos padrões estéticos e de circulação viária” (QUEIROZ, 2008, p.12). Nesse aspecto, concorda com Aranha (1991) na idéia de um moderno que se definiu principalmente pela absorção de símbolos que traduziam essa modernidade.

É claro que, com o fortalecimento da economia campinense dentro do contexto regional e com o conseqüente crescimento desordenado do espaço citadino, surgiram os mais variados problemas de ordem urbana (habitação, circulação viária, salubridade e outros (...)) que passaram a reclamar uma infra-estrutura mais condizente com a nova realidade do município. Porém, além de todas essas demandas reais, existia algo mais importante, um conceito que alimentou e permeou todas as reivindicações acerca da modernização da cidade e do país: o da civilidade. (QUEIROZ, 2008, p.37)

Para Queiroz (2008, p.15), o processo de reformulação urbana de Campina Grande estava “pautado nos ideais de higiene, circulação e embelezamento, alicerçado no mesmo lema positivo de PROGRESSO, MODERNIDADE e BELEZA que ainda hoje guia as intervenções sobre o município”. Seu trabalho parte de uma pesquisa documental extensiva que, à semelhança deste, tratou de realizar o levantamento dos projetos existentes no Arquivo Municipal da Prefeitura de Campina Grande do período a que se propôs estudar.

Percorrer a trajetória desses textos na busca de subsídios para entender o processo de modernização de Campina Grande, levou a uma série de questionamentos. Que a figura de Vergniaud Wanderley não foi a única responsável pelas transformações urbanas e arquitetônicas por que passou Campina Grande durante os anos 1930 e 1940, parece, desde já, evidente. Que a implantação da ferrovia, em 1907, foi fundamental para o progresso de Campina Grande, também parece ser um consenso entre esses trabalhos.

Entretanto, para entender o que seria o processo de “modernização” de Campina Grande, o significado das transformações urbanas e arquitetônicas dentro dessa temática e suas peculiaridades quanto ao entendimento da “modernidade”, ou da “modernização”, é preciso conhecer o “lugar” de Campina Grande, quais aspectos de seu contexto político, econômico e sócio-cultural poderiam fornecer subsídios adequados para tratar do “moderno” na cidade.

De fato, há um período – visivelmente nos anos 1950 e 1960 – em que Campina Grande passa a se destacar no cenário regional, chegando a ser chamada de “capital regional” ou “centro comercial do Nordeste”. É nesse momento em que a arquitetura moderna aparece como expressão do “moderno” na cidade. Todavia, não é somente a arquitetura moderna que irá definir essa

condição de Campina Grande. O próprio “*Art Déco*” tem sido objeto de pesquisas de historiadores e/ou arquitetos locais, como uma linguagem que também estava associada a um processo de modernização. É necessário, portanto, traçar um panorama geral da cidade e verificar quais antecedentes são fundamentais para compreender o processo de modernização campinense.

A CONDIÇÃO GEOGRÁFICA E A IMPLANTAÇÃO DA FERROVIA (1907)

A origem de Campina Grande está vinculada ao aldeamento de um grupo de índios *ariús* ou *ariás*, trazidos do arraial Piranhas pelo capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo. Antes de descer a Borborema, aldeou-os numa grande campina, nos limites orientais da região dos cariris, fundando o núcleo que deu origem a *Campina Grande* (ALMEIDA, 1962, p.35). Essa condição geográfica é quase sempre apontada como estratégica para o futuro desenvolvimento econômico da cidade:

Situada no alto da serra da Borborema, distando pouco mais de cem quilômetros da Capital do Estado e localizada num ponto central de todas as regiões geo-econômicas da Paraíba, Campina Grande nasceu com condições básicas essenciais para se tornar um pólo de desenvolvimento. (...) Cruzada de estradas em todas as direções passou a ser passagem obrigatória ou preferida para quem penetrava os sertões ou descia à capital... (SYLVESTRE, 1982, p.21)

Em 1769, foi criada a freguesia de *Nossa Senhora da Conceição* com sede no povoado de Campina Grande, acentuando o seu desenvolvimento, que até então vinha sendo lento e silencioso (CÂMARA, 1998, p.24). Tornada vila em 1790, sob o nome de *Vila Nova da Rainha*, permaneceu nessa condição por 74 anos, apresentando um crescimento lento. Em 11 de outubro de 1864 foi elevada à categoria de cidade (ALMEIDA, 1962, p.48).

Em uma região propícia à cultura do milho, mandioca e cereais, o aldeamento prosperou, passando a ser ponto de parada dos boiadeiros e tropeiros do interior, que buscavam na feira da Rua das Barrocas, cereais e outros produtos (SERVIÇO, 1964, p.9). A condição de “porta oriental do sertão”, de ponto de entroncamento de estradas sertanejas, permitiu que se constituísse em Campina Grande uma importante feira. Inicialmente como feira de gado, sua diversidade e amplitude, aliada à condição de centro de abastecimento da cidade, tornou-a ponto de reunião de produtores e consumidores de várias regiões vizinhas (IBGE, 1960, p.243).

Até então criticada pela carência nos empreendimentos, a partir de 1907 inicia-se um processo de renovação urbana, alavancada pelo advento da estrada de ferro – marco para o alcance da hegemonia comercial no interior do Estado – e pela chegada do automóvel, em 1918. Especialmente a estrada de ferro foi fundamental para a expansão da economia da cidade, uma vez que a atividade econômica principal (o algodão) foi intensificada através da ligação da cidade com o estado de Pernambuco por meio da ferrovia Campina Grande-Itabaiana, o que viria a transformá-la,

mais tarde, na “terceira praça de algodão do mundo”, segundo atesta o Anuário da Paraíba de 1936 (CÂMARA, 1991, p. 124). É a partir desse processo de renovação que se buscará contextualizar e caracterizar a cidade de Campina Grande.

A CONFIGURAÇÃO URBANA ENTRE 1864 E 1918

Queiroz (2008), em sua pesquisa de mestrado, realizou um levantamento dos mapas existentes no Museu Histórico de Campina Grande (MHCG) e na Secretaria de Planejamento (SEPLAN) da cidade, que ajudassem a entender as transformações urbanas que se sucederam na cidade durante as décadas de 1930 a 1950. Os mapas expostos em seu trabalho são desenhos que elaborou a partir das imagens dos mapas coletados. Faremos uso dessas fontes secundárias, dado o estado de conservação dos mapas que encontramos na SEPLAN. De toda forma, serão apresentadas, junto a esses desenhos, as fotografias dos mapas originais, de modo a dar suporte a algumas reflexões importantes para o entendimento do “lugar” de Campina Grande.⁷ Mas antes de discutir as mudanças na configuração urbana, política e econômica da cidade, isto é, o que chamamos de entendimento desse “lugar”, é relevante traçar algumas reflexões sobre as fontes dessas cartografias, situando o leitor sobre o material utilizado.

Recentemente, arquitetos e outros profissionais da Secretaria de Planejamento do município, realizaram uma exposição intitulada “*A História Cartográfica de Campina Grande*”, que tinha como objetivo discutir, a partir dos mapas da cidade que foram expostos, a produção das identidades do espaço urbano e suas mudanças ao longo do tempo. De acordo com a apresentação da exposição, durante a gestão do prefeito Enivaldo Ribeiro (1977-1983), os jornalistas locais William Tejo e Jaldete Soares, com assessoria de técnicos de áreas afins e museólogos provenientes de Recife, reconstituíram o traçado urbano da cidade a partir de representações do imaginário (através de pesquisas em arquivos públicos e particulares, fontes bibliográfica e iconográfica, além de depoimentos de pessoas que há muito residiam na cidade) e produziram os mapas relativos aos anos de 1790, 1864, 1907 e 1918. Os três primeiros corresponderiam, respectivamente, à instalação da Vila Nova da Rainha, à elevação à categoria de cidade e à chegada do trem⁸ (Informação informal).

Ainda segundo o texto de apresentação da exposição, no Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande encontra-se uma microfilmagem do mapa de autoria de Andreas Horatiy, que foi utilizado pelo Frei Giuseppe de Santa Tereza, em sua “*Istoria delle Guerre Del Regno Del Brasile*”,

⁷ A importância desses mapas para o nosso trabalho é, não somente, o de ilustrar a configuração da cidade ao longo da primeira metade do século XX – até chegarmos aos anos 1960, quando se encerra nosso recorte cronológico –, mas também para auxiliar na problematização de dados relevantes sobre a cidade, como por exemplo, o alto índice de crescimento que acompanha esse período.

⁸ Trabalho apresentado na Exposição “*A História Cartográfica de Campina Grande*”, por arquitetos da Secretaria de Planejamento de Campina Grande, em 2008.

publicada em Roma, em 1689, e no qual figurava o povoado de Campina Grande. É provável, portanto, que esses primeiros mapas de reconstituição tenham aproveitado essa microfilmagem de 1689. De toda forma, é preciso apontar o fato deles não se basearem em um documento de época e, conseqüentemente, não expressarem de maneira precisa a condição de Campina Grande naqueles períodos. Foi somente em 1943 que o Serviço Geográfico do Exército do Brasil realizou um levantamento planialtimétrico da cidade, configurando uma primeira carta em que o traçado das ruas aparece.

De acordo com o mapa de 1864, ano em que Campina Grande foi elevada à cidade, verifica-se a existência de três ruas (Rua do Meio, Rua do Seridó e Rua das Embocas), alguns largos (Largo da Matriz, Largo do Comércio Novo e Largo do Comércio Velho) e a localização de algumas construções mais significativas (a Igreja Matriz, a Igreja do Rosário e a localização do Cemitério das Boninas). No mapa de Queiroz (2008), encontram-se algumas indicações dos vetores de expansão, enquanto que no fragmento do mapa da SEPLAN aparecem as indicações de alguns pequenos lotes nas ruas mencionadas.

MAPA 01: Mapa de reconstituição de Campina Grande em 1864, núcleo inicial. Fonte: SEPLAN.

Com a chegada da estrada de ferro, em 1907, ainda um aglomerado relativamente pequeno, percebe-se o início de uma expansão radial, solicitada pelas vias de circulação local e regional. Novas ruas aparecem fazendo a ligação com estradas para o Cariri, o Seridó e Cabaceiras. Verifica-se o aparecimento de alguns becos e praças, além de novas construções, como o Paço Municipal, o Colégio, o Correio, e a Estação Ferroviária, em construção na época.

MAPA 03: Mapa de reconstituição de Campina Grande em 1907. Fonte: SEPLAN.

No mapa de 1918, Queiroz (2008) marca com cores diferentes as quadras ocupadas até 1907, as quadras ocupadas até 1918 e áreas que estavam em ocupação, sem quadras definidas, mas já marcadas por vias importantes.

MAPA 04: Mapa de reconstituição de Campina Grande em 1918. Fonte: SEPLAN.

MAPA 05: Campina Grande, 1907. Fonte: Queiroz, 2008.

CAMPINA GRANDE - 1918

0 50 100 250

LEGENDA

QUADRAS ATÉ 1907	1 IGREJA MATRIZ
QUADRAS 1907-1918	2 LARGO DA MATRIZ
ÁREAS EM OCUPAÇÃO	3 PAÇO MUNICIPAL
	4 LARGO DO COMÉRCIO VELHO
	5 RUA MACIEL PINHEIRO
	6 PRAÇA RUA GRANDE OU DO SERIDO
	7 PRAÇA EPIFÂNIO PESSOA
	8 RUA BARÃO DO ABIAÍ
	9 PRAÇA 7 DE SETEMBRO
	10 RUA MARQUÊS DO HERVAL
	11 RUA VENÂNCIO NEIVA
	12 LARGO DO ROSÁRIO
	13 IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
	14 RUA VISCONDE DE PELOTAS
	15 RUA 13 DE MAIO
	16 RUA DA CADEIA
	17 RUA DO MEIO OU DE BAXO
	18 RUA DA FLORESTA
	19 RUA DO ORIENTE (DAS BARROCAS)
	20 RUA IRINEU JOFFILY
	21 RUA DA REPÚBLICA
	22 RUA JOVINO DO O (DO COURO)
	23 RUA VIDAL DE NEGREIROS
	24 RUA JOÃO TAVARES
	25 ESTAÇÃO FERROVIÁRIA (GMR)

MAPA 06: Campina Grande, 1918. Fonte: Queiroz, 2008.

Fonte: Desenhado a partir de imagem exposta

Chama atenção o crescimento das áreas em expansão, grande parte para a região próxima ao Açude Velho e em direção à Estação Ferroviária, ao sul. A partir da implantação do ramal da “*Great Western of Brazil Company*”, depois Rede Ferroviária do Nordeste, acelera-se o movimento urbano na cidade. Durante esse período, teve um aumento de número de edifícios da ordem de 300%, revelando o crescimento da cidade, que se tornou, com a rodovia, o ponto de partida e centro de convergência do interior da Paraíba e estados vizinhos, propiciando um processo contínuo de desenvolvimento que visava o “progresso” em ritmo acelerado (CÂMARA, 1991, p.50 e p.82).

O CRESCIMENTO POPULACIONAL E OS PRIMEIROS SINAIS DE MODERNIZAÇÃO

A intensificação na ocupação da cidade revela-se, sobretudo, no crescimento populacional verificado no período entre 1907 e 1920, fruto do impulso econômico propiciado pela estrada de ferro, além da condição de entreposto comercial.

Crescimento populacional de Campina Grande em relação às principais cidades no contexto e índice de crescimento no período 1907-1920*

	1907	1910	1920	% entre 1907 e 1920
Campina Grande	17.041	17.558	70.806	315%
João Pessoa	40.763	43.652	52.990	30%
Recife	163.886	193.429	238.843	46%
Salvador	279.660	318.931	282.422	1%
São Paulo	291.720	346.410	579.033	98%
Rio de Janeiro	824.040	870.475	1.157.873	40%

TABELA 01: Crescimento populacional de Campina Grande em relação às principais cidades no contexto e índice de crescimento no período 1907-1920. Fonte: Estatísticas do Século XX (www.ibge.gov.br) e Recenseamento Geral de 1920 (vermelho). Fonte: IBGE, 1960. *Os valores incluem respectivas zonas rurais e distritos.

Apesar do índice percentual gritante, se comparado com as principais cidades em contexto, os números absolutos parecem mais aceitáveis – entre 1907 e 1920, temos um acréscimo em Campina Grande de cerca de 50.000 habitantes, enquanto que São Paulo passa a abarcar um excedente superior a 280.000 pessoas. Apesar dos dados referentes ao ano de 1920 terem sido retirados do recenseamento do Estado da Paraíba, diferentemente dos demais anos, que foram coletados do *site* do IBGE, eles situam um crescimento da cidade, que é bastante significativo, e que apresenta uma condição essencial para entender o contexto de modernização. Esse crescimento revela-se também no aparecimento de áreas de expansão no mapa de 1918 (mapa 06), e está relacionado com os primeiros indícios da necessidade de ordenamento do espaço urbano da cidade, apesar das medidas de controle mais rígidas só terem sido observadas a partir dos anos 1930.

Mais relevante para nosso estudo é observar os dados referentes às décadas posteriores. Veremos que a cidade continuou a crescer demograficamente, em ritmo acelerado, até a década de 1960, apresentando queda a partir de 1970. Entre os anos 1940 e 1960, ocupava posição de

destaque entre os municípios com mais de 50.000 habitantes do Brasil, sendo em 1950 o 13º município mais populoso do país. Esses dados são importantes para entender o panorama sócio-político e econômico da cidade no recorte cronológico adotado, além do contexto em que se inserem as transformações urbanas e arquitetônicas a partir dos anos 1930. Através dos dados da tabela 02, observa-se que Campina Grande perpassa o período entre 1930 e 1960 com uma população superior a da capital do Estado, João Pessoa.

Comparativo entre a população de Campina Grande e principais cidades no contexto (1930-1970)*

	1930	1940	1950	1960	1970
Campina Grande	99.681	126.443 (16º)	173.206 (13º)	207.445 (18º)	195.303 (36º)
João Pessoa	84.623	95.386 (26º)	119.326 (28º)	155.117 (26º)	221.546 (29º)
Recife	390.942	352.727 (3º)	524.682 (3º)	797.234 (3º)	1.060.701 (4º)
Salvador	335.309	294.253 (4º)	417.235 (4º)	655.735 (5º)	1.007.195 (5º)
São Paulo	887.810	1.318.539 (2º)	2.198.096 (2º)	3.825.351 (1º)	5.924.815 (1º)
Rio de Janeiro	1.505.595	1.764.141 (1º)	2.377.451 (1º)	3.307.163 (2º)	4.251.918 (2º)

TABELA 02: Comparativo entre a população de Campina Grande e principais cidades no contexto (1930-1970).

Fonte: Estatísticas do Século XX (www.ibge.gov.br) e Anuário Estatístico da Paraíba (em vermelho), 1933 (ARANHA, 1991). *Os valores incluem respectivas zonas rurais e distritos.

Outros fatores contribuíram, ainda, para a ocupação da cidade nos anos 1920. Além da iluminação pública, que foi inaugurada em 1920, outros melhoramentos técnicos foram implantados na cidade ao longo dessa década: o serviço de bondes acionados à gasolina (1926) para o transporte urbano de passageiros – que não durou muito –, a inauguração do Banco do Brasil, em 1923, e do Banco Auxiliar do Povo (primeira cooperativa de crédito da cidade), que começou a funcionar em 1928 (CABRAL FILHO, 2007, p.39).

FIGURA 02: Inauguração da Luz Elétrica na Rua Maciel Pinheiro, Campina Grande, 1920.

Fonte: Museu Histórico de Campina Grande (MHCG).

Em 1926, na gestão de Ernani Lauritzen (1924-1928), têm-se notícias da primeira rua calçada de Campina Grande: a Rua Maciel Pinheiro, junto à Praça Epitácio Pessoa (CÂMARA, 1947, p.137). Era na Rua Maciel Pinheiro que estavam as principais casas comerciais e as habitações da elite campinense. Também centralizava as diversões e os passeios nessa década e em boa parte dos anos de 1930, tendo sido aos poucos substituída pela Praça da Bandeira (SOUSA, 2001, p.76).

FIGURA 03: Detalhe da Rua Maciel Pinheiro, a partir da Praça Epitácio Pessoa, 1925.
Fonte: Queiroz, 2008 (Acervo pessoal Francisco Sales Trajano Filho).

De acordo com Sousa (2001, p.177), era uma época em que Campina Grande aparecia, no discurso e na propaganda das elites, como uma cidade em franca expansão, mas ao mesmo tempo cheia de mazelas, o que concorda com o rápido e desordenado crescimento referido anteriormente.

Essa condição foi fundamental para as transformações urbanas e arquitetônicas empreendidas a partir dos anos 1930. Pode-se relacionar, portanto, as seguintes premissas para o processo de modernização e de renovação urbana de Campina Grande: uma condição estratégica de entreposto comercial, que permitiu a criação de uma feira diversificada; a implantação da ferrovia, que promoveu a intensificação do comércio, em especial do algodão; e um crescimento populacional significativo, que já apontava para a necessidade de ordenamento do espaço urbano citadino.

Mas qual a condição de Campina Grande no contexto nacional? Tendo em vista que a partir dos anos 1930 a Revolução e a implantação do Estado Vargas deram novos rumos à política e economia brasileira, como inserir Campina Grande nessa nova dinâmica?

O CLIMA POLÍTICO E ECONÔMICO, ANOS 1930 E 1940

Recuperemos, primeiramente, Campina Grande dentro do contexto nacional de fins do século XIX e início do século XX, ou seja, na passagem do Império para a República. Uma Primeira República que, de acordo com Fausto (2007, p. 261), foi inicialmente chamada de República liberal, mas que recebeu também as designações de República oligárquica, dos “coronéis” ou do “café-com-leite”. Mesmo com uma aparência de organização do país liberal, o poder era controlado por um grupo reduzido de políticos em cada Estado, e a autonomia estadual significava a expressão dos interesses de cada região. A denominação de República “café-com-leite” define metaforicamente a idéia de uma aliança entre São Paulo e Minas Gerais que comandou a política nacional nesse período.

No caso do ajuste com o objetivo de indicar o candidato a presidente da República, São Paulo e Minas só tiveram um breve problema quando Rodrigues Alves, novamente eleito em 1918, faleceu sem chegar a tomar posse. A saída consistiu na escolha do paraibano Eptácio Pessoa, uma combinação de figura internacional (na época, era chefe da delegação brasileira do Congresso de Paz de Versalhes) e chefe oligarca em seu Estado. Apesar de algumas tentativas de mostrar independência, Eptácio acabou se curvando aos dois grandes Estados. (FAUSTO, 2007, p.272)

A indicação de Eptácio Pessoa não foi um acaso. Desde sua formação pela Faculdade de Direito de Recife, em 1886, até 1919 ele galgava posições dentro do panorama nacional.⁹ Parecia plausível então que, terminada a Primeira Guerra Mundial em fins de 1918, uma figura representativa do Brasil no Congresso de Paz recebesse destaque internacional. Terminado seu mandato em 1922, tornou-se novamente senador da Paraíba em 1924, cargo que ocupou até 1930. Em meados de 1929, Eptácio apoiava a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas à presidência da República na chapa da Aliança Liberal, que tinha como vice o seu sobrinho, João Pessoa¹⁰.

Mesmo com figuras de destaque no panorama político, a influência da Paraíba, e até do Nordeste, na política nacional era pouco significativa. Com relação ao Nordeste, “por algum tempo, entre 1896 e 1911, Pernambuco exerceu um papel de liderança”, mas havia a dificuldade de coalizão de Estados dessa região, entre outras razões, “pelos escassos recursos obtidos pelo imposto de exportação em cada Estado”, promovendo uma competição pelos favores do governo federal; “envolviam-se também em intermináveis disputas acerca do direito de cobrar impostos interestaduais sobre mercadorias que circulavam de um Estado para outro” (FAUSTO, 2007, p.270). A

⁹ Segundo o CPDOC/FGV, Eptácio Pessoa participou também da elaboração da Constituição de 1891 como deputado eleito por seu estado natal. Em 1894, já no governo de Floriano Peixoto, teve a sua reeleição à Câmara impugnada devido à sua oposição ao governo federal. Em 1898, assumiu o Ministério da Justiça do governo Campos Sales, permanecendo no cargo até 1901. No ano seguinte, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), posto que exerceu até 1912, quando se aposentou por conselho médico. Mesmo assim, ainda nesse ano, elegeu-se senador pela Paraíba. No Senado teve atuação destacada, ao mesmo tempo em que consolidava a sua liderança sobre a política paraibana.

¹⁰ Após a morte de João Pessoa (1930), em sua homenagem, a capital do estado, que tinha o nome de *Cidade da Parahyba*, passou a ser chamada de João Pessoa.

Paraíba apresentava uma dependência comercial e financeira de Recife bastante marcada, já que esta última canalizava a maior parte das transações.

A participação do estado na política nacional passou a ser mais efetiva no final dos anos 1920, tendo alcançado destaque nos eventos relacionados à Revolução de 1930. Não por acaso, foi a partir desses acontecimentos que os processos de modernização na Paraíba passaram a ser intensificados.

Nesse primeiro momento, além do fato de se estabelecer como cidade, modificações importantes figuraram no espaço urbano campinense, com episódios marcantes que deram início ao processo de modernização de Campina Grande (chegada do trem, do automóvel e inauguração da energia elétrica). Além da pouca participação do Nordeste como um todo no panorama político do país, há de se levar em consideração a dificuldade do poder central atingir áreas interioranas, já que o Estado estava sempre mediado pela figura de um chefe local, o que, paulatinamente foi sendo modificado no âmbito dessa cidade.

Quando eleito governador da Paraíba em 1928, João Pessoa tentou realizar uma “administração modernizante, submetendo a seu comando os “coronéis” do interior”, preocupando-se principalmente em canalizar as transações comerciais pelos portos da capital e de Cabedelo para garantir o recebimento dos impostos devidos e diminuir essa dependência em relação a Recife. Mas essas iniciativas se chocavam com os interesses dos produtores do interior – sobretudo de algodão [e aqui incluímos Campina Grande] –, os quais negociavam por terra com Recife e escapavam à tributação (FAUSTO, 2007, p.323). A condição de Campina Grande como entreposto comercial ou “empório do sertão”, reforçada pela ligação ferroviária Campina Grande-Itabaiana, fez com que a cidade se tornasse um posto avançado de Recife às portas do sertão (SERVIÇO, 1964, p.13). A partir daí, Campina Grande atraiu o sentido da exportação do algodão e passou a rivalizar diretamente com a capital, João Pessoa. Em outras palavras, a safra de algodão, que antes era escoada para outros mercados, passou a ser transportada, em quase sua totalidade, em caminhões para Campina Grande (ALMEIDA, 1980, p.629).

Como verifica José Américo de Almeida (1980, p.359), em seu livro *“A Paraíba e seus problemas”*, cuja primeira edição data de 1923, Campina Grande, desfrutando da situação de ponto terminal da linha ferroviária, experimentava o influxo direto de Pernambuco. Ela teria se tornado “uma cidade social e comercialmente pernambucana, como praça do Recife com a maior parte de nossa zona pastoril e algodoeira”, ou em outras palavras: “uma cidade pernambucana, sem pontos de contato com a capital do Estado” (ALMEIDA, 1980, p.350 e 540).

Percebe-se que na Paraíba, desde 1928, o clima político tornou-se mais agitado. O assassinato de João Pessoa e a Revolução, em 1930, provocaram forte repercussão na política

campinense. Conforme conta Gurjão (2000, p.54), em 1928 foi organizado o Partido Democrático em Campina Grande, sob a chefia de Argemiro de Figueiredo que, segundo a autora, se “auto-proclamava” avesso a quaisquer preconceitos de politiquice local. Argemiro era filho de Salvino Figueiredo, que na época era chefe do partido oposicionista. Em fins dos anos 1920 ocorreu o realinhamento das oligarquias campinenses em duas coligações: os *liberais* – que compunham a coligação dominante, dos epitacistas e pessoistas –; e os *perrepistas* – que faziam parte do partido conservador, abrangendo os heraclistas e dissidentes do epitacismo, isto é, a coligação da oposição, da qual Salvino fazia parte.

Quando o então governador João Pessoa pretendeu empreender a sua “administração modernizante” e canalizar as transações para o porto de Cabedelo e para a capital do Estado, ocorreram divergências de interesses dos produtores do interior, representados pela oposição. Mas acontece que a morte de João Pessoa provocou uma intensa ressonância na política nacional e no Estado, modificando esse quadro.

Segundo Fausto (2007, p.319), em 1929, após a presidência relativamente tranqüila de Washington Luís ocorreu uma forte cisão entre as elites dos grandes Estados (São Paulo, Minas e o Rio Grande). Os desentendimentos teriam começado quando o presidente paulista insistiu na candidatura de outro paulista à sua sucessão, o que entrava em choque com o acordo da política “café-com-leite” que estava em voga na Primeira República. A articulação de uma candidatura de oposição partiu do governador de Minas e, em meados desse mesmo ano, foi lançada a candidatura, pelo Rio Grande, de Getúlio Vargas à presidência, com João Pessoa para vice. Ficou formada a Aliança Liberal, e Getúlio ainda recebeu o apoio do Partido Democrático (PD) de São Paulo. Mesmo assim, foi Júlio Prestes quem venceu as eleições de 1930.

O fato inesperado, contudo, teria sido a morte de João Pessoa, que veio animar a conspiração revolucionária e ser explorada politicamente. A revolução estourou em outubro de 1930 e, um mês depois, Getúlio tomou posse na presidência, fato que marcou o fim da Primeira República. A partir de então, ocorreu uma troca da elite no poder, mas sem grandes rupturas, levando a cair os quadros oligárquicos tradicionais (FAUSTO, 2007, p.327).

Em Campina Grande, o Partido Democrático apoiou a Aliança Liberal, tendo Argemiro de Figueiredo à frente. O tradicional poder da oposição campinense ofereceu forte resistência, mas os acontecimentos acabaram por dar à cidade uma força política maior, já que passa a ter um representante no governo do Estado a partir de 1935: o interventor Argemiro de Figueiredo. É válido destacar que até a década de 1920, Campina Grande não tinha nenhum representante na Câmara, no Senado ou no governo do Estado e, sua participação na Assembléia Legislativa era pequena, com

apenas dois ou três deputados (GURJÃO, 2000, p.54-55). Argemiro havia sido eleito deputado estadual em 1929 e foi Secretário do Interior e Justiça do estado até 1934.

Antes de adentrar no governo de Argemiro, é preciso destacar outra figura de grande importância para a Paraíba e no contexto nacional do período. Trata-se de José Américo de Almeida, que havia sido designado chefe civil da Revolução de 1930 nos estados do Norte e Nordeste.¹¹ Logo após a revolução, José Américo tornou-se o interventor da Paraíba, mas ficou no cargo por menos de um mês¹², já que, com a posse de Getúlio Vargas, foi nomeado Ministro de Viação e Obras Públicas. Foi também designado por Vargas para compor a comissão encarregada de elaborar um anteprojeto da futura Constituição e, como ministro de Estado, participou, na condição de membro nato, dos trabalhos constituintes entre 1933 e 1934, articulando a permanência de Vargas no poder.

Em julho de 1934, José Américo exonerou-se do ministério e foi eleito senador da Paraíba. No ano seguinte renunciou ao mandato para ocupar, por indicação de Vargas, o posto de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Em 1937, seu nome foi lançado para concorrer à sucessão de Getúlio. Entretanto, mesmo tendo recebido o apoio de quase todos os governadores e de membros do governo federal, seu discurso esquerdizante e populista fez com que Vargas voltasse atrás no apoio e fechasse o Congresso, cancelando as eleições e dando início ao Estado Novo.¹³ Apesar do episódio, José Américo permaneceu no TCU até 1944, ano em que apoiou a eleição de Eduardo Gomes, adversário de Eurico Gaspar Dutra.

Voltemos para os anos 1930. Enquanto José Américo foi ministro, de 1930 até 1935, três interventores foram nomeados na Paraíba. Primeiramente, assumiu Antenor da França Navarro¹⁴, que veio a falecer em um acidente de avião em 1932. Em seu lugar assumiu Gratuliano da Costa Brito, até 1934. Entre dezembro de 1934 e janeiro de 1935, o interventor era José Marques da Silva Mariz, que foi substituído por Argemiro de Figueiredo, o qual permaneceu no governo até julho de 1940. Esta é uma figura interessante, não somente porque Campina Grande passou a ter um representante no governo do Estado, mas principalmente porque foi nesse período que a cidade vivenciou as transformações urbanas já referidas. Gurjão (2000, p.55) assinala que, a partir da década de 1930, com Argemiro, Campina Grande emergiu com expressividade, conseguindo interferir nas questões maiores do Estado e angariando uma importância política que se ampliou nas décadas seguintes.

¹¹ José Américo e Juarez Távora (chefe militar) foram incumbidos de dar posse a diversos interventores nos Estados vizinhos.

¹² Nesse curto período na interventoria estadual, o estudo realizado por José Américo em 1923, “A Paraíba e seus problemas”, é retomado pela comissão multidisciplinar que elaborou o relatório “Problemas e Necessidades da Paraíba”, organizada com o intuito de estudar a situação do Estado naquele momento e de propor medidas para o soerguimento da sua economia. Dentre os membros da comissão, estava Argemiro de Figueiredo (QUEIROZ, 2008, p.105).

¹³ Ver biografia de José Américo de Almeida no site do CPDOC/FGV: www.cpdoc.fgv.br.

¹⁴ No mesmo período foi nomeado secretário de finanças do estado o tenente Ernesto Geisel.

Durante o governo de Argemiro, como aponta Araújo (2000, p.79), foram adotadas medidas que beneficiaram os setores algodoeiros, tais como o decreto que criou o Serviço de Classificação do Algodão e a abertura de crédito para a compra de máquinas agrícolas e a distribuição de sementes selecionadas. Coincidindo com a administração de Argemiro, Fausto (2007, p.380) assinala que o período entre 1934 e 1940 caracterizou-se pela crescente participação da Alemanha no comércio do exterior do Brasil, tornando-se a principal compradora do algodão brasileiro e o segundo mercado para o café. Aliás, desde a crise do café, a produção do algodão passou a ter maior destaque na economia brasileira:

(...) o período que começa em 1929-1930 aparece como muito relevante. Naqueles anos, abriu-se a crise do café, cujo papel na agricultura de exportação começou a declinar. A produção do algodão cresceu, destinando-se tanto à exportação como à indústria têxtil nacional. Entre 1929 e 1940, a participação do Brasil na área plantada de algodão, em todo o mundo, aumentou de 2% para 8,7%. Nos anos 1925-1929, a participação do café no valor total das exportações brasileiras era de 71,7%, e a do algodão, de apenas 2,1%. No período 1935-1939, a participação do café caiu para 41,7% e a do algodão aumentou para 18,6%. (FAUSTO, 2007, p.392)

Ainda segundo Araújo (2000, p.79), Argemiro teria estruturado o sistema coronelístico, distribuindo os coronéis por zonas de influência: “a disciplina que mantinha era tão rígida, que uns não poderiam intervir nas zonas dos outros, o que configura a essência da estrutura de poder existente: modernizar para continuar a dominar”.

Com as medidas centralizadoras tomadas durante o governo provisório, todos os antigos governadores, exceto o de Minas Gerais, foram demitidos e, como visto, substituídos por interventores federais, os quais estavam regidos pelo Código dos Interventores, com normas de subordinação ao poder central (FAUSTO, 2007, p.333). Na Paraíba, Argemiro permaneceu no cargo mesmo após 1937, com o Estado Novo. Parece, portanto, que a afirmação de Araújo (2000, p.79) sobre o controle do governador diante dos coronéis é consistente, na medida em que Argemiro conseguiu acompanhar a trajetória do Executivo no poder. Além disso, a partir do decreto-lei de abril de 1939, os interventores passaram a ser controlados por um departamento administrativo, “uma espécie de substituto das Assembléias estaduais” em que “o orçamento e todos os decretos-leis dos interventores dependiam de sua aprovação para serem expedidos” (FAUSTO, 2007, p.366).

De acordo com Cabral Filho (2007, p.78), a administração de Argemiro significou uma “íntima sintonia com os valores ideológicos do Estado Novo, utilização do aparato estatal para a promoção de conciliações, confrontos, repressão e cooptação com o objetivo de recompor e redefinir o poder oligárquico na Paraíba pós 1930”.

Assim, entre a edificação de uma obra tecnicamente moderna e ações políticas conservadoras, com uma forte tonalidade repressiva, o interventor encarnou e revelou posturas administrativas e políticas ambíguas assim como as revelaram o Estado brasileiro a quem ele serviu naquela circunstância histórica. (CABRAL FILHO, 2007, p.78)

Refletindo sobre o Estado Novo, Fausto discorre sobre a força com que aparece a corrente autoritária no Brasil nos anos 1930. Nesse sentido, um subitem do capítulo em que trata do Estado Getulista (1930-1945), intitulado “*O Autoritarismo e a Modernização Conservadora*” explicita a relação existente entre poder autoritário e modernização¹⁵, ponto que considera uma marca da cultura política do país:

A corrente autoritária assumiu com toda consequência a perspectiva do que se denomina modernização conservadora, ou seja, o ponto de vista de que, em um país desarticulado como o Brasil, cabia ao Estado organizar a nação para promover dentro da ordem o desenvolvimento econômico e o bem-estar geral.

(...) A corrente autoritária não apostava no partido e sim no Estado; não acreditava na mobilização em grande escala da sociedade, mas na clarividência de alguns homens. (FAUSTO, 2007, p.357)

Tomando para si o controle de todas as medidas “modernizadoras”, o crescente interesse do Governo Vargas em promover a industrialização e modernização do país, a partir de 1937, refletiu-se em diversos campos: não apenas no sócio-econômico, mas também no educacional, desde 1930, com a criação do Ministério de Educação e Saúde; no fortalecimento das Forças Armadas; numa política trabalhista; no controle da opinião pública; e mesmo na reformulação da administração pública, transformando-a em um agente dessa modernização, cuja principal instituição responsável era o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão criado em 1938, ligado à presidência da República (FAUSTO, 2007, p.378).

É, portanto, à luz desse contexto nacional que pretendemos entender o processo de modernização de Campina Grande nos anos 1930 e 1940. Torna-se frágil e simplista encarar as transformações urbanas por que passou a cidade apenas como fruto da vontade de um único administrador e, ainda mais grave, chamá-lo de “ditador-realizador do milagre arquitetônico”, como o fez Vêras (1998, p.02). Pode-se, sim, falar em uma série de medidas e transformações que foram empreendidas dentro de uma conjuntura que era nacional, numa perspectiva de modernizar o país – consequentemente as cidades¹⁶ –, a partir de um poder autoritário e controlado pelas instâncias superiores. A propaganda que Vargas pretendia divulgar era a de um Estado Novo que “teria realizado os objetivos revolucionários, promovendo através da busca de novas raízes, da integração nacional, de uma ordem não-dilacerada pelas disputas partidárias a entrada do Brasil nos tempos modernos” (FAUSTO, 2007, p.376).

¹⁵ Também Adrián Gorelik (1999) aponta o papel do Estado como agente estrutural da modernização na América Latina. Ele parte do princípio de que o território americano foi o lugar onde o novo podia emergir puro, um vazio a ser preenchido; tarefa que ficaria a cargo do Estado (GORELIK, 1999, p.65-68).

¹⁶ A cidade era, para o Estado, a “picareta modernizadora”, utilizando a expressão de Gorelik (1999).

AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Discorreu-se até agora sobre o panorama político nacional para entender o contexto de Campina Grande. Parece necessário também compreender um pouco da evolução do urbanismo no Brasil nessa fase. Vejamos então, resumidamente, quais eram as questões urbanas que estavam sendo colocadas no país na Primeira República e no início do período Vargas.

Ribeiro e Cardoso (1996, p.58-59) apontam duas heranças no Brasil da Primeira República: um viés das concepções de caráter racista e outro ruralista, em que as elites olhavam “a população das cidades como “classes perigosas”, e a cidade como o *locus* da desordem social e política, e da improdutividade econômica”. A cidade não era vista em sua totalidade, sendo colocadas apenas algumas questões pontuais entre o final do século XIX e início do século XX, tais como o melhoramento das áreas centrais, modernização dos portos e realização de aterros para extensão da área urbana. Exemplos de intervenções localizadas nesse período são a Reforma Passos, no Rio de Janeiro, com a abertura da Avenida Rio Branco, e os projetos para o Anhangabaú (1911), em São Paulo.

As primeiras intervenções urbanas realizadas no país “visavam principalmente criar uma nova imagem da cidade, permitindo às elites dar materialidade aos símbolos de distinção relativos à sua nova condição”, e é por isso que o tema da modernização estará presente também no urbanismo, tornando-se o “princípio organizador” dessas intervenções (RIBEIRO; CARDOSO, 1996, p.59). Elas tinham como objetivo produzir uma nova imagem de cidade que não a de “desordem social e política”, isto é, uma imagem de cidade salubre e “civilizada”.

Ao longo dos anos 1920, surgem os debates sobre a necessidade da introdução do urbanismo no país, em especial na imprensa especializada. Alguns exemplares da mudança de concepção são percebidos, como o Plano de Avenidas e o Plano Agache, ambos de 1930. Questões viárias, estéticas, de fluidez e de legislação urbanística estavam presentes através da elaboração dos códigos de posturas e dos códigos de obras, que eram, em geral, copiados de uma cidade para outra.

A década de 1930 representa, portanto, um período de gestação de idéias e das práticas urbanísticas, com a construção de uma cultura e de um ideário em que novas questões de legislação são vislumbradas, muito mais para atender a questões de salubridade e embelezamento. Daí, boa parte dos primeiros planos preverem a abertura de novas vias, destruindo áreas consideradas insalubres e que necessitavam ser retiradas ou remodeladas (geralmente compostas por “cortiços”).

Para Ribeiro e Cardoso (1996, p.64), a reprodução do discurso higienista e urbanístico produzido nos países centrais desde o final do século XIX sofreu algumas transformações na finalidade de sua utilização no Brasil, com as idéias de nacionalidade e modernização sobrepondo

uma reflexão sobre o social, ou seja, o “padrão higiênico funcional” de “caráter modernizador e afirmador da nacionalidade emergente” guiou as primeiras intervenções nas cidades brasileiras, assim como a Campina Grande das décadas de 1930 e 1940.¹⁷

Sobre a configuração urbana de Campina Grande nesse período, Queiroz (2008, p.50) descreve que:

Seja por um tipo de ocupação do solo e de construção de cidade que vinha desde os séculos anteriores, seja pelo novo elemento da transformação das terras citadinas em mercadoria pela iniciativa privada (...), ao chegar à década de 1930, praticamente toda a zona urbana de Campina Grande estava fracionada em lotes característicos do sistema de produção das cidades coloniais, estreitos e compridos. Conseqüentemente, a maior parte das construções seguia esses mesmos padrões de implantação, sem afastamento em relação à rua e às edificações vizinhas.

Além disso, como a cidade apresentava um crescimento espontâneo, com “pouco ou nenhum controle da municipalidade sobre a produção do seu espaço”, esses espaços foram ocupados por diferentes usos e classes sociais distintas, situação que se agravou com o surgimento e multiplicação de novas atividades urbanas. Segundo Queiroz (2008, p.52-54), “os conflitos daí resultantes iam desde questões e julgamentos estéticos, morais e higiênicos até reclamações por causa dos ruídos emanados pelas fábricas e pelas novas atividades noturnas de lazer (como os prostíbulos)”.

Um exemplo desse tipo de reivindicação foi observado por Sousa sobre a feira de Campina Grande, que havia crescido consideravelmente entre 1920 e o final dos anos 1930:

Ruas centrais sujas, bêbados incômodos, algazarras, brigas, roubos, muita gente disputando com carros e caminhões espaços cada vez menores e estreitos e o odor daqueles movimentos começando a se fazer sentir nas narinas das elites e dos administradores municipais. Uma promiscuidade, vociferavam os letrados. Surgiu a idéia da construção de um mercado novo (muito em voga nas cidades brasileiras da época) e o prefeito Bento de Figueiredo decidiu dotar Campina Grande de um que estivesse à sua altura, iniciado em 1938. Antes mesmo de estar concluído, a feira foi transferida para suas imediações, em 1941, quando o prefeito da cidade já era Vergniaud Wanderley. (SOUSA, 2001, p.158-159)

Provavelmente uma das últimas imagens da feira de cereais no centro da cidade seja a da figura 04, que ilustra a Rua Maciel Pinheiro no início da década de 1940, com o edifício do Grande Hotel (inaugurado em abril de 1942) visto no canto superior direito. Mesmo tendo sido oficialmente deslocada para as imediações do Mercado Público (1941), a feira continuou na Maciel Pinheiro por algum tempo (CABRAL FILHO, 2007, p.119). A sua retirada da região central de Campina Grande e

¹⁷ Para um maior aprofundamento da evolução do urbanismo brasileiro, ver: LEME, Maria Cristina da Silva; FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (org.) **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel/FAU USP/FUPAM, 1999; VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999, p.169-243.

transferência para um mercado público é um bom exemplo desse propósito de higienização e civilidade.

FIGURA 04: Feira na Rua Maciel Pinheiro, década de 1940.

Fonte: Cabral Filho, 2007 (Acervo Severino Bezerra de Carvalho).

Segundo Queiroz (2008, p.91), entre fins de 1920 e começo dos 1930, “é visível um maior esforço das administrações municipal e estadual no sentido de organizar seus serviços sanitários, objetivando agir e exercer um maior controle sobre as condições de salubridade do município”. É nesse período que alguns órgãos são criados ou incrementados: Inspetoria Municipal de Higiene, Dispensário, Posto de Profilaxia Rural, Posto Médico, Centro de Saúde, Hospital de Isolamento.

Ademais, como nesse período alguns planos urbanísticos estavam sendo elaborados para as grandes cidades, o interventor Gratuliano de Brito e o secretário do Interior e Segurança Pública, Argemiro de Figueiredo, convidaram Nestor de Figueiredo para uma visita a Campina Grande em 1933. Essa visita foi acompanhada pelo *Jornal de Campina*, que veiculou a reportagem intitulada “*Campina Grande vai entrar no Plano de Urbanização das grandes cidades brasileiras*”. Tratava-se de uma extensão dos trabalhos que o urbanista vinha realizando em João Pessoa, Cabedelo e em Brejo das Freiras, a serviço da interventoria federal na Paraíba; infelizmente esses serviços não tiveram prosseguimento em Campina Grande (SOUSA, 2001, p.245-247).

Cinco anos mais tarde, o prefeito Bento Figueiredo decidiu dar continuidade ao levantamento com Nestor para elaboração do Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento de Campina Grande. De acordo com Queiroz (2008, p.101), essas preocupações com a salubridade pública, as legislações urbanísticas e a atuação das repartições municipais de obras e higiene “guiaram, em um primeiro momento, os esforços para o estabelecimento de novas dinâmicas para o

uso e a produção da cidade”. Em paralelo, o poder público tratava de melhorar a infra-estrutura, investindo na região central e nos “subúrbios mais abastados”.

Quanto aos projetos de edificações, Queiroz (2008, p.133-135) aponta que em 1933 o poder público passou a arbitrar com maior rigor também sobre os aspectos físicos das construções, buscando o controle das condições sanitárias. Nesse ano aparece o projeto arquitetônico segundo preceitos técnicos, elaborado não apenas por arquitetos, mas também por engenheiros e desenhistas. Os arquitetos e engenheiros estavam devidamente licenciados pela prefeitura e registrados nos conselhos regionais de regulamentação profissional. Ainda segundo o autor, o primeiro “escritório de arquitetura”¹⁸ foi instalado na cidade nesse mesmo ano, pelo arquiteto Isac Soares. Pesquisando nos projetos existentes no APMCG, Queiroz (2008, p.133, nota 149) afirma ter encontrado papel timbrado do arquiteto, que tinha seu escritório na Praça Epitácio Pessoa, trabalhava com “*Architectura, Construções Civis, Decorações e Desenhos*” e teve grande atuação na cidade nos anos 1930 e 1940, “praticamente sem concorrentes estabelecidos na cidade durante os anos 1930”.

É dentro desse contexto de controle do espaço urbano e de busca de uma “modernidade” que, em janeiro de 1935, o então prefeito da cidade, Antônio Pereira Diniz, lança o decreto nº 51, publicado no jornal *O Rebate*:¹⁹

DECRETO Nº 51

(...)

O Prefeito...

- considerando que Campina Grande apesar de ser uma cidade bastante adiantada, distancia-se, porém, das outras cidades importantes do país, pelo seu aspecto material, pois as construções e reconstruções em suas principais ruas são geralmente feitas de um só pavimento;

- considerando que o poder Público tem o dever de interessar-se pelo embelezamento da cidade, pois, é ele inquestionavelmente que impressiona os que nos visitam;

- considerando que para isso é preciso obrigar-se que as construções nessas ruas sejam de mais de um pavimento (...).

DECRETA

Art.1 – Nas ruas João Pessoa até Major Belmiro Barbosa Ribeiro, Marquês do Herval, Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales e Cardoso Vieira e nas Praças João Pessoa, do Rosário e Praça Epitácio Pessoa, as construções e reconstruções só serão permitidas de mais de um pavimento (...).

¹⁸ Seria necessário rever o termo “escritório de arquitetura”, já que durante os anos 1930 ainda não havia um mercado de arquitetura estabelecido. A separação das atividades de construção e projeto acontece nos anos 1950, com a institucionalização profissional. Daí o fato do arquiteto Isac Soares trabalhar também com construções, desenhos etc.

¹⁹ Sousa (2001) encontrou o decreto nº 51, em arquivo do cronista Cristino Pimentel, sem referências sobre a fonte, mas escreve que provavelmente tenha sido publicado em *O Rebate*. Ainda segundo Sousa (2001, p.281), essa iniciativa caiu nas graças do cronista, que passou a agir como um severo fiscal para que o decreto fosse respeitado e implementado pelos prefeitos que sucederam Antônio Diniz.

Quando Vergniaud Wanderley candidatou-se às eleições municipais em fins de 1935, o clima de urgência em transformar a cidade e proporcionar-lhe uma imagem progressista e “moderna” já estava praticamente formado. Não é, portanto, apenas por um ideal seu que promete mudar o aspecto da cidade antes de eleito: “O casario de Campina Grande, com exceção de alguns edifícios residenciais tipo bungalow²⁰, é acanhado e sem o menor gosto arquitetônico. É uma das minhas cogitações estimular a construção de prédios modernos que substituam os casebres inestéticos pelo menos na principal artéria da cidade [Maciel Pinheiro]” (A ELEIÇÃO [...], 1935 *apud* SOUSA, 2001, p.284).²¹

Eleito no ano seguinte, a Câmara Municipal aprovou um projeto que concedia ao prefeito Wanderley autorização para desapropriações na Rua Floriano Peixoto. De acordo com Queiroz (2008, p. 184-185), constava no documento²² que:

1º - Considerando que a Praça Floriano Peixoto, aliás, a principal da cidade, constitui um verdadeiro monstro ao embelezamento e alinhamento que os preceitos do Urbanismo impõe;

2º - Considerando que foram intimados pela Prefeitura todos os proprietários de prédios desalinhados, para os removerem para o alinhamento urbanisante (sic), sob pena de serem judicialmente desapropriados deles, dentro do prazo marcado;

3º - Considerando que alguns de tais proprietários se fazem costumazes, desrespeitando assim as posturas municipais, em vigor, e as determinações legais da Prefeitura Municipal;

A CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, PELA SEGUINTE RESOLUÇÃO, DECRETA:

Art. 1º - Os proprietários contumazes (sic), até presente data, á intimação do Prefeito para avançarem ao alinhamento legal, os prédios sitos à Floriano Peixoto, têm o prazo improrrogável de quatro meses para a fazerem sem multa (...).

O período inicial das reformas na Rua Grande (1935-1937), como era chamada a Rua Maciel Pinheiro, coincidiu com o surgimento do Cassino Eldorado na Mandchúria²³, uma forma de controle e retirada dos prostíbulos da região central. O saneamento e o embelezamento das ruas centrais, segundo Sousa (2001, p.225) demandou um tempo maior e foi marcado por conflitos.

²⁰ Naslavsky (1998, p.62) escreve que os bangalôs eram residências típicas do campo e arredores, e que assumiram vários significados e conotações de acordo com o país em que se desenvolveu: “Entre nós, ele se desenvolveu, provavelmente, devido à influência inglesa e, posteriormente, se popularizou devido à influência da arquitetura americana e às constantes revistas para cópias de projetos de origem americana”. King (1995, p.10) aponta que no período entre 1890-1914, seja na Inglaterra, na Austrália ou nos Estados Unidos, o *bungalow* tornou-se um modelo para o conceito moderno de casa de férias ou “mass vacation”. Mais a frente, o autor revela que se o *bungalow* moderno desenvolveu-se na Inglaterra, passou por um processo de maturação nos Estados Unidos, com as residências dos subúrbios norte-americanos.

²¹ A ELEIÇÃO municipal de Campina Grande. **A União**, nº 212, João Pessoa, 24 set. 1935, p.01.

²² Projeto de resolução de 13 de Março de 1936, disponível no Arquivo Público Municipal de Campina Grande.

²³ A palavra Mandchúria é sinônimo de zona de prostituição. Segundo Sousa (2001, p.208), os termos Mandchúria ou bairro chinês eram utilizados para designar a área que concentrava os prostíbulos e foram associados à invasão nipônica à região chinesa da Mandchúria e os suplícios a que foram submetidos os mandchus (habitantes dessa região da China).

A partir dessas modificações e regulamentações que iam sendo implantadas, aliadas às novas posturas do poder público e da própria população frente a esse processo de modernização, as construções também passaram a apresentar algumas transformações:

Das áreas de expansão até os espaços de ocupação mais antiga da cidade, grande parte das construções novas e reformadas incorporou recuos, jardins, terraços, varandas, janelas em todos os ambientes, pátios e poços de iluminação. Por consequência, as plantas ganharam arranjos mais recortados e os telhados tiveram que se adequar a desenhos mais complexos. Com as possibilidades abertas por todos esses elementos, a volumetria e o aspecto geral das fachadas passaram a ser mais explorados, com a utilização de telhados desencontrados, platibandas em níveis diferentes, beirais, marquises, jardineiras, gradis em aberturas, muros e portões. (QUEIROZ, 2008, p.138)

Essas mudanças foram mais perceptíveis nas residências mais abastadas, na medida em que a riqueza dessa nova camada da população campinense – reflexo da pujança econômica que a cidade foi alcançando, em especial com a importância do algodão na economia nacional – levava-a a requerer programas mais complexos para as suas habitações, assim como a criação de novos espaços, com funções distintas: salas de costura, de música, gabinete etc. (QUEIROZ, 2008, p.139). Não é nosso objetivo analisar profundamente a arquitetura dos anos 1930 e 1940, mas precisamente mostrar como os processos de modernização podem influenciar na conformação de uma nova linguagem arquitetônica ou, no sentido inverso, como uma linguagem arquitetônica pode representar esse processo, buscando simbolizar uma modernidade pretendida.²⁴

Iremos, portanto, ilustrar algumas das principais modificações desse período nas construções e espaços urbanos para entender a situação da cidade na segunda metade da década de 1940. Verificou-se, até aqui, uma necessidade de ordenamento do espaço, acompanhada de práticas de controle das construções, através de demolições, reconstruções ou alinhamento de ruas, saneamento, embelezamento, separação de funções e usos desse espaço etc. – práticas essas defendidas e amparadas por um discurso progressista de que a cidade estava em franca expansão e precisava modernizar-se para acompanhar esse crescimento.

FIGURA 05: Calçamento da Rua Venâncio Neiva, década de 1940.
Fonte: Cabral Filho, 2007 (A União, fev./1942).

²⁴ Queiroz (2008) descreve essas mudanças em alguns projetos do período.

FIGURA 06: Aspecto das transformações urbanas na Rua Marquês do Herval, 1942.

Fonte: Cabral Filho, 2007 (Acervo Severino Bezerra de Carvalho).

Durante a primeira administração de Bento Figueiredo (setembro a dezembro de 1935), além da tentativa de retomar o plano de Nestor de Figueiredo, identifica-se a demolição da antiga cadeia pública para ampliação da Praça Clementino Procópio, inaugurada em janeiro de 1936, já na gestão de Vergniaud (CABRAL FILHO, 2007, p.48).

FIGURA 07: Aspecto da Praça Clementino Procópio depois da ampliação, década de 1940.

Fonte: Cabral Filho, 2007 (Acervo Severino Bezerra de Carvalho).

Dois importantes edifícios foram construídos durante a gestão de Vergniaud Wanderley para simbolizar esse período de mudanças e de “modernização” da cidade: o Grande Hotel e o edifício da Prefeitura Municipal. Cabral Filho (2007, p.49) fala de uma “simbólica dessas novas construções”,

que definiam não apenas um novo momento da cidade, mas também as modificações que se operavam nas relações de poder, isto é, a chamada “modernização conservadora” do governo autoritário, prestes a adentrar no Estado Novo.

FIGURA 08: Grande Hotel, atual Prefeitura Municipal de Campina Grande.
Fonte: Arquivo de Antonio F. Bióca.

FIGURA 09: Prefeitura Municipal de Campina Grande, atual Biblioteca Municipal.
Fonte: Arquivo de Antonio F. Bióca.

Esses dois edifícios, com quatro ou mais pavimentos, eram considerados pelos jornais locais como “símiles de arranha-céus” (SOUZA, 2001, p.219, nota 101), já uma primeira impressão do tema da “verticalização” como representação da modernidade, que será retomado *a posteriori*. Poucas são as informações sobre a construção dos edifícios do Grande Hotel e da Prefeitura, mas, segundo informou o médico Severino Bezerra de Carvalho a Cabral Filho (2007, p.52, nota 99), ambos foram

projetados pelo arquiteto francês Georges Munier²⁵, e construídos pela empresa Construtora Figueira e Jucá.

Boa parte dessas novas edificações foi construída seguindo uma linguagem *Art Déco*, todavia parece existir, ainda, certa ambivalência a respeito da poética do edifício do Grande Hotel. Por exemplo, para Queiroz (2008, p.226), definir o Grande Hotel como *Art Déco* seria reduzir a análise a seus poucos ornamentos de fachada. E tanto este edifício, como o edifício dos Correios e Telégrafos (1950), teriam sido construídos para atender a programas modernos, complexos e em escalas novas, imbuídos de conceitos como funcionalidade, economia e eficiência:²⁶

(...) o Grande Hotel, com seu jogo de volumes, limpeza formal, exploração do concreto armado e integração espacial entre os cinco pavimentos através de um grande vazio circular central, aproximava-se mais de uma modernidade que tentava romper com o comum das construções da época. Vale lembrar que, tanto o Grande Hotel quanto o novo prédio da Prefeitura Municipal, introduziram o elevador de forma pioneira nos edifícios da cidade, símbolo máximo de um modelo urbano que pregava a verticalização como sinônimo de progresso e de reprodução do solo citadino. (QUEIROZ, 2008, p.226)

Retomando a simbologia das transformações, os jornais locais logo trataram de comparar o prefeito Vergniaud Wanderley ao prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos. A vontade de munir Campina Grande de uma Avenida Rio Branco talvez explique a carga simbólica que a Avenida Floriano Peixoto representa para Campina Grande. Como vimos, a determinação para retificação da Floriano Peixoto data de 1936, e talvez tenha sido uma das ações mais enérgicas desse período (QUEIROZ, 2008, p.170).

FIGURA 10: Avenida Floriano Peixoto, década de 1940.
Fonte: Cabral Filho, 2007 (Acervo Severino Bezerra de Carvalho).

²⁵ Georges Munier foi, segundo Naslavsky (1998), professor da Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife, cidade em que teve uma produção arquitetônica significativa nas primeiras décadas do século XX. Retomaremos a discussão sobre o edifício do Grande Hotel e a produção de Munier no capítulo seguinte.

²⁶ Discutiremos a questão do *Art Déco* e do edifício dos Correios e Telégrafos também no capítulo seguinte.

Outro grande empreendimento dessa época para Campina Grande foi a construção da barragem de Vaca Brava para o abastecimento de água, iniciada em 1939. A barragem foi construída com aporte financeiro do governo federal, sob o comando do Instituto Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS)²⁷, em parceria com o governo estadual, na figura de Argemiro de Figueiredo. De acordo com Cabral Filho (2007, p.79), houve um contrato da obra entre a empresa do engenheiro Saturnino de Brito Filho e o governo do Estado da Paraíba.²⁸

Pode-se dizer com alguma segurança que uma obra inaugural, significativa do processo de modernização na cidade de Campina Grande foi a construção da adutora de Vaca Brava, obra realizada juntamente com a instalação de um sistema de saneamento sanitário. Com esta empreitada a cidade passou a contar com um item que, sob muitos aspectos, representou a emergência de um novo padrão, moderno, de abastecimento de água. (CABRAL FILHO, 2007, p.57)

Essa obra teve grande repercussão na cidade e, também, para Argemiro que, seguindo as diretrizes apontadas por Vargas, cuidou em dotar a Paraíba de obras infra-estruturais que “permitissem o seu desenvolvimento tomando como modelo as estratégias usadas pelo poder central”. Por isso, “atento à autopromoção de sua administração criou, em 1937, o Departamento de Estatística e Propaganda, responsável pelos serviços de estatística, propaganda e radiodifusão”. Nesse mesmo ano foi criada a Rádio Tabajara (CABRAL FILHO, 2007, p.78). Vale mencionar, ainda, que quando da construção da adutora, o prefeito de Campina Grande era Bento Figueiredo, irmão de Argemiro.

FIGURA 11: Assinatura do contrato entre o Escritório Saturnino de Brito e o governo do Estado para implantação dos serviços de abastecimento de água e esgoto de Campina Grande.
Fonte: Cabral Filho, 2007 (*Jornal Voz da Borborema*, mar./1937).

²⁷ O IFOCS estava subordinado ao Ministério de Viação e Obras Públicas.

²⁸ Cabral Filho (2007, p.100) comenta que já nos anos 1940 os jornais paraibanos começaram a se dar conta da insuficiência da água tratada para o provimento da cidade.

FIGURA 12: Desfile em homenagem a Argemiro de Figueiredo, 1939.
Fonte: Cabral Filho, 2007 (Acervo Severino Bezerra de Carvalho).

Para Queiroz (2008, p.121), mesmo obtendo um alcance limitado, os serviços de saneamento marcaram fortemente esse processo de modernização de Campina Grande, tendo gerado maior impacto sobre o cotidiano dos campinenses do que as numerosas demolições de edificações que aconteceram na cidade para regularização e abertura de vias, além do surgimento de outros padrões estético-arquitetônicos. As medidas tomadas a partir das “preocupações com a higiene da casa, com a circulação do ar e com o gerenciamento das águas em seu interior, promoveram alterações significativas no processo de inserção do edifício no espaço urbano e na própria definição dos ambientes domésticos”, o que levou “ao desenvolvimento de novos hábitos e formas de interação entre a cidade, a casa e seus habitantes”.

Dentro de suas escalas e contextos, em Campina Grande, no interior nordestino, temas como a retificação de vias, a geometrização da malha urbana e a abertura de grandes eixos de circulação visando descongestionar o trânsito e agilizar o deslocamento dos transportes mecânicos, a preservação da cidade antiga, a aplicação do zoneamento como método para a organização e a harmonização das funções citadinas, o arrefecimento de usos antes comuns nos espaços públicos e suas transferências para espaços fechados, a supremacia dos fluxos em detrimento das demais esferas da vida urbana perpassaram todo o seu processo de modernização dos anos 1930 e 1940. (QUEIROZ, 2008, p.159)

Comparando o mapa de Campina Grande de 1918 (mapa 06) com o de 1943 (mapa 07), nota-se que há uma expansão e ocupação da cidade, através das mudanças empreendidas a partir dos anos 1920. No mapa 08, tem-se uma simulação das transformações das formas urbanas de Campina Grande nas décadas de 1930 e 1940.

Além de um diagnóstico e compreensão do que representaram essas transformações urbanas em Campina Grande durante as décadas de 1930 e 1940, Queiroz (2008, p.207) pontua uma questão que merece destaque para que se possa entender como os discursos, em momentos diferentes, mas com um propósito semelhante, estavam relacionados a diferentes linguagens de arquitetura. Para o autor, a busca por uma estética urbana que refletisse a imagem de uma modernidade desejada fez com que a arquitetura assumisse formas diversas, inclusive camuflando alguns aspectos excludentes:

A busca por uma arquitetura que caminhasse junto com os avanços, as dimensões e as necessidades do homem e da cidade modernos, que compreendesse e respondesse a hábitos, lógicas, dinâmicas e ritmos inéditos, representou momento de indefinição, de dúvida e de ruptura em relação à produção do espaço construído em voga até então. Vários caminhos foram colocados, imbuídos ou destituídos de ideologias mais profundas, das arquiteturas do final do século XIX (arquitetura de ferro, Escola de Chicago, Art Nouveau e o próprio Ecletismo), caminhando pelas vanguardas européias do começo do século XX, até as experiências estéticas do que se convencionou chamar de Art Déco²⁹. Nesse embate, desejava-se alguma modernidade, mesmo que apenas aparente. (QUEIROZ, 2008, p.208)

Vale mencionar que essa mescla de diferentes linguagens arquitetônicas que refletia os processos de modernização não apenas de Campina Grande, mas do país como um todo, durante as décadas de 1920 e 1940, acontecia em paralelo ao surgimento da “Arquitetura Moderna Brasileira”, temática que será retomada nos capítulos seguintes. Contudo, parece ser possível adiantar que o momento que Campina Grande vivenciava nesse período, ou melhor, a arquitetura que estava sendo realizada na cidade, pouco tangenciava as primeiras manifestações da arquitetura que deu visibilidade ao Brasil, principalmente nos anos 1940, muito embora não se possa afirmar que Campina Grande estava de todo destoante do contexto nacional.

FIGURAS 13-14: Rua Venâncio Neiva, 1946, vendo-se as manifestações do Art Déco em Campina Grande.

Fonte: Queiroz, 2008 (Acervo pessoal Francisco Sales Trajano Filho).

²⁹ Queiroz (2008, p.211 e p.223) assinala que em 1933, grande parte dos projetos apresentados à Prefeitura Municipal de Campina Grande já seguia as referências *Art Déco*. O autor destaca que “o uso das mesmas técnicas construtivas, aliadas a uma produção que esteve majoritariamente nas mãos dos poucos projetistas estabelecidos na cidade, talvez explique a certa uniformidade entre os edifícios *Art Déco* de Campina Grande”. Grande parte dos prédios foi projetada pelos arquitetos Isac Soares e Josué Barbosa.

Fonte: Desenhada a partir de mapa elaborado pelo Serviço Geográfico do Exército do Brasil

MAPA 07: Campina Grande, 1943. Fonte: Queiroz, 2008.

CAMPINA GRANDE

LEGENDA

DEMOIÇÃO

CONSTRUÇÃO

PRAÇAS

N

- 1 IGREJA MATRIZ

2 PAÇO MUNICIPAL

3 GRANDE HOTEL

4 EMPRESA DE LUZ

5 CADEIA NOVA

6 CINE CAPITOLIO

7 IGREJA DO ROSÁRIO

8 EDIFÍCIO CORREIOS E TELÉGRAFOS (1933)

9 CEMITÉRIO DAS BONINHAS

10 PRAÇA CLEMENTINO PROCOPIO

11 LARGO DA LUZ

12 PRAÇA DA BANDEIRA

13 (ANTIGO LARGO DO ROSÁRIO)

14 PRAÇA TENENTE ALFREDO DANTAS

15 (ANTIGA PRAÇA 7 DE SETEMBRO)

16 AV. FLORIANO PEIXOTO

17 RUA MACIEL PINHEIRO

18 ANTIGA PRAÇA EPTÁCIO PESSOA

19 RUA VENÂNCIO NEIVA

20 RUA MARQUÊS DO HERVAL

21 RUA PEREGRINO DE CARVALHO

22 RUA AFONSO CAMPOS

23 RUA CARDOSO VEIRA

24 RUA MOISENHO SALES

25 PRAÇA JOÃO RIQUE

26 ATUAL CALÇADÃO DA CARDOSO VÉRIA

27 PROLONGAMENTO DA AV. FLORIANO

28 PEIXOTO OCORRIDO FORA DO NOSSO

29 PERÍODO DE ESTUDO

60. Área de ocupação mais antiga da cidade: polígono trapezoidal limitado pelos antigos largos da Matriz, do Comércio Velho, do Comércio Novo e pela praça do Algodão. Simulação das transformações das formas urbanas ocorridas nos anos 1930 e 1940. Desenhado a partir dos mapas de Campina Grande dos anos de 1918, 1943 e 2004 e de fotos expostas no MHCG. Fontes: MHCG, Serviço Geográfico do Exército do Brasil, SEPLAN-CG.

MAPA 08: Campina Grande, área central mais antiga, mostrando as regularizações e abertura de novas vias realizadas entre os anos 1930-40. Fonte: Queiroz, 2008.

O CLIMA POLÍTICO E ECONÔMICO, PÓS-1945

Segundo Fausto (2007, p.381 e 389), a Segunda Guerra Mundial foi mais importante nos rumos da política externa brasileira do que a implantação do Estado Novo, inclusive porque a transição para o regime democrático representou “não uma ruptura com o passado, mas uma mudança de rumos, mantendo-se muitas continuidades”, e resultando na volta de Vargas ao poder em 1951:

Antes mesmo de começar a guerra, Roosevelt já se convencera de que ela se daria em escala mundial e envolveria os Estados Unidos. Essa perspectiva levou os estrategistas americanos a ampliar o que consideravam o círculo de segurança do país, incluindo a América do Sul e em especial a “saliência” do Nordeste brasileiro. (FAUSTO, 2007, p.381)

Com a entrada dos EUA na guerra, em 1941, Vargas teve que decidir qual lado apoiaria, afetando as ligações do Brasil com a Alemanha, naquele momento a principal compradora do algodão brasileiro e o segundo mercado para o café. Nesse mesmo ano, tropas americanas estabeleceram-se no Nordeste e o Brasil terminou por romper relações com o Eixo, assinando um acordo político-militar, de caráter secreto, com os Estados Unidos, em 1942 (FAUSTO, 2007, p.382). É interessante notar que justamente nesse período ocorre uma mudança na economia campinense, passando por um período de diversificação econômica devido ao declínio na produção do algodão, e ao surgimento de novas indústrias. A incipiente industrialização e a evolução nas atividades comerciais durante a década de 1940, não só alavancaram o crescimento e a concentração urbana, como também impulsionaram o desenvolvimento econômico da cidade. Essas mudanças eram compatíveis com o panorama nacional, já que no início dos anos 1950 o governo promoveu diversas medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização.³⁰

Em Campina Grande, portanto, também são observadas mudanças no pós-guerra. De acordo com Lima (2004, p.46), a ascensão ao poder de Eurico Gaspar Dutra e a abertura do país às importações impulsionaram o comércio, ponto forte da economia campinense, fazendo com que a cidade atraísse novos investimentos e indústrias. E como as administrações do período 1940-1945 estavam atentas à política de modernização nacional, as transformações infra-estruturais auxiliaram no desenvolvimento posterior:

Empresas de avião passaram a operar no aeroporto local, casas comerciais e empreendimentos industriais foram implantados, entidades culturais e assistenciais se organizaram. Em 1940, inicia-se a construção da Rodovia João Pessoa-Campina Grande. Verifica-se a implantação de estabelecimentos bancários, a construção do Quartel do Exército, a instalação da sede da Divisão do Fomento

³⁰ “Foram feitos investimentos públicos no sistema de transportes e de energia, com a abertura de um crédito externo de 500 milhões de dólares. Tratou-se de ampliar a oferta de energia para o Nordeste e equacionou-se o problema do carvão mineral. Ocorreu também o reequipamento parcial da marinha mercante e do sistema portuário. Em 1952, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), diretamente orientado para o propósito de acelerar o processo de diversificação industrial” (FAUSTO, 2007, p.409).

Mineral, funda-se a Associação de Proteção e Assistência à Infância, inaugura-se o Grande Hotel.

Ao mesmo tempo em que se estruturavam novos bairros como a Prata, que seriam ocupados por industriais e comerciantes, recém-chegados à cidade, levantavam-se bairros ocupados pelos comerciantes e operários, como José Pinheiro, Bodocongó e Liberdade. (ARAÚJO, 2000, p.80)

Segundo Araújo (2000, p.82-83), no processo de redemocratização instaurado pós-1945, as eleições na cidade evidenciavam as transformações que vinham se processando, com a chegada de novos grupos de pessoas e de eleitores de outros municípios e Estados à cidade, pessoas que não estavam vinculadas às correntes políticas locais tradicionais e aos grupos familiares que fundamentavam a sociedade campinense.

Como consequência, as eleições de 1947 expressaram a nova estratégia das elites políticas para permanecer no poder: “diante da emergência de forças populares, que não podiam ser cooptadas de maneira tradicional, tornou-se necessária a utilização formal da democracia e do liberalismo” (ARAÚJO, 2000, p.85). Foi então que o médico Elpídio de Almeida, que tinha atuação na cidade há várias décadas e uma boa penetração nos meios populares, venceu as eleições.

Depois do período do Estado Novo, estabeleciam-se novas formas de relacionamento entre o Poder Público e a sociedade civil, procurando-se atender, dentro dos limites impostos pelas classes dominantes, as várias facções da burguesia, atenuando-se o elitismo anterior e o mandonismo da fase coronelística. Este período representou a transição entre as antigas e as novas práticas políticas. (ARAÚJO, 2000, p.86)³¹

Durante o governo de Elpídio de Almeida as medidas para modernização da estrutura urbana tiveram continuidade, com a desapropriação de casas e terrenos para essa finalidade. Foi empreendida uma racionalização do sistema tributário do município e a regulamentação do imposto sobre a indústria e profissões. A sua administração ainda procurou dotar de luz elétrica as sedes dos distritos e construiu a Maternidade Municipal, para atender às camadas mais pobres da população. A construção da maternidade constituiu um marco simbólico da sua gestão e nossa hipótese é a de que seja a primeira obra influenciada pelo repertório da “arquitetura moderna brasileira” em Campina Grande.³²

Na gestão do prefeito Elpídio de Almeida (a partir de 1947), as demolições para implementação de obras viárias foram retomadas. Entretanto, terminado o Estado Novo, essas desapropriações “tiveram que ser autorizadas pela Câmara Municipal de Campina Grande, a qual aprovou diversos projetos de lei para a desapropriação de prédios e terrenos para a execução de

³¹ Araújo (2000, p.86) acrescenta que, quando as contradições aguçavam-se, muitas das velhas práticas eram reeditadas e exemplifica sua afirmação com os eventos sucedidos nas eleições de 1950: “A rivalidade entre os setores dominantes, americistas e argemiristas, acabou por levá-los ao confronto direto, reeditando a velha tática coronelística. No encontro de passeatas rivais, deflagrou-se o conflito armado. O saldo: três vítimas fatais (um bancário e dois operários). As camadas mais pobres acabaram por pagar pelos desmandos das elites”.

³² Voltaremos a tratar do edifício da maternidade posteriormente.

medidas de prolongamento, retificação e alargamento de vias na região central e nos subúrbios”. Essas medidas também estavam relacionadas ao melhoramento urbanístico da cidade (QUEIROZ, 2008, p.175-176). Talvez não se possa perceber, logo de início, uma mudança na concepção dessas transformações urbanas na cidade, mas aos poucos, com a nova dinâmica econômica, política e social que se inicia com esse “ciclo expansivo”³³, utilizando a expressão proposta por Gorelik (1999), podem-se entender os novos significados e os novos instrumentos urbanísticos (planejamento urbano, plano diretor etc.) que surgem para esse novo “tempo”.

Do ponto de vista econômico, como consequência dessa política de modernização, Campina Grande aparece na década de 1940 com a maior renda municipal da Paraíba, atingindo dois milhões de cruzeiros, e como o município mais populoso do Estado (CÂMARA, 1991, p.132-134).

Durante esse período, a cidade passou a representar a força decisiva nos processos sucessórios. Como mostrado na tabela 02, na década de 1940 a população da cidade já superava a população de João Pessoa, fato que aconteceu também na arrecadação estadual e no número de eleitores. Segundo Araújo (2000, p.86, nota 5), “em 1954, Campina Grande constituía-se no maior núcleo eleitoral do Estado, com 55.774 votantes, enquanto João Pessoa contava com 25.575 eleitores”.

Por isso, a década de 1950 representa um momento de integração de Campina Grande na política desenvolvimentista, já que se apresentava como o município mais dinâmico do estado e passava a adquirir importância significativa no cenário regional: “ao entrar nos anos 50 o município já se destacava como um centro industrial em franca ascensão e continua nesse ritmo durante toda a década de 50, superando a capital do Estado, João Pessoa, em número de operários e de estabelecimentos industriais” (LIMA, 2004, p.48).

Nas eleições de 1951, José Américo confirmou sua hegemonia na política estadual, elegendo para prefeito em Campina Grande, o seu candidato, Plínio Lemos, que propunha uma administração marcada pelo “aprofundamento das transformações da sociedade civil campinense”, através do “aceleramento do processo organizativo da sociedade”, com a atuação de várias entidades de caráter associativo (ARAÚJO, 2000, p.87). Não por acaso, no mesmo ano de 1951, foi elaborado um projeto para a Sociedade Médica de Campina Grande, que foi inaugurada em 1952.

³³ Buscando uma seqüência cronológica para a modernidade na América Latina, Gorelik identifica três momentos decisivos dos desdobramentos da dialética modernização/modernismo: um primeiro que chama das modernizações “liberal-conservadoras” de fins do século XIX, quando o novíssimo Estado coloca na cidade o objeto por excelência da reforma; um segundo das vanguardas, o qual define como chave para pensar algumas das peculiaridades de nossa modernidade urbana, quando aparece o Estado nacionalista benfeitor que surge da reorganização capitalista pós-crise (começa nos anos vinte na América Latina); e um terceiro, o do ciclo expansivo que denomina de momento desenvolvimentista (GORELIK, 1999, p.61-67).

A partir do governo de Juscelino Kubitschek, com o Plano de Metas e o slogan dos “50 anos em 5”, prometendo crescimento acelerado, criou-se uma euforia nacional. Muitos imigrantes passaram a abandonar o campo para se dirigir ao Centro Sul, onde as cidades cresciam rapidamente. No entanto, segundo Lima (2004, p.50),

muitos desses imigrantes “optavam” por cidades onde houvesse alguma chance de conseguir emprego e, Campina Grande, sendo a cidade do Estado que apresentava maior ascensão econômica, torna-se pólo de atração para as pessoas que deixam o campo fugindo da seca ou deixam as cidades de menor porte onde as chances de emprego e de melhoria de vida são ínfimas.

Em todo caso, enquanto no Centro Sul essa euforia era visível, no Nordeste havia um certo clima de revolta. Para abrandar a situação foram realizados vários debates e seminários com o “objetivo de encontrar soluções capazes de reverter o quadro de atraso econômico, político e social e diminuir as disparidades entre o Centro Sul em desenvolvimento e o Nordeste em crise”. O marco inicial da mudança na política econômica adotada para a região teria sido o I Encontro dos Bispos do Nordeste, ocorrido em Campina Grande, em 1956 (LIMA, 2004, p.53-54).

A partir do diagnóstico realizado no Encontro, criou-se o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), propondo mudanças econômicas, políticas e sociais em todo o Nordeste. Em Campina Grande, já no início dos anos 1950 aparecia um grupo de empresários e de intelectuais comprometidos com a defesa da industrialização como forma de superar os problemas da cidade. Daí que, antes mesmo da criação do GTDN, foi criado na cidade o movimento Pró-Execução das Deliberações do Encontro dos Bispos do Nordeste³⁴ (LIMA, 2004, p.55 e 57).

Com a ampliação da discussão e dos adeptos ao movimento, paulatinamente o grupo foi adentrando no campo político. Duas instituições tiveram papel fundamental no fortalecimento desse grupo defensor do desenvolvimentismo e do projeto de industrialização em Campina Grande: a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), instalada desde 1949 na cidade, e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT), criada em 1957. Mas, segundo Lima (2004, p.58), o clima de euforia contagiou também as autoridades estaduais, que passaram a isentar de impostos estaduais as indústrias de “vulto econômico que viessem se instalar no território estadual, nos termos da Lei nº 1.564, de 25 de outubro de 1956”.³⁵

³⁴ A Comissão Executiva do movimento era composta pelo Bispo Diocesano D. Otávio Aguiar, o presidente da Associação Comercial, Francisco Alves Pereira, o presidente da Câmara dos Vereadores, Manuel Figueiredo e o superintendente das Emissoras Paraibanas, João Albuquerque. O movimento foi ganhando adeptos, entre os quais se destacavam os economistas Edvaldo de Sousa do Ó e Aluísio Affonso Campos, o jornalista Lopes de Andrade, o comerciante José Epaminondas Braga, a assistente social Luiza Erundina e o banqueiro Newton Rique. Newton Rique chegou a candidatar-se para as eleições de 1959, mas perdeu. Mesmo assim, o grupo que lançou sua candidatura manteve-se em atuação através da FIEP e da FUNDACT (LIMA, 2004, p.57-59).

³⁵ Em Campina Grande, também no ano de 1956, durante a segunda gestão do prefeito Elpídio de Almeida (1955-1959), foi criada, pela Prefeitura Municipal, a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico (COMUDE). Em 1958, juntamente com a inauguração da adutora do açude de boqueirão, criou-se a companhia de saneamento e esgoto (SANESA). Nesse mesmo ano, através da Lei Nº 47, de 08 de Agosto de 1958, foi concedida a isenção de impostos municipais, pelo prazo de

Araújo (2000, p.90) mostra que a partir desse momento, consolida-se a perspectiva de uma intervenção mais efetiva do governo na economia, objetivando uma ação planejada, que se concretizou com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959.

A discussão em torno da criação ou não da SUDENE tornou-se polêmica e passou a dividir opiniões dentro e fora do âmbito regional. No Nordeste, a oposição à SUDENE foi bastante intensa, principalmente por parte das oligarquias tradicionais que se “encastelavam” no principal órgão de manutenção da política assistencialista e emergencial: o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). No Congresso Nacional, a defesa da criação da SUDENE ficou a cargo dos parlamentares do Centro-Sul e de alguns poucos congressistas ligados à burguesia industrial nordestina que apoiavam o projeto. Apesar de irrelevante do ponto de vista parlamentar, o grupo desenvolvimentista campinense era muito respeitado nas discussões acerca da nova política proposta no documento. Em termos nacionais esse grupo era representado por Aluizio Affonso Campos e também se sentia representado na pessoa do economista Celso Furtado. (LIMA, 2004, p.64-65)

A passagem dos anos 1950 para os anos 1960 foi marcada, portanto, pelo desenvolvimentismo e pela industrialização do país. Também em Campina Grande os anos 1960 representaram o período do seu projeto de industrialização. Ponto significativo foi a criação dos Distritos Industriais de João Pessoa e Campina Grande no final de 1963. Campina Grande começava a se destacar pelo número de projetos enviados à SUDENE e pelas facilidades criadas para instalação de indústrias no município, atingindo, entre os 92 municípios nordestinos selecionados pela Superintendência, a quarta posição em população e produção industrial, a quinta em produção agrícola e a sexta em número de empresas e arrecadação tributária (SILVA, 1987, p.52). A cidade passava a ser apelidada de *Capital do Trabalho*.

Por essas razões, Campina Grande passou a ser vista como um terreno fértil para investimentos em industrialização, centro polarizador de várias regiões do Estado e com uma população em crescimento; enfim, um espaço em expansão. Visando atender a essa realidade em transformação foram fortes os investimentos nos setores de educação, assistência social e recreativa (muitos clubes surgiram nesse período), além de projetos de melhoria da infra-estrutura urbana (construção de galerias, meio-fio, calçamento etc.) e de urbanização do Açude Novo e das praças José Pinheiro e José Américo de Almeida (BARBOSA, 1991, pp.160-187).

Nesse contexto, o papel do poder público também foi vital, e não apenas pelos investimentos na industrialização e na educação, como mencionado. Um episódio foi marcante para os anos 1960 em Campina Grande: o seu centenário, em 11 de outubro de 1964. Não apenas por causa das celebrações ocorridas, mas porque permitiu que, em 2 de maio de 1963, o então

dez anos, às indústrias novas de produtos sem similares que viessem a se instalar no município, o que seria feito após o parecer da FIEP, certificando de que não havia indústria similar. Este benefício foi estendido também às indústrias que haviam se instalado no município até cinco anos antes da vigência da Lei. O Decreto Nº 38, de 08 de Setembro de 1958, regulamentou esta Lei (LIMA, 2004, p.66).

governador Pedro Gondim baixasse decreto, aprovando o *programa prioritário do Primeiro Centenário de Campina Grande* e abrindo o *crédito especial de CR\$137.960.000,00*³⁶ para as despesas de sua execução (GOVERNADOR..., 1963, p.03). Uma Comissão Executiva seria responsável pelo programa e essas despesas incluíam auxílio para algumas obras que estavam sendo construídas na cidade e que deveriam simbolizar o progresso pelo qual passava a cidade durante os festejos de 1964, como por exemplo, o edifício do Fórum, o Parque de Exposições, o prédio da Casa do Trabalhador, os serviços de urbanização, entre outros. Aparecia no periódico “A União”, além de fotografias dos edifícios em construção, comentários tais como:

Rainha pela magnitude e imponência dos novos edifícios que pontificam a cidade, imprimindo-lhe, com essa arrojada verticalidade, uma fisionomia inteiramente compatível com os dias que vivemos, porque este é o sentido exato das conquistas do crescimento moderno (CAMPINA..., 1964, p.08).

A programação para a realização do centenário fez com que Campina Grande fosse vista em âmbito nacional, através de revistas, jornais etc., entre os quais duas publicações merecem destaque: “*Campina Grande e sua função como capital regional*”, publicada em maio de 1964, na Revista Brasileira de Geografia, em separata e como edição comemorativa do centenário; e logo depois, o volume “*Campina Grande: um centro comercial no Nordeste*”, publicado pelo SESC. Esses dois textos homenagearam a cidade, revelando um diagnóstico detalhado da sua situação naquele momento que ajuda a entender a configuração urbana da cidade nos anos 1950 e 1960.

O acelerado desenvolvimento industrial fez com que Campina Grande fosse considerada pela SUDENE como uma das cidades mais industrializadas do Nordeste no período 1960-70 (SILVA, 1987, p.53). Esse cenário era complementado pelo fato de a cidade ser sede da FIEP, do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), da Bolsa de Mercadorias do Estado da Paraíba e sede de 12 dos 16 sindicatos patronais do Estado, além de ter implantadas duas Universidades – a Universidade Federal da Paraíba (UFPb)³⁷ e a Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNe)³⁸(SILVA, 1987, p.53)³⁹.

³⁶ Através de leituras do jornal *A União*, entre os anos de 1963 e 1966, verificou-se uma variação da cotação do dólar com equivalência de 950 a 1.800 cruzeiros. Adotando um valor de 1.200 cruzeiros, pode-se dizer que o crédito era de aproximadamente 115 mil dólares. O salário mínimo regional para João Pessoa e Campina Grande era de Cr\$ 13.900,00. No Rio de Janeiro e em São Paulo era de Cr\$21.000,00 (Fonte: IBGE – Estatísticas do Século XX – Trabalho: Salários – 1963 – a partir do Decreto nº 51 613, de 3-XII-1962. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1963. Rio de Janeiro: IBGE, v.24, 1963).

³⁷ Atual Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), desmembrada da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em abril de 2002. A Universidade da Paraíba foi instituída pela Lei Estadual nº 1.366, de 2 de dezembro de 1955 e federalizada nos termos da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960.

³⁸ Mantenedora da Universidade Regional do Nordeste (URNe), criada em 1966, atual Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

³⁹ Lima (2004, p.71-72) mostra que para atrair investimentos para a cidade eram elaborados documentos que mostravam as vantagens oferecidas por Campina Grande, como no texto FIESP - *São Paulo e a Economia Nordestina*, In: *O Pensamento da Indústria*. São Paulo: FIESP, 1963, que elencava entre as vantagens: a situação privilegiada no interior do Nordeste, cidade bem servida em transportes, baixo salário mínimo, variedade de matérias-primas, mercado regional em fase de expansão e a facilidade de aquisição de áreas para a localização de indústrias.

Dessa forma, pessoas de cidades vizinhas e até de outras regiões aportavam em Campina Grande na busca de serviços de educação e de melhores oportunidades de emprego. Muitos empresários passaram a se interessar pela instalação de suas indústrias na cidade. A tendência urbanizante se confirmava com o crescimento do número de estabelecimentos comerciais e industriais e, em consequência, o perfil da população economicamente ativa se alterou, crescendo 26,92% no setor comercial e 48,66% no industrial, de acordo com o Censo Industrial do Estado da Paraíba, 1960-70.

A CONFIGURAÇÃO URBANA NOS ANOS 1950 E 1960 E SUA FUNÇÃO COMO CAPITAL REGIONAL

No artigo *“Campina Grande e sua função como capital regional”*, escrito em 1963 pela geógrafa do Conselho Nacional de Geografia, Maria Francisca Cardoso, Campina Grande aparecia, no quadro urbano nordestino, como um “verdadeiro fenômeno urbano” (CARDOSO, 1963, p.447). No ano seguinte, através de um estudo do Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio (SESC), foi publicado o relatório *“Campina Grande: um centro comercial do Nordeste”*, que além de verificar a posição da cidade no quadro regional nordestino e homenageá-la no ano do seu centenário (1964), buscava contribuir para o estudo da sociologia brasileira (SESC, 1964, p.5).

Esses dois trabalhos, contemporâneos e elaborados às vésperas da comemoração do centenário de Campina Grande, parecem indicar um interesse externo em relação à escala regional do crescimento da cidade na dinâmica nordestina. Foram apontadas até aqui algumas considerações sobre as condições políticas e econômicas de Campina Grande no cenário nacional. A partir desses dois estudos e de pesquisas efetuadas em jornais locais e/ou arquivos da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), podem-se agregar reflexões acerca da configuração urbana da cidade nos anos 1950 e 1960, relacionando-a com essa condição de “capital regional”.

Como visto, dado o intenso aumento populacional de Campina Grande desde os anos 1920, o crescimento desordenado passou a ser tido como um dos principais problemas a ser enfrentado nas décadas seguintes, conforme atestam algumas reportagens de jornais locais.

Os problemas de urbanismo numa cidade jovem como Campina Grande – abertura de novas artérias, radiais e perimetrais, alargamento de ruas, preparo de praças e jardins, proibição de certos tipos de construções (arranha-céus em locais inconvenientes, vilas residências sem obediência a um traçado prévio, proliferação dos mocambos etc.) são ainda possíveis de solucionar. Deixados para mais além, tornam-se praticamente insolúveis, como acontece em várias Capitais do Nordeste, onde somente durante os tempos do Estado Novo foi possível levar avante, sem resistências impeditivas, um plano de melhorias urbanas (sic). (URBANIZAÇÃO..., 1958, p.2)

Em fins dos anos 1950, a necessidade de um Plano Diretor já era vista como imprescindível para a melhoria e desenvolvimento da cidade e, não por acaso, o prefeito Elpídio de Almeida, em

outubro de 1956, assinou contrato com a empresa Cruzeiro do Sul para o levantamento aerofotogramétrico da cidade, numa iniciativa pioneira entre os municípios do interior nordestino (GOMES FILHO, 1961, p.3).

O levantamento, ao custo de Cr\$1.865.685,00, seria fundamental para a “regularização do desenvolvimento da cidade” (MENSAGEM..., 1958, p.8 e 4-A). Através dele e da planta cadastral, de acordo com depoimento do titular da Diretoria de Viação e Obras Públicas (DVOP) do município, engenheiro Lynaldo Cavalcanti⁴⁰, grandes benefícios seriam obtidos: auxiliaria na nova rede de distribuição de água, na elaboração de um plano-diretor, com respectiva lei de zoneamento e conseqüente promulgação de um novo Código de Obras, atualizado e melhorado, possibilitaria a atualização das redes de alta e baixa tensão, do projeto da rede de esgotos, sanitários, pluviais etc. (LEVANTAMENTO..., 1958, p.8 e 4-D).

Realizado o levantamento aerofotogramétrico, já em 1960 algumas iniciativas da Prefeitura demonstram a preocupação com as questões urbanas de Campina Grande. Foi criado, primeiramente, o Departamento de Planejamento e Urbanismo, sob direção do engenheiro Austro de França Costa, o qual ficaria responsável por assegurar a realização e manutenção de um Plano Diretor para a cidade, a viabilidade das condições existentes e a execução efetiva.

Nesse sentido, dois arquitetos do Rio de Janeiro foram convidados para a elaboração do Plano Diretor. Wit Olaf Prochnik⁴¹, arquiteto e urbanista, havia colaborado juntamente com Roberto Burle Marx em um plano de urbanização do Açude Velho, que não foi concluído. Posteriormente, foi convidado para projetar alguns edifícios construídos à margem do referido açude. Parece ter sido ele o contato com a equipe responsável pela execução do Plano Diretor, a qual era composta, além dele: pelo arquiteto e urbanista, Hélio Modesto – que seria responsável por analisar e elaborar o plano depois de ouvir as considerações dos membros da equipe; a urbanista Adina Mera – responsável pelo levantamento das condições físicas de Campina Grande; além dos colaboradores J. Arthur Rios e Carlos A. Medina, sociólogos – responsáveis pelo cadastro das condições sócio-econômicas. Wit Olaf Prochnik, além de ter apresentado a primeira etapa do levantamento, ficaria responsável por projetar parques, jardins e uma concha acústica.

⁴⁰ Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque assumiu posições de destaque, tendo sido professor da Escola Politécnica, reitor da UFPB e presidente do CNPq (1980 a 1985), para citar alguns dos cargos que ocupou.

⁴¹ Wit Olaf Livov Prochnik aparece no livro de Mindlin (1956) com o projeto do Pavilhão da piscina da casa de campo de Alfredo Bauman, de 1955, em Petrópolis, RJ. Nascido na Polônia diplomou-se na Escola Nacional de Belas Artes, em 1951 (MINDLIN, 1956, p.201, 281-282).

MAPA 09: Planta de Campina Grande, elaborada por Austro de França Costa em 1961.

Fonte: CARDOSO, 1963.

Segundo matérias do jornal “*Diário da Borborema*”, publicadas entre os anos 1960 e 1961, a equipe de planejamento do plano para Campina Grande, contava com a colaboração dos conhecidos pesquisadores e sociólogos, José Artur Rios e Carlos Medina e da equipe do escritório SAGMACS do Rio de Janeiro, do Movimento de Economia e Humanismo, do Padre Lebrete. Eles teriam feito uma

análise cuidadosa da situação existente em Campina Grande: quatro especialistas permaneceram na cidade durante cinco semanas em contato com os representantes de todas as classes sociais, colhendo dados e informações importantes para a elaboração do Plano Diretor, que seria realizado em três etapas. (CONCLUÍDA..., 1960, p.4)

A primeira etapa constava de um levantamento das informações sobre a cidade. Uma quantidade considerável de dados foi coletada – informações sobre criminalidade, movimento de tráfego, assistência hospitalar, índices de construções, funcionamento dos serviços existentes, problemas e necessidade da comunidade, atividades de lazer, comércio, indústria, transportes, relações do centro urbano com áreas circunvizinhas etc. –, e apresentada sob a forma de mapas, gráficos e relatórios.⁴²

A segunda etapa consistia na análise dos dados coletados, representando um diagnóstico sobre os problemas enfrentados e expressos na etapa anterior. Já a terceira etapa seria a realização do Plano Diretor, acompanhado de proposições para a sua implementação. No dia 25 de Agosto de 1960, foram apresentadas, também no *Diário da Borborema*, as conclusões desse levantamento sócio-econômico de Campina Grande. Dada a importância dessa documentação, inserimos sua transcrição no Anexo I deste trabalho. Aqui, apresentamos em tópicos algumas das conclusões principais:

- Campina Grande é um centro urbano de grande importância regional. Possui uma minoria dinâmica, animada por um ideal de melhoria permanente, de alto nível cultural e cujos contatos se estendem a outros centros do país;
- Possui graves problemas sanitários, alimentares e financeiros, que afligem a grande maioria de sua população, caracterizada por baixos níveis de salário e fraco poder aquisitivo;
- Cresceu acumulando funções que foram tornando mais complexa a sua fisionomia e diversificada a sua estrutura. Os principais elementos geradores do plano urbano foram: o açude e a estrada, que marcaram sua função de confluência de zonas pecuárias e de cidade contato de zonas de economia diferente. A função comercial consolidou-se com a inauguração da Estrada de Ferro Great Western (1907);
- A cidade organizou-se em torno de um eixo: primeiro caminho de bois, depois ferrovia e finalmente rodovia, que influenciou as sucessivas distensões do plano urbano e imprimiu à cidade uma forma radial em direção ao oeste. Em 1935, o estabelecimento de grandes firmas de beneficiamento de algodão, estreitou as relações entre a cidade e o seu hinterland. Entre 1935 e 1940, processa-se a ocupação, ao longo das estradas, no sentido do oeste e o adensamento da área entre o açude novo e o açude velho;
- A cidade cresceu irregularmente, deixando lacunas na área urbana e os “bairros” não receberam uma organização consciente e planejada, o que leva a problemas de

⁴² Esses mapas encontram-se arquivados na SEPLAN. Do levantamento que realizamos, pudemos encontrar no arquivo 20 das 23 plantas, segundo numeração impressa nelas. Um estudo mais detalhado sobre essas plantas seria importante para entender a situação de Campina Grande em 1960. Neste texto, apresentaremos algumas considerações e mapas desse levantamento. Temos a pretensão de retomar esses mapas em estudo futuro.

desalinhamento, crescimento caótico e congestionamento de tráfego. Não há, ainda, separação nítida entre a cidade e a zona rural;

- Os bairros não sofreram, ainda, a necessária especialização. Há uma preferência pela moradia no Centro e no Prata, devido à proximidade e à abundância dos serviços existentes;
- É ainda reduzido o número de bairros cujas habitações revestem o mínimo de requisitos da implantação urbana;
- A ocupação das diversas áreas é muito desigual;
- Os seguintes tipos de casas com suas variantes foram identificados: (1) de taipa, mal tratada, telhada, sem forro, piso de terra; (2) de taipa e tijolo, às vezes com revestimento de tijolo na frente, o piso podendo ser de cimento, mas sem cobrir todos os compartimentos; (3) de tijolo, que pode ser bem ou mal cuidada; o piso é de cimento, telhada, sem forro; (4) casa de luxo com telha francesa, forro de madeira, esmero arquitetônico, maior divisão e especialização dos compartimentos; a área da casa e do terreno aumentam consideravelmente; o mobiliário inclui todas as comodidades; tem água encanada, fossa interna;
- Um dos setores preferenciais de investimento parece ter sido o setor imobiliário;
- Apesar do processo intenso de urbanização, ainda possui alta porcentagem de população rural (53%). Entre as atividades econômicas prepondera a agricultura (55%), seguida pelo setor terciário (34,5%). O processo de urbanização deve-se a uma intensificação do comércio e dos serviços, assumindo caráter nitidamente terciário. O crescimento, apesar da porcentagem da população rural, se deve, principalmente, ao centro urbano. A população urbana absorveu a do quadro suburbano;
- A população móvel é constituída principalmente pela migração das zonas rurais. Os bairros pobres da cidade parecem ter começado a formar-se em 1940 e o movimento intensificou-se até 1955, decrescendo daí para diante.

A última conclusão do levantamento aparece como uma proposição: para alcançar o equilíbrio regional, deveriam ser criados complexos industriais estáveis, relacionados à tortá de algodão e à introdução de frigoríficos, além de um “planejamento da zona rural através da transformação técnica e da racionalização do município” (CONCLUSÕES..., 1960, p.7 e 6-B).

Infelizmente, o Plano Diretor não foi concluído, tendo sido apenas a parte do diagnóstico realizada. Dentre as plantas encontradas no arquivo da SEPLAN, o mapa do crescimento da cidade nos anos 1937, 1943 e 1960 (mapa 10)⁴³, merece destaque e ilustra o material elaborado.

⁴³ A publicação do SESC (1964) traz, nos anexos, um mapa do crescimento urbano da cidade bastante semelhante ao mapa elaborado pela equipe do Plano Diretor, acrescido apenas do crescimento no período entre 1960 e 1962.

MAPA 10: Campina Grande, crescimento urbano – 1937, 1943 e 1960. Fonte: SEPLAN, 1960.

Boa parte dessas considerações aparece também nos dois trabalhos posteriores que foram citados. A publicação do SESC (1964), por exemplo, tinha como coordenador e diretor dos trabalhos, o sociólogo José Arthur Rios, que era membro da equipe responsável pelo Plano Diretor. Estava baseada no método de pesquisa de “Economia e Humanismo” do Padre L. J. Lebret (SESC, 1964, p.94). Uma de suas referências era, também, o trabalho de Cardoso (1963). Em algumas das plantas do arquivo da SEPLAN, aparecem as publicações do Conselho Nacional de Geografia, do IBGE, como fonte de informações, provavelmente a partir da elaboração dos volumes da “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, obra conjunta do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística, editada pelo IBGE entre 1957 e 1964, e na qual Campina Grande aparece no XVII Volume, de 1960. É provável, portanto, que esses trabalhos tenham sido realizados a partir de certa colaboração entre suas diversas equipes.

Desde a publicação da enciclopédia, Campina Grande aparece com destaque no setor comercial: “o extraordinário surto de progresso de Campina Grande, sem dúvida o mais expressivo núcleo de atividades do interior do Nordeste brasileiro, com exclusão de algumas capitais de Estado” (IBGE, 1960, p.16). O fator fundamental para o desenvolvimento de Campina Grande, apontado por todos esses estudos, é justamente a posição geográfica da cidade, que lhe conferia uma condição de entreposto comercial, tornando-a uma cidade-mercado. E nesse sentido, os transportes teriam desempenhado papel relevante: primeiramente a feira de gado, em seguida a ferrovia e, posteriormente, a rodovia. Esses foram os pontos que marcaram o progresso de Campina Grande e permitiram que sua posição privilegiada continuasse favorecendo o comércio na cidade.

O trabalho de Cardoso (1963) identifica, através de mapas, o alcance da influência de Campina Grande no território nordestino. Entre esses mapas destaca-se o da atuação do comércio atacadista (mapa 11), mas a autora ilustra ainda mapas relativos à atuação no comércio varejista, a zona de jurisdição de bancos, das paróquias pertencentes à diocese de Campina Grande, as relações com a vida rural, além do movimento de tráfego rodoviário. O comércio, em especial o atacadista, conferiu a Campina Grande uma atuação em toda a Paraíba, foi a mola propulsora do seu progresso. A atuação através dos grossistas ultrapassava os limites do estado, penetrando folgadoamente no Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco, além de atingir, em escala mais reduzida, Maranhão e Piauí, conforme atesta o mapa elaborado pela autora.

A análise desses mapas levou Cardoso a concluir que uma das principais funções de Campina Grande era, portanto, a de distribuição e, que, esta função deveu-se, sobretudo, à sua posição estratégica dentro da rede rodo-ferroviária do estado e do Nordeste (CARDOSO, 1963, p.436-437).

Embora o trem ainda distribuisse parte das mercadorias da cidade, era graças ao caminhão que a cidade se abastecia e redistribuía para a região que dela dependia. Pelas rodovias⁴⁴ chegavam a maioria dos produtos adquiridos nos grandes mercados do Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre etc. Cardoso (1963, p.440 e 447) verificou, ainda, que para cada fase do desenvolvimento de Campina Grande, correspondeu uma maior dependência a certo meio de transporte e a um determinado mercado abastecedor.

MAPA 11: Área de influência de Campina Grande, comércio atacadista. Fonte: CARDOSO, 1963.

Por isso, desde o início do século, a cidade passou a expandir-se radialmente, ao longo das vias de circulação local e regional:

Quando, porém, se acelerou sua expansão com a era rodoviária, depois de 1935, acentuou-se a forma radial de crescimento, a partir de um núcleo compacto que se foi ampliando. Esta ampliação se fez às custas do preenchimento gradativo dos espaços entre os principais arruamentos que vieram se esticando ao longo das

⁴⁴ De acordo com a publicação do SESC (1964, p.13), o principal eixo das vias de circulação era a chamada Central da Paraíba (a BR 23), que reproduzia em suas linhas gerais o traçado da estrada do gado.

estradas principais. Para leste, havia o caminho para João Pessoa, que buscava uma descida da Borborema mais direta. Aliás, o papel deste perdeu de certo modo sua importância, quando a circulação principal passou a se fazer segundo uma volta pelo sul, pela vila de Queimadas, buscando melhores condições de transposição das encostas da Borborema. Por aí, por esta saída pelo sul, se estendera a cidade já desde o começo do século, iniciando a conquista da parte baixa, conquista que se consolidou com a chegada da ferrovia (...). (SESC, 1964, p.14)

Analisando o mapa da cidade (ver mapa 10), a publicação do SESC (1964, p.14) aponta que até 1943 Campina Grande aparecia com uma “expressiva forma tentacular de crescimento”, cujos espaços inter-radiais passaram a ser preenchidos, como se observa na situação de 1960. A partir daí, a cidade apresentou um crescimento areolar, em especial nos sentidos sul e no quadrante oeste (eixos para o sertão). Boa parte dessas áreas preenchidas correspondia a grandes loteamentos – o primeiro deles foi no bairro da Prata, em 1940, mas só a partir de 1948 surgiram outros loteamentos significativos. A diferenciação desses espaços foi se tornando cada vez mais nítida na estrutura, retratando os “aspectos materiais compatíveis com a qualificação geográfica de Capital Regional” (SESC, 1964, p.14).

Esses estudos mostram ainda que, apesar do intenso crescimento econômico e populacional, Campina Grande apresentava diversos problemas, resultantes do crescimento de sua estrutura urbana que era, em certos aspectos, desordenado. Os processos de modernização em Campina Grande, juntamente com o papel do poder público e o crescimento da cidade, interferiram visivelmente na sua configuração urbana, como se pode notar através das figuras a seguir, que mostram vistas do centro da cidade desde os anos 1920 até a década de 1950.

FIGURA 15: Vista parcial de Campina Grande, década de 1920.

Fonte: Museu Histórico de Campina Grande.

FIGURA 16: Vista parcial de Campina Grande, década de 1930.
Fonte: Museu Histórico de Campina Grande.

FIGURA 17: Vista parcial da Av. Floriano Peixoto, década de 1940.
Fonte: Arquivo de Antonio F. Bióca.

FIGURA 18: Vista parcial da Av. Floriano Peixoto, década de 1950.
Fonte: Arquivo de Antonio F. Bióca.

Nos anos 1960, o crescimento continuou acelerado, acompanhando a modernização da cidade. Os problemas urbanos advindos do crescimento vinham sendo discutidos não apenas pelo poder público, mas também por uma elite intelectualizada que tinha participação ativa nos principais acontecimentos da cidade:

O número de profissionais liberais cresce continuamente e eles vão dando nova configuração à cidade. Possuem muitas das melhores residências, tomam iniciativas culturais e vão funcionando como difusores de traços culturais até há pouco considerados insignificantes ou desconhecidos. Parte dos médicos a iniciativa de fundar um clube recreativo, de manter uma sociedade médica onde se realizam conferências semanais, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica, a Faculdade de Engenharia, a Biblioteca Municipal, as Faculdades de Serviço Social, de Filosofia, Ciências Econômicas, Administração Pública e outras instituições que foram criadas quando um médico era Prefeito⁴⁵. Tudo isto representa uma valorização das atividades intelectuais, que anima o grande número de profissionais liberais com curso superior (aproximadamente 250 em pleno exercício de sua profissão). (SESC, 1964, p.23)

Quanto à estrutura social de Campina Grande, o predomínio das famílias tradicionais (que tinham uma base na terra e outra no comércio) foi cedendo terreno tanto aos “forasteiros” quanto ao processo geral de enriquecimento ligado à expansão do comércio, da indústria e do aparelho bancário. Portanto, além das famílias tradicionais (constituídas de “adventícios enriquecidos”), chama atenção a formação de uma classe média urbana, de hábitos, tendências e valores ainda vacilantes, mas que, aos poucos, “se diferencia do povo” (SESC, 1964, p.39).

Ambas tiveram papel importante no processo de modernização de Campina Grande e na manifestação de determinadas linguagens arquitetônicas representativas desse processo, com destaque para a “arquitetura moderna”, a partir de fins dos anos 1940 mas, sobretudo, nas décadas seguintes, tema que será tratado nos próximos capítulos. Cabe, antes, ressaltar que tanto a condição de capital regional, como o crescimento urbano e populacional, o papel do poder público, e também as iniciativas dessas classes média e alta, foram fundamentais na configuração da estrutura urbana de Campina Grande dos anos 1960, com destaque para o aparecimento dos primeiros edifícios verticais, conformando uma paisagem já bastante diversa das décadas anteriores.

⁴⁵ Refere-se ao prefeito Elpídio de Almeida.

FIGURA 19: Vista da cidade de Campina Grande na década de 1960. Fonte: MHCG.

Os estudos mencionados no item anterior já apontavam para a existência de pré-condições para um processo de industrialização em Campina Grande, mesmo que a proximidade e as relações com Recife pudessem ofuscar o desenvolvimento desta atividade. A partir de 1963, com a criação do Distrito Industrial, e através dos investimentos da SUDENE, e o apoio à implantação de indústrias, por meio de isenções fiscais, o clima de ânimo era visível e muitos acreditavam que Campina Grande entrava na fase de industrialização.

Todavia, após o Golpe de 1964, com a tomada do poder pelos militares, o cenário de Campina Grande foi modificado. A centralização econômica, política e administrativa e financeira imposta nos primeiros anos da administração militar fizeram com que o projeto de desenvolvimento industrial da cidade entrasse em derrocada.

Embora não se possa afirmar que os militares objetivavam atingir o município de Campina Grande, ao adotarem as primeiras medidas para a região, no caso, implementando mudanças na equipe e na política da SUDENE, é exatamente o que começa a ocorrer. Essas mudanças de direção e de orientação, no principal órgão fomentador do desenvolvimento regional, irão iniciar o processo que culminará com profundas transformações no cenário de crescimento econômico e de estabilidade política que o município de Campina Grande começava a vivenciar, no início dos anos 60. (LIMA, 2004, p.121)

Além disso, com a reforma tributária iniciada em 1965, e que teve efeitos práticos na economia nacional a partir de 1967, as finanças dos Estados e dos municípios foram sendo enfraquecidas, dada a centralização dos recursos no âmbito federal. Em Campina Grande ocorreu um esvaziamento dos cofres públicos, isto é, o “fim de atração de novas empresas para alavancar o tão sonhado projeto de desenvolvimento industrial” (LIMA, 2004, p.152-153).

Com a cassação de Celso Furtado na SUDENE e de Newton Rique na Prefeitura de Campina Grande, as equipes foram desarticuladas, ocorrendo uma mudança de orientação que priorizou investimentos nas capitais. Em outros termos, a nova política da SUDENE passou a privilegiar as capitais que já eram beneficiadas e priorizar projetos para outras capitais, prejudicando os municípios de interior, como é o caso de Campina Grande que, paulatinamente, foi tendo o número de projetos ou o alcance desses diminuído (LIMA, 2004, p.146).⁴⁶ Importantes indústrias haviam sido implantadas na segunda metade da década de 1960, como por exemplo, a Fábrica de Tubos Plásticos da CG Industrial S.A. (CANDE), projeto arquitetônico aprovado em 1965, o Conjunto Industrial da Wallig Nordeste S.A. Ind. Com., também de 1965, e a Bentonit União Nordeste S.A., de 1967. Entretanto, o fechamento da Wallig já em 1973, parece representar a derrocada do projeto de industrialização da cidade.

A crise em Campina Grande não veio logo com o golpe militar. Ela só teve maiores reflexos no final dos anos 1960 e início dos 1970. A partir daí, outras preocupações entraram em pauta no cenário campinense, e já escapam dos objetivos do nosso trabalho. Entre as primeiras iniciativas pode-se citar o Plano de Desenvolvimento Local Integrado, de 1973:

O PDLI era muito mais que um simples projeto urbanístico. Elaborado com financiamento do Serviço Federal de Habilitação e Urbanização (SERFHAU), o plano tinha como objetivo corrigir racionalmente todos os setores deficientes da cidade, desde os aspectos educacionais e administrativos até os problemas urbanísticos. No plano urbanístico, o PDLI propunha mudanças no sistema viário urbano, a erradicação de favelas e a urbanização de áreas centrais da cidade. (LIMA, 2004, p.232)

⁴⁶ Seria importante avaliar essa situação comparada à da capital do estado, João Pessoa.

**MANIFESTAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA
EM CAMPINA GRANDE: ANOS 1950**

2

Ao iniciar o estudo sobre a arquitetura moderna em Campina Grande, foram identificados alguns trabalhos correlatos¹, no intuito de apreender de forma mais geral como tal arquitetura se disseminou por regiões e cidades do Brasil ainda não incluídas na narrativa dominante da arquitetura moderna brasileira. Em paralelo, foram iniciadas as pesquisas no Arquivo da Prefeitura Municipal de Campina Grande (APMCG), para a coleta de informações e dados sobre profissionais e obras realizadas na cidade durante os anos 1950 e 1960.

Entre essas duas trajetórias, dois problemas foram fundamentais para a discussão deste trabalho. O primeiro deles é o da temática da “difusão da arquitetura moderna brasileira”, na qual o trabalho se insere. Como apontado na introdução, existe, ainda, uma lacuna sobre a temática dentro do âmbito especializado que exige um estudo aprofundado, e que escapa ao objetivo geral desta pesquisa.

O segundo problema refere-se à categorização das linguagens arquitetônicas. Conforme visto no capítulo anterior, diferentes linguagens buscaram representar a modernidade arquitetônica citadina, desde as poucas manifestações ecléticas anteriores a 1930, perpassando os exemplares *déco* e as residências denominadas de “bangalôs”. No caso de Campina Grande, destacou-se o *Art Déco* como símbolo do moderno entre os anos 1930 e 1940, porque foi essa a linguagem que caracterizou o ambiente citadino de então, dentro do intenso processo de modernização. Chamou atenção o fato do *déco*, em Campina Grande (e em muitas cidades brasileiras, e até latino-americanas)², ter expressiva continuidade durante os anos 1950, com realizações contemporâneas às da produção moderna (leiam-se edificações que se mostram claramente vinculadas ao que se convencionou chamar de “arquitetura moderna brasileira”).

¹ ALBERTON, Josicler Orbem. **Influência modernista na arquitetura residencial de Florianópolis**. Florianópolis, 2006. Dissertação (mestrado) – PPGAU, Universidade Federal de Santa Catarina; ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **A escola carioca e a arquitetura moderna brasileira em Campo Grande: 1950/1970**. Dissertação (mestrado) – PROPARG, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001; GUADANHIM, Sidnei Junior. **Influência da arquitetura moderna nas casas de Londrina: 1955-1965**. São Paulo, 2002. Tese (doutorado) – PPGAU, Universidade de São Paulo; LUCCAS, Luís Henrique Haas. **Arquitetura moderna brasileira em Porto Alegre**. Sob o mito do gênio artístico nacional. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004; MELO, Alexandra Consulin Seabra de. **Yes, nós temos arquitetura moderna!** Reconstituição e análise da arquitetura residencial moderna em Natal das décadas de 50 e 60. Natal, 2004. Dissertação (mestrado) – PPGAU, Universidade Federal do Rio Grande do Norte; NASLAVSKY, Guilah. **Arquitetura moderna em Pernambuco, 1951 – 1972**: as contribuições de Acácio Gil Borsoi e Delfim Fernandes Amorim. São Paulo, 2004. Tese (doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo; PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Novos edifícios, nova visão urbana**: difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974). Dissertação (mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008; SILVA, Izabel do Amaral e. **Um olhar sobre a obra de Acácio Gil Borsoi**: obras e projetos residenciais 1953 – 1970. Natal, 2004. Dissertação (mestrado) – PPGAU, Universidade Federal do Rio Grande do Norte; SILVA, Maria Angélica da. **Arquitetura moderna: a atitude alagoana (1950-1964)**. Maceió: UFAL/IAB-AL/Governo de Alagoas, 1991; TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura. **Arquitetura e cidade**: a modernidade (possível) em Florianópolis, Santa Catarina – 1930-1960. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. Tese (doutorado). São Carlos, 2009.

² Basta lermos o livro homônimo do 1º Seminário Internacional Art Déco na América Latina, do Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 1996, que buscou contribuir para suprir a lacuna existente na historiografia da arquitetura brasileira sobre a influência do *art déco*. Nele encontramos reflexões acerca do *Art Déco* no México, Cuba, Uruguai, Chile, Argentina e Brasil, além de diversos textos que tratam do tema em cidades brasileiras ou edifícios específicos; o que dá um pouco de noção da importância ou amplitude dessa produção não apenas no âmbito brasileiro, mas um processo de difusão do *art déco* que acontece em praticamente toda a América Latina.

Torna-se difícil falar do moderno e da dita “produção moderna” de Campina Grande excluindo o contexto precedente, das décadas de 1930 e 1940, momento de intensas transformações urbanas, calcadas no ideário nacional de modernização das cidades brasileiras. Boa parte da região central de Campina Grande teve seu traçado regularizado e/ou modificado, além de várias construções terem sido demolidas, sendo substituídas por edificações reguladas por decretos municipais, como é o caso do número mínimo de pavimentos, reflexo de um maior controle do poder público sobre as condições físicas das edificações. Já durante a década de 1930 os projetos aprovados pela Prefeitura Municipal seguiam determinados preceitos técnicos e alguns eram elaborados por arquitetos-licenciados, com destaque para as figuras de Isac Soares e Josué Barbosa Pessoa que, segundo Queiroz (2008), tiveram ampla atuação na cidade.

No entanto, o que mais intriga com relação aos caminhos da arquitetura campinense é o fato de diferentes imagéticas terem sido expressões do mesmo *moderno* na cidade. A afirmação do moderno como valor perpassa os diversos caminhos percorridos pela pesquisa e, certamente, o *art déco* teve papel importante na expressão do moderno campinense. Discutir o *déco* em Campina Grande torna-se necessário, não apenas pelo fato de uma série de obras terem sido realizadas em paralelo à produção moderna, mas também pela problemática relacionada à sua categorização.

Para abordar esta problemática, propõe-se discutir a presença do *art déco* na cidade, enfocando aquelas obras em que o “rótulo” torna-se incerto – a edificação é *déco*, *protomoderna*, ou deve-se falar de uma *modernidade pragmática*, ou de *proto-racionalismo*? Sabe-se das complicações que estes termos acarretam e, mais ainda, quando se tenta relacioná-los à produção moderna brasileira. Por outro lado, quando se remete a determinadas edificações como, por exemplo, os prédios construídos pelo Departamento de Correios e Telégrafos (DCT) durante os dois governos Vargas, percebe-se um ideário de modernidade associado a uma imagética *art déco*, que está diretamente relacionado à política de modernização do Estado e à afirmação do moderno como valor. Aqui aparecem os edifícios dos correios de Campina Grande (1931 e 1950) e algumas obras construídas pela Diretoria de Viação e Obras Públicas (DVOP), principalmente na capital do Estado, João Pessoa. Mas o edifício que marca a imagética do período na cidade é, com efeito, o Grande Hotel, cuja autoria é atribuída ao arquiteto Georges Munier, que atuava em Recife. Talvez aqui se possa conferir, adiantadamente, um vínculo estreito com a arquitetura pernambucana, fato que se intensifica nos anos 1950.

CONCEITO *VERSUS* RÓTULO: MODERNO COMO VALOR

Correia (2008, p. 48) aponta alguns fatores relacionados à dificuldade no uso do termo *art déco*, entre os quais estão: a existência de prédios com “tendências *déco*”, mas com aspectos importantes remetendo a outras arquiteturas (colonial, de composição clássica ou mesmo à linguagem moderna), e também o fato de, no uso arquitetônico, o termo ter se difundido apenas nos anos 1960, muito tempo depois da produção que veio a denominar. Nesse segundo aspecto, a informação é de Pinheiro (1997), que explica a disseminação do termo a partir da exposição *Les Années 25*, realizada no Museu de Artes Decorativas de Paris, em 1966, remetendo à Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas de Paris, 1925. De acordo com Pinheiro (1997, p.127), a exposição de 1925 marcou a consolidação da tendência (a chamada *art déco*), que encontrou expressões múltiplas na Europa e teve ampla difusão nas Américas. Nesse período, as manifestações associadas ao *déco* recebiam outras atribuições: *jazz modern*, “estilo moderno”, *streamlined modern*, *zigzag modern*, “arte decorativa moderna” etc.

Conde (1988), com o artigo “*Protomodernismo em Copacabana*” buscou definir uma produção realizada nos anos 1930 e 1940, com características consideradas homogêneas. O adjetivo “protomoderno” foi utilizado “para designar determinadas construções – que outros (...) associam ao *art déco* –, nas quais a ornamentação se desloca das fachadas para a volumetria” (CORREIA, 2008, p.48). Além disso, o termo foi utilizado por diversos autores na tentativa de classificar determinadas edificações consideradas “clássicas e modernas” ao mesmo tempo. Em relação à Paraíba, Trajano Filho (2003), optou pela terminologia “protomoderno” para tratar de alguns edifícios construídos em João Pessoa sob a orientação da DVOP, na década de 1930.

Apesar desses trabalhos terem encontrado uma denominação que satisfazia uma interpretação sobre as características formais dessas edificações, acarretaram outra problemática: o termo “protomoderno” remeteria a uma produção anterior à moderna, e na verdade, ambas as linguagens ocorreram de forma simultânea durante certo período. Para Correia (2008, p.49), a principal questão colocada no uso desses termos é a “repousa no fato de não estarem definidas de forma autônoma, mas em relação à ‘arquitetura moderna’”.

Talvez o único consenso a despeito da designação seja o de que remete à Exposição de 1925, em Paris.³

Entendemos o *art déco* na arquitetura como o resultado da aplicação dos princípios consolidados em Paris, na Exposição das Artes Decorativas e Industriais, de 1925. Visava esta exposição a mostrar que a França havia se emancipado do *art nouveau* e que após 15 anos de *art déco* novamente irrompia ali um desejo de mudança. Buscava-se tudo o que fosse novo, apontando para a simplificação das formas. As

³ Parece que paulatinamente a designação *protomoderno* vem sendo abandonada e novas pesquisas vêm investigando a produção dita *art déco*.

linhas *modernistas* significavam mudança e ruptura. Desenhos orgânicos foram dispensados, passando a imperar a ornamentação mais geometrizada. (LIMA, 1997, p.159)⁴

No Brasil, acabada a Primeira Guerra, intensificou-se o intercâmbio cultural entre artistas daqui e da Europa. O *art déco* teria, a partir daí, se apresentado como “uma proposta indissociável dos avanços tecnológicos da época: o rádio, o cinema, a gravação elétrica (disco), automóveis, aviões, transatlânticos e arranha-céus”, definidos com um caráter e natureza intrinsecamente “*cosmopolitas*” (CONDE, 1997, p.70). Conde⁵ (1997, p.72) constata que a influência *déco* na arquitetura brasileira não se restringiu às obras públicas e privadas projetadas por profissionais renomados, mas também à produção suburbana e interiorana de construtores, mestres-de-obras e artistas leigos.⁶

Segre (1991, p.104 e 105) considera importante para a América Latina o fato do *art nouveau* e do *art déco* terem alcançado um alto grau de difusão popular, fazendo parte da caracterização cultural do ambiente, uma vez que o novo repertório de componentes plásticos teriam sido renovadores do entorno perceptivo da cidade (SEGRE, 1991, p.104 e 105). Para o autor, o papel do *art déco* está na sua função mediadora entre as propostas da vanguarda e o que as amplas camadas da população (de diversas classes sociais) estavam dispostas a aceitar. A identificação com o mundo industrial e o vínculo com as novas tecnologias da construção fizeram com que tivesse um sentido de modernidade, “de projeção para o futuro que coincidia com o otimismo da sociedade capitalista, antes da Grande Crise de 1929” e, por isso, ter sido aplicado amplamente nos arranha-céus, edifícios de escritórios, cinemas, indústrias, entre outros (SEGRE, 1991, p.110 e 111).

Concordamos com Segre (1991, p.110 e 111) quando busca entender a importância do *art déco* na caracterização cultural do ambiente, já que a imagética estava associada a um ideal de modernidade. Mas questionamos o seu papel de “mediador” entre uma vanguarda e uma população não erudita. Para essa população, o *déco* era moderno. Para Campina Grande, o *déco* era a linguagem arquitetônica que expressava sua modernidade durante os anos 1930 e 1940, adentrando na década de 1950, quando já se percebem obras que remetem à “arquitetura moderna brasileira”.

Em outra parte de seu livro, Segre identifica alguns fatores determinantes da presença dos códigos racionalistas na América Latina: a influência da vanguarda artística, a emigração de

⁴ Refletindo sobre o contexto de origem (França), Pinheiro (1997, p.206) escreve que o *art déco* também se caracteriza por utilizar invariavelmente certos mecanismos de uniformização dos elementos ornamentais (*estilização e geometrização*), resultando na *homogeneização* das suas várias fontes de influência decorativa; um procedimento que deriva dos movimentos artísticos de vanguarda (*tendência à abstração*) e que é em grande parte responsável pelo aspecto *moderno* do *déco*. E nesse caso, o moderno não iria muito além das aparências externas.

⁵ Que outrora estudou o que denominou de “protomodernismo”.

⁶ Estamos inclinados a concordar com o discurso de Castriota (1997, p.179), quando trata do *déco* e do moderno em Belo Horizonte, talvez porque ele admita a polivalência do termo “modernidade” de Habermas, com diferentes modelos de relação com o tempo. Castriota chama nossa atenção para perceber como na modernidade arquitetônica está-se lidando não apenas com pólos lingüísticos diferentes e bem identificados, mas com diferentes atitudes frente ao cânone.

profissionais da vanguarda européia, a assimilação do “estilo” pelas burguesias locais, o apoio da iniciativa estatal e a mão-de-obra e os recursos materiais, a comercialização do repertório e os duplos códigos simbólicos. Esses novos códigos, formais e espaciais, teriam tido rápida assimilação com base na difusão do concreto armado como técnica construtiva predominante, introduzida por engenheiros europeus.

Talvez, admitindo a confluência desses vários fatores determinantes, possa-se explicar a pluralidade de linguagens associadas ao moderno nas primeiras décadas do século XX no Brasil. E, nesse sentido, não seria relevante tentar rotular essas obras entre tantas designações que vêm sendo propostas. Com efeito, como aponta Teixeira (2009, p.91-93), há “arquiteturas da modernidade”, que podem ser interpretadas levando em consideração os produtores envolvidos, suas formações, as condições de trabalho e do meio cultural, e também a tradição. Mesmo nas agências dos Correios e Telégrafos, nos Centros de Saúde e nos Grupos Escolares, em que se costuma verificar uma produção associada ao ideário de modernidade, diferentes linguagens estavam envolvidas, simultaneamente, no tempo e no espaço.

Assim, para entender essa produção “homogênea” que vem sendo apontada com cada vez mais frequência pelos trabalhos acadêmicos sobre a produção arquitetônica no Brasil dos anos 1930 e 1940, é importante levar em consideração essa pluralidade de idéias que coincidem e demarcam o período, as múltiplas influências e diferentes realidades, e aprofundar o estudo sobre a produção, os profissionais envolvidos (locais ou emigrados) e os contextos específicos em que são inseridos.

Analisando a política de modernização do DCT, vê-se que, na busca de uma padronização, uma linguagem arquitetônica foi adotada largamente para expressar a imagem de modernização administrativa. Na falta de uma denominação melhor, o termo *art déco*, vem designando boa parte da linguagem associada às agências, assim como outras obras desse período.

A POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO NO DCT: O IDEÁRIO SUPLANTA O RÓTULO

Dentro da política de modernização do governo Vargas, das experiências e inovações que foram empreendidas, talvez o projeto de normalização arquitetônica oficial mais extensivo tenha sido o do Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), repartição criada em 26 de dezembro de 1931 (Decreto nº 20.859), reunindo os serviços postais e telegráficos do país:

(...) a adoção de uma lógica de funcionamento claramente “industrial”, pautada na rigorosa hierarquização das regiões e municípios, que definia o perfil, as dimensões e a categoria de cada agência num sistema operacional mais amplo. Pode-se dizer que a idéia de padronização das agências segundo sua natureza ou classe ganhou forma e visibilidade em decorrência dessa nova lógica operacional. (PEREIRA, 1999, p.103)

A iniciativa tratou de dotar o território brasileiro (capitais e principais pólos regionais) dos serviços oferecidos pelo DCT, introduzindo “uma arquitetura padronizada no centro de cada cidade, como imagem de um serviço público colocado ao alcance do maior número de cidadãos”. Em 1932, foram preparados “92 projetos ou estudos de remodelação e adaptação de sedes e repartições, de mecanização ou construção de edifícios no Nordeste e de agências especiais de diretorias regionais nos estados”. Dentre as 55 agências que começaram a ser construídas nessa região, a Paraíba ganhou 21 delas, dada sua “participação ativa no movimento revolucionário” de 1930 (PEREIRA, 1999, p.103 e 106).

As agências foram vistas, na época, também vinculadas ao conceito de *moderno*, ou de um “estilo novo”, “que veiculava uma imagem de modernização administrativa, mesmo quando, do ponto de vista arquitetônico, seus autores demonstraram pouca ou nenhuma profundidade no entendimento das propostas modernas” (PEREIRA, 1999, p.121).

Nessa perspectiva, levando em consideração a trajetória dessas agências, segundo aponta Pereira (1999, p.134), percebe-se uma “lenta passagem de uma concepção acadêmica da arquitetura para uma vocação *art déco*, até começar a deixar transparecer uma nova consciência em relação à forma e ao programa”:

Ao longo dos anos 30 e 40, as relações desses projetos de novas sedes postais com os planos de desenvolvimento ou de remodelação urbana foram se tornando cada vez mais nítidas. Com o Estado Novo, vários desses projetos urbanísticos ganharam forma, e a implantação de novos sistemas de transporte, urbanos ou interurbanos, passou a interferir na localização das agências dentro das redes de cidades. (PEREIRA, 1999, p.162)

A idéia de construção de uma rede nacional a partir do DCT perpassou todo o período entre 1931 e 1945 (período varguista), com alguns períodos de retração (1936) e de reajuste (1938 e 1941). Após 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, “a história do DCT foi marcada por sucessivos descompassos e diversos projetos de reforma, que, entretanto, somente se concretizariam na década de 1960”. Apesar disso, em 1951, 109 edifícios foram concluídos, 60 novos iniciados e 135 estavam em andamento. Esses edifícios, que foram pensados como edifícios-tipo, sofreram algumas variações, porém vários foram reproduzidos em diferentes cidades, como é o caso da agência de Londrina, inaugurada em 1949 e que teve seu tipo reproduzido em Campina Grande, São Carlos, Limeira, Marília, Lorena e Araraquara. No caso de Campina Grande, o edifício ganhou uma expressão urbana maior. Entretanto, “nessa série de edifícios, a volumetria “cubista” seria reduzida novamente a um mero jogo compositivo, dando lugar à inserção híbrida do relógio-torre de tratamento *art déco*” (PEREIRA, 1999, p.107, 163-164).

O que Pereira (1999) não mostrou é que Campina Grande fez parte dessa política de modernização do DCT em dois momentos, já que havia sido contemplada na primeira leva de

construções, em 1932. Provavelmente, o prédio anterior, por ter sido construído seguindo um tipo (os prédios eram classificados por tipos) mais simples e que se assemelhava a outras cidades paraibanas, já não representava a Campina Grande dos anos posteriores, aquela cidade que crescia rapidamente e que começava a sobressair dentro do contexto interiorano nordestino. Por isso, em 1950 foi inaugurado o novo edifício dos Correios e Telégrafos da cidade, com demolição da antiga sede e construção da Praça da Bandeira.⁷ Seu tipo assemelha-se claramente ao da agência construída em Rio Grande, no mesmo período.

FIGURA 20: Prédio dos Correios de Campina Grande (demolido). Fonte: Marcus Vinícius Queiroz (Arquivo pessoal de Severino Cabral Filho).

FIGURA 21: Prédio dos Correios e Telégrafos de Rio Grande/RS. Fonte: memoriasdochico.wordpress.com.

FIGURA 22: Prédio dos Correios e Telégrafos de Campina Grande, 1950. Fonte: Arquivo de Antonio F. Bióca.

O ART DÉCO EM CAMPINA GRANDE

Além dos dois edifícios dos Correios e Telégrafos, várias outras construções de Campina Grande dos anos 1930 aos anos 1950 estão associadas à imagética do *art déco*, em especial as edificações que compõem as ruas do centro, regularizadas a partir da década de 1930, durante as transformações urbanas e arquitetônicas mencionadas no capítulo anterior. Apesar de outras

⁷ Episódio que ilustra o *status* da cidade a partir do final da década de 1940.

modificações terem sido empreendidas nas ruas e nas edificações do centro da cidade ao longo das décadas posteriores, ainda hoje se percebe como a linguagem caracterizou o ambiente construído desse período.

FIGURA 23: Rua Maciel Pinheiro, década de 1950. Fonte: Postal Livraria Cruzeiro/Ambrosiana (www.art-deco-sertanejo.com).

FIGURA 24: Rua Venâncio Neiva, hoje. Fonte: Adriana Almeida.

Não é objeto do estudo analisar as características dessa produção campinense vinculada ao *art déco*. Dada a dificuldade em rotular esses exemplares arquitetônicos, admite-se a falta de respaldos suficientes para fazê-lo, já que a pesquisa limita-se a ver essa produção apenas por sua aparência externa, sem um levantamento dos projetos e concepção interna e/ou espacial dessas edificações.

Sabe-se, no entanto, que, por mais que se aponte uma orientação “formalista” ou “estilística”, sem uma proposta definida, deve-se creditar a essa produção uma significação simbólica expressiva. Seja qual for a interpretação dessa poética, o fato é que entre os anos 1930 e 1940 buscou-se uma linguagem para esse ambiente em transformação, em vias de modernização, mesmo que sem as preocupações de vanguarda. Daí porque defendemos ser impraticável falar de vanguarda arquitetônica em Campina Grande, apesar do significado da cidade dentro do contexto regional no interior nordestino. Ademais, até os anos 1950, poucos eram os profissionais que atuavam na cidade e, em geral, para construção dos seus edifícios mais importantes eram convocados profissionais advindos de outras localidades, sem um comprometimento maior com o desenvolvimento de uma arquitetura que refletisse o contexto citadino.

Enquadrar essas edificações sob uma mesma designação dificultaria uma interpretação sobre determinadas obras na cidade que cumpriram (ou desempenharam) um papel importante no quadro da arquitetura campinense. São obras que apresentaram uma preocupação com aspectos relacionados à funcionalidade, eficiência e à economia da sua construção – características que se adéquam aos códigos racionalistas –, como é o caso do edifício do Grande Hotel ou mesmo os prédios dos Correios e Telégrafos, além de projetos e obras de repartições oficiais de engenharia e

arquitetura que foram identificadas por Trajano Filho (2003) em seu trabalho sobre a atuação da Diretoria de Viação e Obras Públicas nos anos 1930 na Paraíba.

Infelizmente, o estudo de Trajano Filho pouco se dedica à temática em Campina Grande, priorizando as obras realizadas na capital, João Pessoa. De qualquer forma, deixa a informação de que durante o governo de Argemiro de Figueiredo investimentos maciços foram empregados na construção de obras públicas que tiveram a capital e Campina Grande (terra natal de Argemiro) como destinos preferenciais, mas tendendo a abarcar a totalidade do estado (TRAJANO FILHO, 2003, p.10). A obra de grande destaque em Campina Grande, como visto, foi a adutora de Vaca Brava, para abastecimento de água e rede de esgotos na cidade. Essas obras são parte fundamental para o entendimento da política de modernização do Estado e da inserção de Campina Grande nesse contexto.⁸

Para perceber o alcance da produção ligada ao *art déco* em Campina Grande, podem-se ilustrar alguns edifícios marcantes que só vieram aparecer na década de 1950, como o Edifício Feliciano Agra (inaugurado em 1952), o prédio da Livraria Pedrosa (inaugurada em 1953) e o da Estação Ferroviária, este último inaugurado entre os anos 1957 e 1958⁹. O edifício da Estação Ferroviária, mais conhecido como Estação Nova, foi particularmente significativo, marcando a ligação ferroviária entre Campina Grande o estado de Pernambuco.

FIGURA 25: Edifício Feliciano Agra, inaugurado em 1952.
Fonte: *Jornal de Campina*, 17/08/1952.

FIGURA 26: Livraria Pedrosa, inaugurada em 1953. Fonte: *Diário da Borborema*, 02/10/1957.

⁸ Recentemente, Trajano Filho nos cedeu imagens do projeto (não construído) de uma cadeia pública para Campina Grande, realizado pela DVOP.

⁹ Encontramos uma foto do edifício no *Diário da Borborema*, 22/01/1958, p.08, que provavelmente havia acabado de ser inaugurado ou estava em vias de ser.

FIGURA 27: Estação Nova, segunda metade dos anos 1950.
Fonte: Marcus Vinícius Queiroz.

Um caso interessante do alcance do *déco* na Campina Grande dos anos 1950 é o projeto para construção da Residência Francisco Pedro Nunes, em 1951. Assinado pelo engenheiro Austro de França Costa, e com apenas 71,50m² de área coberta, o que chama atenção é a prancha anexa ao projeto, modificando o desenho da fachada. Pode-se dizer que reflete uma “popularização” de elementos do *déco* também nas edificações residenciais.

FIGURA 28: Projeto para a Residência Francisco Pedro Nunes, 1951.
Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Campina Grande.

FIGURA 29: Fachada inicial da Residência Francisco Pedro Nunes, 1951. Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Campina Grande.

FIGURA 30: Segunda fachada para a Residência Francisco Pedro Nunes, 1951. Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Campina Grande.

Mas dentre as edificações que marcaram a arquitetura e a cidade de Campina Grande nesse momento em que o *déco* era predominante, de relevante expressividade e significação simbólica para o período de transformações urbanas da cidade, e de sua modernização, como já apontado, foi o edifício do Grande Hotel (1936-1942).

FIGURA 31: Grande Hotel, atual Prefeitura Municipal de Campina Grande. Fonte: *O Momento*, 17/09/1950.

FIGURA 32: Grande Hotel de Campina Grande, detalhe do vazio acima do hall de entrada. Fonte: Adriana Almeida.

FIGURA 33: Grande Hotel de Campina Grande, detalhe do piso. Fonte: Adriana Almeida.

Mesmo sem o projeto do edifício, que poderia proporcionar uma melhor apreciação de seus elementos arquitetônicos, percebe-se uma intenção que é diferente da dos demais edifícios mostrados.¹⁰ Há um jogo de volumes puros e linhas retas, eliminação clara dos ornamentos, uso diferenciado do concreto, inserção do elevador, dentre outras características que para serem mais bem compreendidas, merecem ser vinculadas à produção específica do seu idealizador.

A autoria do Grande Hotel é atribuída¹¹ ao arquiteto francês Georges Henry Munier¹², que na época atuava em Recife. Segundo Naslavsky (1998, p.57), Munier foi professor da Escola de Belas Artes de Pernambuco (EBAP) e, ao lado de Heitor Maia Filho, Jorge Martins, Hugo Marques e outros, foi responsável pelas primeiras iniciativas modernizantes recifenses do início dos anos 1930, em um momento em que outros projetistas e desenhistas permaneciam reproduzindo as linguagens tradicionais. Esses profissionais teriam contribuído para a modernização da arquitetura no período anterior à experiência de Luiz Nunes (NASLAVSKY, 1998, p.180).

Naslavsky (1998, p.192) destaca, sobre a produção de Munier, as linhas retas e puras, e elementos compositivos e detalhes que remetem aos arquitetos franceses pioneiros do concreto, entre os quais cita Auguste Perret e Tony Garnier. Investigando possíveis influências estrangeiras na obra de Georges Munier, verifica algumas relações com a obra de Perret: “a nítida influência francesa se evidencia na maneira de trabalhar o concreto pré-moldado, empregado em elementos perretianos de desenho geométrico”. Seria o caso da Igreja de Nossa Senhora de Fátima do Colégio Nóbrega, cujo projeto foi elaborado por Munier em Recife, por volta de 1933.

FIGURA 34: Georges Munier. Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Recife, 1934.
Fonte: Roberta Smith, 2007.

¹⁰ Seria o caso talvez de fazer uma aproximação ao Edifício Columbus (1932-1934), de Rino Levi, que trazia uma expressão visual do moderno, mas que de certa forma nos lembra alguns detalhes presentes no *déco*, mesmo sendo considerado por muitos, o primeiro prédio moderno da capital paulista.

¹¹ No capítulo anterior, por depoimento do médico Bezerra de Carvalho.

¹² Não sabemos ao certo se Munier era arquiteto de formação. Segundo Naslavsky (1998, p.185, nota 20), até 1934 não era necessário que o profissional fosse diplomado para exercer a profissão de arquiteto. A partir desse ano, com a criação dos conselhos, o registro profissional passou a ser exigido. No entanto, para os profissionais que já atuavam no mercado e de mérito reconhecido foram concedidas licenças em assembléias, daí o título de arquiteto-licenciado que alguns profissionais receberam, como é o caso de Hugo Marques, que atuou em Campina Grande nos anos 1950 e 1960.

Por outro lado, quando trata do projeto inovador do arquiteto para as residências da Av. Visconde de Suassuna (1931), atenta para as linhas retas e volumes cilíndricos, compondo um conjunto de residências com “aspirações modernas”. Acrescentem-se aqui as chamadas “casas puristas”, da Rua Bispo Cardoso Ayres, também de 1931, que considera pioneiras em termos regionais e que colocariam Munier em posição de destaque ao lado de Gregori Warchavchik (NASLAVSKY, 1998, p.197-199).

FIGURA 35: Georges Munier. Casas Puristas da Rua Bispo Cardoso Ayres, nº. 467 e 481. Fonte: Roberta Smith, 2007.

Sobre a produção de Munier, para além dos edifícios em Recife, têm-se notícias do projeto para o Palácio do Comércio de Fortaleza, de 1937, e do Grande Hotel de Natal, de 1939. Esses dois edifícios assemelham-se, em termos de composição, às obras de Munier dos anos 1930 em Recife, com suas linhas retas e geométricas, e ausência de ornamentação.¹³ Talvez a figura desse arquiteto mereça uma maior atenção no quadro da arquitetura realizada no Nordeste, em especial dos anos 1930.

FIGURA 36: Georges Munier. Palácio do Comércio de Fortaleza, 1937.
Fonte: www.centrodefortaleza.com.br.

FIGURA 37: Georges Munier. Grande Hotel de Natal, 1939.
Fonte: *Novo Jornal*, 17/11/2009.

¹³ Encontramos ainda referência a um projeto de Munier: o edifício Arnaldo Dubeux, foi inicialmente sede de um banco, construído em 1912, em Recife, o qual teria abrigado posteriormente a antiga Bolsa de Valores e hoje a Caixa Cultural do Recife, com uma linguagem que remete ao neoclássico (www.casadacultura.org).

Retomando o caso do Grande Hotel de Campina Grande, que ainda no início dos anos 1950 era divulgado pelo jornal local *O Momento* (17/09/1950, p.12) como “suntuoso” e o “maior hotel do interior nordestino”, pode-se dizer que se trata de um marco da imagética arquitetônica campinense dos anos 1930 e 1940. Além disso, pela autoria e pela abrangência da obra de Munier, acredita-se na importância dos profissionais atuantes em Recife para a constituição da arquitetura de Campina Grande, fato que se mostrará mais profundamente nos anos subsequentes, como é o caso da atuação dos arquitetos Hugo Marques e Augusto Reynaldo, para citar alguns nomes mais relevantes da produção campinense dos anos 1950.

De acordo com Naslavsky (1998, p.75), nos anos 1930, independente de uma estética apropriada à nova técnica e de novas disposições de planta, as construções em concreto armado já eram ditas “modernas”. A autora indica a existência das “primeiras iniciativas com tendências modernas no campo da arquitetura”, através de obras de “projetistas empenhados na geometrização de elementos construtivos e decorativos dos projetos” que refletiam as primeiras preocupações com a racionalização da construção e as influências das mudanças de gosto. Em outras palavras, eram obras “fruto de ilustrações em linhas art déco e filiadas às vanguardas artísticas divulgadas em periódicos, revistas e catálogos de projetos importados que circulavam na época e influenciaram projetistas contribuindo para modificar a cultura arquitetônica vigente” (NASLAVSKY, 1998, p.178).

Trata-se de um período, portanto, em que técnica moderna e estética conviviam com um “quê de tradição”, destacando-se as linhas geométricas, mas com resquícios da cultura acadêmica na composição arquitetônica e no tratamento da ornamentação (NASLAVSKY, 1998, p.181). Apesar da autora não considerar essas obras como “modernas” (no sentido de uma aproximação à arquitetura moderna), esclarece que nos anos 1930 o termo “moderno” passou a ser empregado independentemente de uma estética moderna. Isto é, as linhas retas e a ausência de ornamentação eram suficientes para caracterizar a modernidade da edificação (NASLAVSKY, 1998, p.195).

Ainda de acordo com a autora, esse gosto geométrico, presente na Exposição de Artes Decorativas em Paris (1925), teria se difundido em Recife por ocasião da Exposição Nacional de Produtos em Pernambuco, realizada entre os anos 1930 e 1940¹⁴. Nela, quase todos os pavilhões possuíam linhas retas e geométricas, evidenciando que a geometria e o gosto *déco* teriam se disseminado na cidade (NASLAVSKY, 1998, p.179).

No caso de Campina Grande, procurou-se inicialmente vincular o período de 1930 e 1940 ao conjunto de transformações urbanas e ao empreendimento da política de modernização do período

¹⁴ Acreditamos que a autora se referia à Primeira Feira de Amostras da Indústria de Pernambuco, realizada no Campo do Derby, em 1934, e que menciona em parágrafos anteriores, fazendo um paralelo com a Exposição de Artes Decorativas de Paris.

varguista, apontando para uma afirmação do moderno como valor e de uma necessidade de modernização que era nacional. No entanto, até os anos 1920, a cidade carecia de uma série de elementos infra-estruturais e não tinha os profissionais capazes de expressar a modernidade e a modernização da cidade nas suas novas edificações. Foi necessário, portanto, a atuação, por exemplo, da Diretoria de Viação e Obras Públicas, na construção da adutora de água e esgotos nos anos 1930; do DCT, na construção das agências postais; de visitas de urbanistas, como Nestor de Figueiredo; e mesmo da busca de soluções e referências externas para solucionar os problemas da cidade, que passou a crescer consideravelmente a partir dos anos 1930. Nesse sentido, a referência mais próxima (e que também incluía relações econômicas) era a cidade do Recife.¹⁵

No campo arquitetônico campinense do período, o *art déco* foi, sem dúvidas, uma linguagem arquitetônica que teve grande alcance e representatividade na caracterização do seu ambiente cultural. Mas é preciso enfatizar três aspectos sobre o seu contexto: primeiro, a existência de diferenças entre as diversas obras que foram construídas, das mais representativas até as menos preocupadas com o repertório *déco*, mas que evitamos aprofundá-las – em termos de intenção, ou *atitude*, aspectos formais, construtivos etc.¹⁶; em segundo lugar, essa linguagem arquitetônica correspondeu por um longo período a uma imagem de modernidade para os campinenses; e, por último, acreditamos que seu papel deva ser considerado para tratar do processo de difusão da arquitetura moderna em Campina Grande – principalmente porque profissionais que projetaram obras “filiadas” ao *déco*, projetaram, posteriormente, obras que já fazem parte do repertório moderno citadino, como é o caso do arquiteto Isac Soares ou do engenheiro Austro de França Costa.¹⁷

Durante a década de 1950, portanto, diferentes linguagens arquitetônicas plasmaram o mesmo espaço. Se por um lado construíram-se edificações que remetem ao *déco*, têm-se ao lado delas os primeiros indícios de uma verticalização que não está associada a essa imagética, mas também representante do “moderno”. É o caso do edifício da Associação Comercial de Campina Grande (1954-56?)¹⁸ e do edifício anexo a ele, ambos na Rua Maciel Pinheiro que, até então, era quase que inteiramente caracterizada pelo *déco*.

¹⁵ É provável que a grande maioria dos profissionais liberais (médicos, engenheiros etc.) que estavam em Campina Grande nessa primeira metade do século XX, tenha sido diplomada em Recife, ou na “terceira”, como era chamada por alguns jornais dos anos 1950, tendo em vista que a partir dos anos 1930, Recife era a 3ª cidade mais populosa do país e pólo importante do Nordeste.

¹⁶ Teríamos também que conhecer os profissionais, os aspectos construtivos das obras, analisar detalhadamente os projetos, entre outros aspectos que poderiam nos levar a um posicionamento mais crítico frente a essa produção. Não é nosso objeto de estudo. No momento pretendemos apenas apontar para o papel do *art déco* no processo de difusão do moderno em Campina Grande.

¹⁷ Isac Soares projetou o GREESE (1961), que ilustraremos no capítulo seguinte. A atuação de Austro de França Costa nos anos 1950 e 1960 foi mais ampla, como veremos adiante.

¹⁸ A autoria do projeto é atribuída ao arquiteto-licenciado Hugo Marques, cuja produção em Campina Grande discutiremos posteriormente.

FIGURA 38: Rua Maciel Pinheiro, vendo-se, ao lado de edificações *déco*, novas linguagens arquitetônicas, como o edifício da Associação Comercial de Campina Grande. Fonte: Adriana Almeida.

DA MODERNIZAÇÃO À DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA EM CAMPINA GRANDE: ELEMENTOS DE CONTEXTO

Uma interpretação sobre a difusão da arquitetura moderna em Campina Grande, a partir de um discurso temporal-geográfico, diria que o processo teve início no segundo pós-guerra, com o apoio oficial e o reconhecimento internacional, associado à criação de escolas de arquitetura e ao deslocamento de profissionais com formação moderna por diferentes regiões do país. No caso específico de Campina Grande, esses profissionais provinham especialmente de Recife. Em outras palavras, a manifestação da arquitetura moderna brasileira na cidade teria começado entre fins dos anos 1940 e início dos anos 1950, eminentemente através da atuação de arquitetos pernambucanos.

Algumas ressalvas devem ser feitas, entretanto, antes de tratar da “produção moderna”. Várias eram as formas de divulgação da imagem de modernidade, em especial com a difusão cada vez mais ampla dos meios de comunicação: revistas, jornais, televisão, rádio etc. Para não cair em generalizações, serão adotadas algumas hipóteses mais marcantes para o contexto da cidade: a influência pernambucana e o intercâmbio de profissionais e de idéias; a disseminação de um gosto pelo “moderno” já nos anos 1930 em Campina Grande, que passou a se refletir também nos contatos e hábitos da sociedade (cinemas, rádio, meios de transporte etc.); a divulgação da arquitetura moderna através de revistas de alcance nacional; a repercussão internacional da arquitetura

moderna brasileira; e a emergência de uma classe média que tinha na imagem da arquitetura moderna a afirmação do moderno como valor.

As diversas entradas que serviram para explicar a “difusão da arquitetura moderna brasileira” em diversos trabalhos incluídos na temática, não parecem suficientes para compreender esse processo de difusão mais geral, que é ainda problemático. A partir dos objetivos propostos pelo trabalho, torna-se difícil estabelecer uma reflexão sobre a difusão da arquitetura moderna em um sentido mais amplo. Por isso, destacando os elementos marcantes do contexto campinense, os quais parecem ter sido fundamentais na manifestação da arquitetura moderna na cidade, espera-se poder contribuir com algumas reflexões sobre a “difusão”, a partir dos apontamentos sobre a disseminação dessa arquitetura em Campina Grande.¹⁹

Tendo discutido nos capítulos anteriores o panorama mais geral da cidade de Campina Grande desde o início do século XX até fins dos anos 1960, e sua inserção mais destacada no panorama regional a partir dos anos 1940, passaremos a tratar especificamente do que chamamos de “arquitetura moderna” dessa cidade – para usar uma denominação corrente. Não é intenção confrontar essa produção arquitetônica com a produção contemporânea dos grandes centros do país, mas compreendê-la dentro desse processo de modernização por que passou Campina Grande no período em que a produção moderna tornou-se de fato marcante na caracterização do ambiente citadino. O que essa arquitetura, ou essas obras, representaram dentro do contexto de modernização campinense? Quais são os possíveis vínculos entre a produção moderna e o panorama econômico e social dessa sociedade? E afinal, o que se produziu de “arquitetura moderna” na Campina Grande dos anos 1950 e 1960?

As pesquisas nos arquivos e jornais locais de Campina Grande indicaram algumas das obras pioneiras e/ou mais relevantes para o estudo. Outras tantas obras e personagens ainda eram incógnitas, ou suas fontes eram duvidosas. Sabia-se preliminarmente do papel pioneiro de alguns profissionais pernambucanos, a exemplo de Augusto Reynaldo e Hugo Marques, ou da figura excepcional para o contexto, do desenhista campinense Geraldino Duda. Todavia, as pesquisas em arquivo, levantamentos de campo, entrevistas etc., ampliaram consideravelmente o acervo inicial e permitiram que se pensasse esse conjunto de obras e trajetórias diversas como um todo representativo da história econômica, política e social campinense. Essas obras, autores, proprietários, dentre outros envolvidos em suas realizações, são parte integrante da construção dessa cidade e da constituição de sua imagem.

¹⁹ Retomaremos os apontamentos nas considerações finais do trabalho.

Algumas obras modernas pioneiras foram identificadas, como o Hospital Regional Alcides Carneiro, de propriedade do IPASE (1950)²⁰, o edifício da Sociedade Médica (1951) e a Residência Bezerra de Carvalho (1952), que já não podiam ser enquadradas juntamente com aquelas obras de difícil nomeação do item anterior – algumas *déco*, outras tidas como “iniciativas modernizantes”. De todo modo, não se acreditava que essas obras pudessem ter tido grande repercussão no contexto campinense de então, a ponto de incitar a construção de obras modernas de maneira disseminada.

FIGURA 39: Hospital Regional Alcides Carneiro, IPASE, inaugurado em 1950.

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, IBGE, 1960, v.17.

Por mais crescente fosse a inserção de Campina Grande na escala regional, a cidade ainda estava de certa forma distante do debate arquitetônico nacional. Sem uma escola de engenharia ou de arquitetura – o curso de engenharia civil da Escola Politécnica de Campina Grande foi iniciado apenas em 1954 –, restaria aceitar a condição subordinada da cidade em relação ao Recife e, não por acaso, boa parte dos profissionais atuantes em Campina Grande era proveniente de Pernambuco.

Por outro lado, pensando no contexto recifense, excetuando-se o arquiteto Mario Russo, que chegara ao Recife um pouco antes, em 1949, foi somente no início dos anos 1950, com a chegada dos profissionais Acácio Gil Borsoi e Delfim Amorim, que o debate arquitetônico recifense teria sido revigorado (NASLAVSKY, 1998, p.268). Nesse sentido, seria necessário pensar a arquitetura que se realizou em Campina Grande, ao menos até meados dos anos 1950, como mais um campo de produção arquitetônica de novas experimentações desses profissionais ditos “migrantes” e que constituíram, paulatinamente, um repertório que se tornou associado à produção de Recife, uma produção que alguns chegaram a denominar de “Escola de Recife”.²¹

²⁰ Temos poucas referências sobre o hospital do IPASE. As reformas que foram empreendidas ao longo desses anos levaram a uma descaracterização do edifício. O hospital era destinado a prestar assistência médica e cirúrgica aos servidores federais do Nordeste e do Norte.

²¹ Parece-nos ter sido Geraldo Gomes da Silva o primeiro a utilizar o termo. Ver SILVA, Geraldo Gomes da. Marcos da Arquitetura Moderna em Pernambuco. In: SEGAWA, Hugo (ed.) **Arquiteturas no Brasil/Anos 80**. São Paulo: 1988, p.19-27.

Portanto, durante o período inicial dos anos 1950, pensar as obras projetadas por Augusto Reynaldo em Campina Grande, para citar um exemplo apenas, constitui elemento importante para o entendimento não somente de sua trajetória específica, mas de uma trajetória que certamente apresentou vínculos estreitos e/ou repercussões com suas experimentações na cidade do Recife. Campina Grande era, assim como o era Recife naquele momento, e outras tantas cidades brasileiras, terreno propício para a construção de edifícios de linguagem moderna.²² Ao invés de fazer as correspondências existentes entre a arquitetura realizada em Campina Grande com a de Recife, torna-se mais importante, portanto, compreender quais são os condicionantes específicos da cidade e o que representaram essas obras em seu contexto, o que talvez remeta a algumas questões colocadas pelos diversos trabalhos realizados dentro da temática da difusão da arquitetura moderna brasileira, mas também a outras que permitirão ampliar o leque de discussões sobre esse mote geral.

Além da proximidade à cidade de Recife, e a inserção no processo de difusão, outras questões tornam-se relevantes para o estudo da arquitetura moderna em Campina Grande como, por exemplo, o papel importante que teve a construção do edifício da Maternidade Municipal para a cidade, obra precursora no quadro de sua produção moderna, ou ainda a construção de edifícios verticais (que serão abordados no capítulo seguinte).

A CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE MUNICIPAL

A Maternidade Municipal foi construída durante a primeira gestão (1947-1951) do prefeito Elpídio Josué de Almeida²³, cuja administração foi voltada, sobretudo, para a educação e a saúde (BORGES e ALMEIDA, 1995, p.153). Além da construção de alguns grupos escolares pelos bairros e distritos da cidade, a obra marco de sua gestão foi, sem dúvidas, a Maternidade Municipal, atual Instituto de Saúde da Mulher, Infância e Adolescência Elpídio de Almeida (ISEA).

De acordo com o jornal local *A Tribuna*, de 12 de Novembro de 1949, a obra teria sido iniciada em março de 1949, segundo planta fornecida pelo Departamento Nacional da Criança, composta por dois pavilhões em forma de “H”, cada um com 78 metros de comprimento, e ligados por meio de rampa e coberta. Apesar da não identificação do projeto arquitetônico²⁴, é provável que esse tenha sido elaborado por arquiteto(s) do próprio Departamento Nacional da Criança, órgão

²² Não é nosso objetivo tratar do alcance do tema da difusão, como já mencionamos, mas mostrar que Campina Grande se insere no contexto.

²³ Nascido na cidade de Areia-PB, Elpídio de Almeida (1893-1971) diplomou-se pela Faculdade de Medicina, no Rio de Janeiro, em 1918. Em 1923, fixou residência em Campina Grande e ficou responsável por organizar um Centro de Saúde para o Estado. Em 1929 foi convocado para desempenhar um mandato de Conselheiro Municipal, mas o conselho foi extinto com a Revolução de 1930. Em 1932 foi nomeado para o Conselho Consultivo, órgão criado pelas administrações estaduais. Afastado das atividades políticas durante o Estado Novo, participou na reorganização partidária e democrática, filiando-se à União Democrática Nacional.

²⁴ Apesar das várias investidas junto à administração do edifício e mesmo das pesquisas no Arquivo Municipal da Prefeitura de Campina Grande.

criado em 1940 (pelo Decreto-Lei nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1940), dentro do Ministério de Educação e Saúde e, portanto, no Rio de Janeiro. Tendo ainda a informação do Diário Oficial da União, de 15 de dezembro de 1948 (seção 1, p.29), de que o Ministério da Educação e Saúde entregara a importância de CR\$150.000,00 ao Governo do Estado da Paraíba, para a construção de uma maternidade em Campina Grande (cláusula primeira), e que o Governo da Paraíba se comprometeria a executar as obras de acordo com os projetos e especificações aprovados pelo Presidente da República, ficando responsável pela concorrência ou coleta de preços para a construção (cláusula segunda), esses dados levam a crer que o projeto tenha sido elaborado por arquitetos do Rio de Janeiro, em 1948, e que a construção tinha ficado a cargo do Governo Estadual e da Prefeitura Municipal.

Reconhecendo a importância da obra, uma pesquisa no acervo pessoal do prefeito²⁵ revelou um álbum de fotografias da construção da Maternidade, desde a preparação do terreno até sua inauguração. No álbum foi localizada uma fotografia da assinatura do contrato para a construção da Maternidade, firmado com a construtora G. Gioia & Cia, sob os auspícios do Secretário de Obras da Prefeitura, o engenheiro Austro de França Costa²⁶.

FIGURA 40: Ato de assinatura do contrato entre a Prefeitura Municipal de Campina Grande com a firma G. Gioia & Cia Ltda., dia 12/03/1949, para o início da construção da Maternidade Municipal. Em pé: Engº Austro de França Costa, Engº José Cordeiro, Lino Fernandes de Azevedo, Hortêncio Ribeiro, Abdisio Prazeres, José Lopes de Andrade, Félix Araújo, Osmário Lacet; sentados: Giovanni Gioia, Dr. Elpídio de Almeida, Dr. Francisco Pinto de Oliveira e Dr. Antônio Queiroga.
Fonte: Acervo Elpídio de Almeida.

²⁵ Em posse da família.

²⁶ Segundo o “Depoimento de Austro de França Costa”, no livro “100 Anos de Elpídio de Almeida (1893-1993)”, em 1948, ele e Humberto de Almeida, filho de Elpídio, estudavam em Recife, engenharia e medicina, respectivamente. Os dois moravam na Pensão Progresso e Humberto teria feito um convite a Austro de França para ser engenheiro da Prefeitura caso Elpídio fosse eleito prefeito de Campina Grande. Assim, em 1949, Austro foi nomeado Diretor de Obras (BORGES; ALMEIDA, 1995, p.69).

FIGURAS 41-42: Preparação do terreno para construção do edifício da Maternidade Municipal (esq.) e edifício em construção (dir.). Fonte: Acervo Elpídio de Almeida.

FIGURAS 43-46: Início dos trabalhos de construção do edifício da Maternidade Municipal. Fonte: Acervo Elpídio de Almeida.

As fotografias dão idéia do significado dessa obra no contexto de modernização e de manifestação da arquitetura moderna em Campina Grande. Uma foto aérea da construção mostra como sua inserção em área considerada de expansão para o período, contrasta com o seu entorno imediato.

FIGURA 47: Vista aérea da Maternidade Municipal em construção.
Fonte: Acervo Elpídio de Almeida.

FIGURAS 48-49: Edifício da Maternidade Municipal em construção.
Fonte: Acervo Elpídio de Almeida.

FIGURA 50: Vista geral antes da inauguração.
Fonte: Acervo Elpídio de Almeida.

FIGURAS 51-52: Multidão que compareceu no dia da inauguração da maternidade.
Fonte: Acervo Elpídio de Almeida.

FIGURAS 53-54: Circulação interna (esq.) e sala de cirurgias (dir.).
Fonte: Acervo Elpídio de Almeida.

A construção da maternidade esclarece alguns questionamentos essenciais. A primeira constatação, mais evidente, é a repercussão da obra no contexto citadino, tanto no que se refere a uma modernização do serviço de saúde, quanto à difusão de uma imagem. Mas, sendo o Departamento Nacional da Criança um órgão federal, essa obra expressa também o que foi assinalado em capítulo a respeito da modernização do aparelho estatal. Por fim, remete a uma questão fundamental para o estudo: a das temporalidades múltiplas.

Vimos como o Departamento de Correios e Telégrafos (DCT) representou um projeto de normalização arquitetônica oficial, introduzindo uma arquitetura padronizada, dentro da política de modernização do governo Vargas. Segundo Pereira (1999), o DCT teria dotado o território brasileiro de agências padronizadas, tendo o *art déco* como linguagem preferencial. O fato curioso para nossa pesquisa é que, ao mesmo tempo em que os campinenses inauguravam seu prédio dos correios, em 1950, assistiam também à construção da Maternidade Municipal.

Como se poderia explicar, portanto, essa simultaneidade de linguagens arquitetônicas em um mesmo período na cidade? Essa questão leva a uma noção muito difundida pelos historiadores da arquitetura de que o Estado teria elegido a arquitetura moderna como linguagem oficial, idéia que está diretamente associada à construção do edifício do Ministério de Educação e Saúde Pública, no

Rio de Janeiro. Vendo por outro ângulo, poder-se-ia dizer que o Estado preocupou-se mais em modernizar o seu aparato administrativo e, conseqüentemente, os seus edifícios públicos, sem, entretanto, definir uma linguagem arquitetônica oficial. Basta lembrar as diversas agências de correios *art déco*, ou parte do aparelho de Estado de São Paulo, que elegeu o neocolonial como expressão oficial até os anos 1950, ou ainda, um dos casos mais marcantes, que é o da construção do Ministério do Trabalho e do Ministério da Educação e Saúde no mesmo momento, pelo Estado Vargasista. Foi, portanto, o contrário, como afirma Martins (1992): um determinado projeto de arquitetura, o da arquitetura moderna, que optou pelo Estado como via de institucionalização.²⁷

O caso de Campina Grande mostra, pela contemporaneidade do *art déco* e do “moderno” como expressões do mesmo Estado central, em termos de obras públicas, que não há uma linearidade de linguagens que se interrompem com a substituição de outra linguagem, fruto da noção de estilo que perpassa diversos trabalhos de arquitetura. Tratam-se aqui de duas obras com opções de linguagem bastante distintas, que têm coincidência temporal e que foram ambas projetadas no âmbito do Rio de Janeiro, pelo mesmo aparelho de Estado central e federal. Há, deste modo, uma multi-temporalidade de linguagens arquitetônicas plasmando o mesmo espaço, desmontando uma idéia de seqüência e, de certa maneira, desarticulando a possibilidade da denominação “*protomoderno*”, discutida anteriormente.

Em Campina Grande, esses dois edifícios marcaram um processo de modernização da cidade e de sua arquitetura, que provavelmente foi fundamental na eleição dessas duas linguagens em outras edificações pela cidade. Durante os anos 1950, como mencionado, diversos edifícios *déco* foram construídos na cidade, em paralelo às manifestações da arquitetura moderna.

A SOCIEDADE MÉDICA DE CAMPINA GRANDE

Em 1951, ano de inauguração da Maternidade Municipal, foi aprovado o projeto do edifício da Sociedade Médica de Campina Grande, de autoria do engenheiro Austro de França Costa, que foi, como visto, Secretário de Obras durante a gestão do prefeito Elpídio de Almeida. A Associação Médica de Campina Grande foi fundada em 1941²⁸, mas somente uma década depois construiu seu edifício sede, durante a presidência do médico Bezerra de Carvalho. O edifício foi inaugurado em 1952, sob a presidência do médico Francisco Brasileiro. Sua inauguração foi divulgada em jornais

²⁷ Essa questão foi bastante discutida pelos membros do Exame Geral de Qualificação da autora, realizado em 17 de Junho de 2010: Prof. Tit. Carlos Alberto Ferreira Martins (orientador), Prof^ª. Assoc. Cibele Saliba Rizek (EESC/USP) e Prof. Assoc. José Tavares Correia de Lira (FAU/USP).

²⁸ Em 04 de maio de 1941, Elpídio de Almeida foi fundador e primeiro presidente da Sociedade Médica de Campina Grande, gestão em que construiu o Posto de Puericultura, localizado às margens do Açude Velho. Elpídio exerceu a presidência da Sociedade nos anos de 1942 e 1943. Em 13 de novembro de 1950, a Diretoria da Sociedade Médica outorgou-lhe o título de Sócio Benemérito. (BORGES e ALMEIDA, 1995, p.46).

loais, a exemplo do periódico oficial *A União* (05 de março de 1952), que apresentou uma fotografia do edifício concluído.

FIGURAS 55-56: Edifício da Sociedade Médica de Campina Grande. À esquerda, durante o ato de inauguração (Fonte: *A União*, 05/mar./1952). Acima, foto do acervo da Sociedade Médica.

Com um terraço sob colunas para a realização de eventos da associação, o programa era bastante simples, constituído de dois pavimentos: no térreo, além do terraço, estavam previstos espaços para jogos, uma cantina e banheiros; no pavimento superior, havia uma biblioteca e um auditório. Apesar da simplicidade do programa, a edificação mostra uma primeira iniciativa de campinenses na construção de uma obra vinculada ao repertório da arquitetura moderna: os pilares de seção circular (buscando uma aproximação aos pilotis), a marquise curva, a utilização de estrutura independente, janelas corridas e o teto plano (mas que, ao que tudo indica, esconde um telhado tradicional).

FIGURA 57: Fachada sudeste da Sede da Sociedade Médica de Campina Grande. Fonte: AMPCG.

FIGURAS 58-59: Plantas baixas pav. superior e térreo (acima) e planta de situação (esq.) da Sede da Sociedade Médica de Campina Grande, com destaque para a marquise curva. Fonte: AMPCG.

A Sociedade Médica foi implantada em terreno às margens do Açude Velho, em área até então pouco habitada e razoavelmente próxima à Maternidade Municipal, o que indica uma possível influência do edifício da Maternidade na construção de novas edificações nessa área, já carregadas de um repertório moderno. Vale ressaltar que o terreno para a construção do edifício foi doado pelo prefeito Elpídio de Almeida, assim com atesta a conferência de Antônio Virgílio Brasileiro para o centenário de nascimento de Elpídio (BORGES e ALMEIDA, 1995, p.104).

Nossa hipótese, a partir da história contada por essas obras iniciais, entretanto, é a de que, além da repercussão da Maternidade, uma classe média alta emergente na cidade (a maioria de profissionais liberais, mas, sobretudo, os médicos) desempenhou papel importante na difusão da arquitetura moderna em Campina Grande, não apenas pela quantidade de residências modernas que foram construídas a partir de meados dos anos 1950 (fato que aconteceu em todo o Brasil), mas porque, em Campina Grande, alguns nomes são recorrentes na realização dessas primeiras obras: o Secretário de Obras que presenciou a construção da Maternidade Municipal foi quem projetou o edifício da Sociedade Médica, e o presidente dessa associação médica, o Dr. Bezerra de Carvalho, foi quem construiu, em 1952, o que parece ser a primeira residência moderna na cidade, cujo projeto foi elaborado pelo então estudante de arquitetura, Augusto Reynaldo.

AUGUSTO REYNALDO E SUA PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA EM CAMPINA GRANDE²⁹

Augusto Reynaldo Alves (1924-1958) nasceu em Palmares-PE e iniciou sua atuação como arquiteto, em Recife, anos antes de obter seu diploma oficial (em 1956). Em 1946, um ano depois de mudar-se para a cidade do Recife, começou a trabalhar como desenhista para o arquiteto-licenciado Heitor Maia Filho³⁰, tio da sua então noiva. Nesse período, estagiou no Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis do Porto de Recife, e trabalhou como pintor, o que o levou a estudar artes plásticas em Paris, em 1947.

De volta ao Brasil, em 1951 ingressou no curso de arquitetura da Escola de Belas Artes de Pernambuco (EBAP). Começou a trabalhar como desenhista no IPHAN, sob a direção de Ayrton da Costa Carvalho, engenheiro e professor de arquitetura brasileira na EBAP. Ainda estudante, elaborou projetos de arquitetura e desenvolveu o peitoril ventilado, “artifício arquitetônico de adaptação

²⁹ Apresentamos no Docomomo Norte-Nordeste, realizado na cidade de João Pessoa-PB, entre 26 e 29 de Maio de 2010, o artigo “Augusto Reynaldo, introdutor e difusor da arquitetura residencial moderna em Campina Grande-PB”, que já adiantava parte de nossa pesquisa de mestrado sobre a produção residencial desse arquiteto em Campina Grande, e de cujo texto nos valeremos como base para esse item do capítulo, complementando com algumas informações adquiridas *a posteriori*, ou que não cabiam no recorte temático do artigo. O artigo foi realizado em parceria com o arquiteto Juliano Loureiro de Carvalho. Ver CARVALHO; ALMEIDA (2010).

³⁰ Professor e fundador da Escola de Belas Artes de Pernambuco.

climática que se incorporou à arquitetura pernambucana ganhando inúmeras versões e usos nos anos posteriores” (ALVES, 2008, p.24-25; cf. HOLANDA, 1976, p.25).

FIGURA 60: Esquema do peitoril ventilado, desenvolvido por Augusto Reynaldo. Fonte: Alves, 2008.

Sua morte prematura (em desastre aéreo, quando viajava para Campina Grande a fim de visitar uma de suas obras) e a dificuldade de identificação de seus projetos anteriores à diplomação (que ele não podia assinar), têm prejudicado uma leitura mais profunda sobre sua obra.

Como identificado em artigo anterior, das poucas referências sobre Reynaldo, podem-se citar Naslavsky (2004), Amorim (2007) e Alves (2008) – que, em estudo específico sobre o tema, reúne grande número de informações inéditas e dispersas. Rocha e Queiroz (2007) foram os primeiros a assinalar a presença de Reynaldo em Campina Grande, fazendo breves análises das residências Raimundo Alves da Silva³¹, Bezerra de Carvalho e Loureiro Celino, e tentando quantificar sua obra na cidade. A partir desses trabalhos, do levantamento dos projetos existentes no Arquivo da Prefeitura Municipal de Campina Grande (APMCG) e de pesquisas de campo e entrevistas, pôde-se aprofundar na produção desse arquiteto, cuja importância nesse período inicial de manifestação da arquitetura moderna em Campina Grande merece ser assinalada (CARVALHO; ALMEIDA, 2010).

Foram identificados, no APMCG, quatro projetos residenciais elaborados pelo arquiteto: Severino Bezerra de Carvalho (1952), Amaro Fiuza Chaves (1955), Francisco Wanderley (1955) e José Celino da Silva (1957/58). Além destes, mais dois possíveis projetos do arquiteto: a residência Raimundo Alves da Silva, da segunda metade dos anos 1950, e o Edifício Prata, mas cujos desenhos não foram encontrados nos arquivos, nem com seus primeiros proprietários. Estas atribuições são devidas a depoimentos orais, que muitas vezes se contradizem. Segundo ALVES (2008), Augusto Reynaldo projetou ainda o edifício do DER (Departamento de Estradas de Rodagem)³². De acordo com notícia do jornal *A União*, de 07 de dezembro de 1960³³, as dependências da residência do DER

³¹ Chamada, naquele texto, de Vieira Silva.

³² Os desenhos de um estudo preliminar foram inseridos nos anexos do trabalho de Alves (2008).

³³ GOVERNADOR José Fernandes inspecionou obras públicas (ontem) em C. Grande. *A União*. João Pessoa, 07 dez. 1960: p.01.

estavam em fase de acabamento naquele momento, o que talvez confirme a informação de Alves (2008).

- **RESIDÊNCIA BEZERRA DE CARVALHO (1952)**

O primeiro projeto da casa do médico Severino Bezerra de Carvalho³⁴ foi apresentado à Prefeitura em 1951, assinado pelo engenheiro Austro de França Costa. Era uma versão menos decorada dos bangalôs, reforçando a idéia de que durante os anos 1950, diferentes linguagens buscaram representar o moderno de Campina Grande, já que, em 1951, Austro de França Costa projetava tanto a Sociedade Médica, trazendo um repertório visivelmente moderno, quanto uma residência do tipo “bangalô”.

FIGURA 61: Primeiro projeto para a residência Bezerra de Carvalho, 1951. Fachada. Fonte: APMCG.

FIGURA 62: Primeiro projeto para a residência Bezerra de Carvalho. Planta baixa. Fonte: APMCG.

Em junho de 1952, a prefeitura aprovou a substituição deste projeto por outro, com a identificação do *Studio Técnico Augusto Reynaldo*, sob responsabilidade técnica do engenheiro pernambucano Rubens Borges Bezerra – primo do proprietário, que lhe indicara a contratação de Reynaldo. A ampla casa, com área de 363m², aproveitou as dimensões do terreno em seu desenvolvimento predominantemente horizontal (com uma série de pequenos desníveis). À semelhança do primeiro projeto, ficava isolada no meio do lote, com recuos de 8,6m nas laterais e 20m na frente.³⁵

Foram propostos dois prismas trapezoidais, articulados por um pequeno volume com circulação, lavabo e terraços. Os caimentos das coberturas dos dois blocos têm direções perpendiculares entre si, de forma que, nas elevações, enquanto um aparece com contornos

³⁴ Conta-nos o depoimento de Maurílio Augusto de Almeida (BORGES e ALMEIDA, 1995, p.92) que o médico Bezerra de Carvalho era um dos amigos mais íntimos de Elpídio de Almeida, o que nos leva a assumir a influência da construção da Maternidade, e também da Sociedade Médica, na construção dessas primeiras residências de médicos, com uma linguagem moderna.

³⁵ O primeiro proprietário ainda mora na casa.

oblíquos, o outro mostra contornos ortogonais. As lajes de coberta e as paredes laterais tentam definir sólidos puros e suas grandes superfícies são recortadas por vazios, pérgulas, trechos em pedra e esquadrias. O resultado revela, de certa maneira, uma absorção do léxico plástico da “arquitetura moderna brasileira”.

FIGURA 63: Segundo projeto para a residência Bezerra de Carvalho (1952). Cobertura.
Fonte: APMCG, editado por Juliano Carvalho.

FIGURA 64: Elevação lateral.
Fonte: APMCG, editado por Juliano Carvalho.

FIGURA 65: Elevação frontal. Fonte: APMCG.

FIGURA 66: Vista do bloco frontal.
Fonte: Adriana Almeida.

FIGURA 67: As paredes laterais se prolongam para dar forma ao volume. Fonte: Adriana Almeida.

No interior, elementos funcionais, construtivos e de conforto ambiental demonstram essa absorção: setorização funcional clara, com trânsito independente entre setores íntimo, social e de serviço; quartos organizados em sequência linear repetitiva; substituição de paredes sólidas por mobiliário; utilização de saídas de ar nas paredes sem janelas, para ventilação cruzada; exploração da plasticidade do concreto armado nas lajes de seção variável, com calhas embutidas; criação de espaço interno rico e fluido através da interligação dos ambientes, em diferentes níveis.

FIGURA 68: Planta baixa bloco frontal.
Fonte: APMCG, editado por Juliano Carvalho.

FIGURA 69: Planta baixa bloco posterior.
Fonte: APMCG, editado por Juliano Carvalho.

FIGURA 70: Corte CD (Detalhe). Saídas de ar altas, calhas embutidas na laje.

Fonte: APMCG, editado por Juliano Carvalho.

FIGURA 71: Corte EF. Lajes de formato irregular.

Fonte: APMCG, editado por Juliano Carvalho.

Na casa construída, os prismas trapezoidais transformaram-se em paralelepípedos: todas as suas paredes estão contidas em planos verticais. Elas se prolongam nas empenas, cobrindo os beirais e escondendo as superfícies verticais por trás delas – solução de execução mais simples. As lajes de seção curva e calhas embutidas também não foram executadas. Contrastando com o projeto original, foi construído um pavimento inferior aos quartos, contendo lavanderia, depósitos e dormitórios de serviço.

FIGURA 72: Área da pérgula, não-construída.
Fonte: Adriana Almeida.

FIGURA 73: Bloco dos quartos, com pavimento inferior não-projetado.
Fonte: Adriana Almeida.

As dimensões dos espaços criados são generosas: um grande salão (*living*), incluindo um piano de cauda; um vão da sala e do *studio* (espaço para música, separado da sala por uma grande esquadria que não foi construída) de 13,8m; e uma distância livre do *escritório* ao *studio* de 21,6m no interior da casa, intentando uma visada contínua ou certa fluidez espacial, demarcada pelo olho desenhado na planta baixa (figura 68), partindo do escritório em direção ao *living*.

FIGURA 74: Vista da sala para o *studio*. À direita, esquadria projetada de piso a teto. Fonte: Adriana Almeida.

FIGURA 75: Vista junto ao piano. Fonte: Adriana Almeida.

FIGURAS 76-77: Vistas da sala para a entrada (esq.) e da escada para o escritório (dir.). Fonte: Adriana Almeida.

O restante da casa é mais convencional. A incorporação da vegetação e dos espaços abertos é apenas visual. Os elementos mais ousados do projeto, a grande esquadria do chão ao teto do salão, e o pergolado junto à sala de jantar, não foram construídos – o proprietário afirmou que optou pela janela com peitoril por economia e privacidade³⁶. Na circulação dos quartos, as grandes janelas

³⁶ Em entrevista concedida à autora em 30 de Janeiro de 2010.

foram substituídas por *brises* fixos. Na escada de acesso ao escritório, os *brises* foram supridos por tijolos de vidro. Assim, a idéia de uma arquitetura aberta, que caracteriza a produção moderna brasileira, se apresenta de forma bastante tímida.

FIGURA 78: Vista da circulação dos quartos.
Fonte: Adriana Almeida.

FIGURA 79: Vista da parte posterior, serviços.
Fonte: Adriana Almeida

Em síntese, a casa demonstra intenso “desejo de ser moderno”, mesmo que, para isso, alguns elementos arquitetônicos apareçam pouco desenvolvidos, ou apenas como signos da modernidade, destituídos de suas funções. Esta ambigüidade, presente no projeto, ficou acentuada no resultado construído – o que poderia ser explicado por razões econômicas e decisões do proprietário, mas também pelo não-acompanhamento da obra por Reynaldo, e sua impossibilidade de assumir a responsabilidade técnica.

- **RESIDÊNCIA AMARO FIUZA CHAVES (1955)**

Em abril de 1955 foi submetido à Prefeitura de Campina Grande, o projeto de uma residência para o médico Amaro Fiuza Chaves, elaborado por Augusto Reynaldo. Dadas as reformas por que passou, tendo sido inclusive local de uma mostra de decoração e arquitetura, em que todos os ambientes (incluindo paisagismo) receberam modificações, tornou-se difícil identificar se o projeto teria sido, de fato, construído. Sem fotografias da época da construção, também se tornou problemático diferenciar as intervenções posteriores nos elementos originais. Ou ainda, perceber se a casa foi construída respeitando o projeto de Augusto Reynaldo.

FIGURA 80: Residência Amaro Fiuza Chaves. Pav. térreo. Fonte: APMCG.

FIGURA 81: Residência Amaro Fiuza Chaves. Pav. superior. Fonte: APMCG.

Localizada na Rua João Machado, bairro da Prata, implantada em um terreno de 720m² (36m x 20m), frente norte, e com área construída de 283,20m², a casa apresentava um programa dividido em dois pavimentos. Para acompanhar a declividade do terreno, o térreo foi acomodado em diferentes níveis, ligados por rampas e escadas. Como Reynaldo ainda não era formado, o projeto ficou sob responsabilidade da Empresa Construtora Honorato-Abreu³⁷, mas as pranchas apresentam o carimbo do *Stúdio Técnico Augusto Reynaldo*.

FIGURAS 82-83: Residência Amaro Fiuza Chaves hoje.
Fonte: Adriana Almeida

A separação entre os setores é evidente: excetuando-se a cozinha, que tem acesso à sala de jantar pela copa, os demais serviços ficam em um bloco quase isolado, separado do restante da casa pelo ambiente denominado de “T. Café”³⁸, que tem acessos para a copa e para a circulação dos quartos. Dessa forma, tornava-se possível alcançar as áreas íntimas sem passar pelo setor social, demonstração da “racionalidade” do projeto.

FIGURAS 84-85: Detalhe do terraço dos fundos (esq.) e planta de locação (dir.).
Fonte: APMCG.

³⁷ Não identificamos o engenheiro civil responsável, mas sua assinatura está acompanhada do CREA de número 1157-D.

³⁸ Acreditamos que a denominação seria de terraço para café, mas que na verdade era um espaço para os empregados. Também seria possível tratar-se de “Torra de café”, tarefa ainda realizada em muitas casas campinenses, à época.

O aproveitamento dos desníveis do terreno ficou demarcado pela transição entre as salas de jantar e estar. O pé-direito duplo na sala de jantar permite uma continuidade visual que amplia esse espaço. Da sala de estar, tem-se acesso a um terraço, que fica logo abaixo dos quartos do pavimento superior, sustentados por pilares de seção circular.³⁹

FIGURAS 86-87: Interior e desnível entre as salas (acima) e terraço sob os quartos (esq.). Fonte: Adriana Almeida

³⁹ No projeto, o paisagismo e agenciamento das áreas externas não estavam previstos. Acreditamos que toda a área de jardim e piscina foi construída posteriormente.

No projeto da residência Amaro Fiuza Chaves, a exemplo da casa de Dr. Bezerra, a cobertura funciona como um plano inclinado assentado sobre as empenas das paredes, gerando diferentes superfícies de contornos oblíquos e ortogonais⁴⁰. Infelizmente, a não identificação dos elementos construtivos e dos revestimentos originais, dificultaram uma apreciação mais detalhada da obra. Mesmo assim, percebe-se que este exemplar se encaixa em um esquema formal semelhante ao das casas de Dr. Bezerra e Dr. Wanderley, ganhando em leveza – no volume elevado sobre pilotis – e em riqueza espacial – pelos jogos de níveis em todo o setor social.

FIGURA 88: Fachada principal e corte AB. Fonte: APMCG.

Observa-se ainda que houve preocupação com o conforto térmico, ficando os quartos voltados para o lado leste, e os serviços para o poente. O uso das esquadrias foi cauteloso – já os *brises* fixos de concreto ganharam importância, aparecendo na fachada principal.⁴¹ Em todo caso, funcionam muito mais como vedação e controle da luz do que como elemento de conforto térmico, já que estão voltados para a face norte da edificação. Em relação ao mobiliário, os armários dos quartos aparecem embutidos, mas diferentemente do projeto anterior, não são mais pensados como divisores de ambientes.

⁴⁰ No projeto, a laje de cobertura se funde no volume elevado; na obra construída, ela saca.

⁴¹ Não sabemos se a residência foi construída de acordo com o projeto, mas os *brises* não aparecem na obra atual.

- **RESIDÊNCIA WANDERLEY (1955)**

O médico Francisco Wanderley apresentou o projeto de sua residência à prefeitura em setembro de 1955⁴². Sua análise foi dificultada pela ausência da planta baixa, no APMCG, e por sua total descaracterização na década de 2000. Ela localizava-se em terreno de esquina, também no bairro da Prata.

A fachada sul, voltada para uma das frentes do terreno, mostra soluções plásticas e construtivas comuns às casas anteriormente descritas, destacando-se a curva da rampa e do canteiro/arrimo, bem como a laje em “asa de borboleta”. Neste trecho do imóvel, o caimento do terreno foi resolvido com uma garagem semi-enterrada, deixando o pavimento superior em um único nível. O restante da casa ficou dividido em dois níveis, aproveitando o caimento do terreno.

FIGURA 89: Residência Wanderley. Fachada Sul.
Fonte: APMCG, editado por Juliano Carvalho.

FIGURA 90: Corte AB.
Fonte: APMCG, editado por Juliano Carvalho.

⁴² No requerimento, a expressão “tipo palacete”, que descrevia a casa, foi apagada para dar lugar a “estilo funcional”.

FIGURA 91: Corte CD.

Fonte: APMCG, editado por Juliano Carvalho.

FIGURA 92: Planta de cobertura.

Fonte: APMCG, editado por Juliano Carvalho.

Um único volume abrigava todas as funções, separadas por um pátio e um recorte na planta – a nordeste, os quartos do setor íntimo, a noroeste o setor de serviços, ao sul o setor social. Do volume maior, destacava-se um pequeno prisma, que provavelmente correspondia às salas, cujas paredes externas seriam completamente envidraçadas.

FIGURA 93: Fachada Leste.

Fonte: APMCG, editado por Juliano Carvalho.

FIGURA 94: Corte EF.

Fonte: APMCG, editado por Juliano Carvalho.

- **RESIDÊNCIA LOUREIRO CELINO (1957-58)⁴³**

O primeiro projeto para a casa do comerciante José Celino da Silva foi submetido à Prefeitura em agosto de 1957, assinado pelo *Arquiteto Augusto Reynaldo Alves* e pelo *Construtor Max Hans Karl Liebig*⁴⁴. Iniciada a obra, por motivos desconhecidos, seu projeto foi substituído em janeiro de 1958⁴⁵. Metade do pavimento superior foi suprimida (a área construída diminuiu de 631m² para 485m²), e apenas duas salas mantiveram o pé-direito duplo – diferentemente da concepção original, em que quase todo o setor social estava circundado por uma galeria no pavimento superior.

FIGURA 95: Residência Loureiro Celino, projeto de 1957. Fachada Norte. Fonte: ALVES, 2008, p.181.

⁴³ Demolida. Adotou-se esta denominação para registrar também o sobrenome da esposa do proprietário.

⁴⁴ Com a morte de Augusto Reynaldo, o detalhamento passou para o escritório de Heitor Maia Neto – com execução do mobiliário pela Casa Holanda, de Recife.

⁴⁵ No APMCG resta apenas a planta do semi-subsolo desta primeira versão do projeto. Identificamos cópias das pranchas das fachadas no acervo da família do arquiteto, reproduzidas por ALVES (2008).

FIGURA 96: Residência Loureiro Celino, projeto de 1958. Fachada Norte. Fonte: APMCG.

FIGURA 97: Projeto de 1957. Corte CD. Fonte: ALVES, 2008, p.181.

FIGURA 98: Projeto de 1958. Corte CD. Fonte: APMCG.

Na casa construída, chama atenção o aproveitamento da inclinação do lote de esquina, no centro da cidade. Na cota mais alta, ela é térrea, abrigando setor social, anexo de serviço e seus acessos. No declive criou-se um semi-subsolo (sala de estudos e restante dos serviços) e um primeiro pavimento (quartos), resolvendo uma setorização simples e nítida. O *pilotis* parcial, aproveitando o desnível, já havia sido utilizado na residência Fiuza Chaves.

FIGURA 99: Vista Noroeste. Fonte: Acervo familiar.

FIGURA 100: Vista Norte. Fonte: Acervo familiar.

Visualmente, o elemento dominante é o grande prisma branco liso, correspondente ao pavimento superior. O volume se prolonga, cobrindo toda a edificação e conferindo-lhe uma unidade diferente das três casas anteriores. Naquelas, há uma nítida “fachada principal”, coroada pela laje da cobertura. Aqui, a mesma “fachada principal”, com o mesmo tratamento, é recuada, quase desaparecendo sob o volume liso, que engloba em si um pavimento inteiro. O prisma, aproximadamente triangular, “deitado” na encosta, com o vértice no topo (para acesso), e que se expande para cima e para baixo no lado oposto, corresponde ao mesmo princípio utilizado por Bina Fonyat no Teatro Castro Alves (1957-58)⁴⁶ (CARVALHO; ALMEIDA, 2010).

O interior organizava-se centrifugamente, a partir dos espaços sociais do térreo. Do terraço, descia-se à sala de estudos do semi-subsolo pela escada do jardim interno, de pé-direito duplo. O terraço continuava pelo jardim (em curvas livres) e pelo hall, que levava ao *living* e à sala de jantar. Esta, também com pé-direito duplo, se expandia ao pavimento superior e levava à sala de almoço – a qual se abria para o jardim interno.

⁴⁶ A aproximação entre os dois projetos levanta possível influência para o Teatro Municipal de Campina Grande, de Geraldino Duda (1962-63), que ilustraremos no próximo capítulo.

FIGURA 103: Planta baixa pav. superior. Fonte: APMCG.

Reaparecem nos desenhos as lajes espessas, esculpidas para abrigar calhas, formar volumes oblíquos ou corrigir sua obliquidade. Dada a demolição, não é possível saber se a solução construtiva correspondeu ao projeto. Já os “elementos de conforto térmico” aparecem discretamente.

Um tema importante, e que também já havia sido verificado no artigo sobre o arquiteto, é o dos detalhes dos espaços de serviço projetados (que tiveram correspondência no cotidiano), e que levantam uma relação ambígua com a tradição rural-patriarcal. No banheiro dos filhos, um tubo de queda levava a roupa suja diretamente ao subsolo. As roupas que desciam sozinhas para a lavanderia eram novidade prática, mostrada às visitas. Também a cozinha era lugar de soluções arquitetônicas para a praticidade do lar: balcões colados às paredes, com armários elevados, aberturas estratégicas para ventilação cruzada, soluções de iluminação natural sobre a área de trabalho e acima dos armários. Em meio a tais dispositivos, o desenho de uma senhora que não parece serviçal sublinha como nesta cozinha *moderna* cabe a família. O projeto fala de novos espaços domésticos, com dispositivos que lembram as analogias da casa com a máquina, mas ainda arraigados a uma vida social que permanecia a mesma (CARVALHO; ALMEIDA, 2010).

FIGURA 104: Detalhe da fachada sul. Fonte: APMCG.

• RESIDÊNCIA RAIMUNDO ALVES (1958?)

O projeto da residência construída para o comerciante Raimundo Alves da Silva não foi encontrado nos arquivos da Prefeitura, nem com os atuais proprietários (família Vieira Silva), que afirmaram ter sido de autoria de Augusto Reynaldo. Entretanto, os depoimentos orais são contraditórios⁴⁷. As características da obra e algumas fontes orais levam a acreditar que tenha sido um de seus últimos projetos, de forma que a construção deve ter sido realizada depois de sua morte e, assim, outro arquiteto ou engenheiro pode ter modificado e/ou adaptado o projeto original.

Outra casa fora projetada para Raimundo Alves, em 1951. No momento em que se verificam as primeiras (e esporádicas) manifestações modernas na cidade, a preferência pelos “bangalôs” era perceptível. É ao longo da década de 1950, como dito, que o gosto pela produção moderna evidencia-se, e, a partir da segunda metade da década de 1950, as residências ganham uma nova caracterização em Campina Grande. Em um intervalo de apenas seis ou sete anos, o então bem-sucedido Raimundo Alves já havia encomendado o projeto de uma nova casa, moderna.

FIGURA 105: Projeto de residência para Raimundo Alves da Silva, 1951. Engenheiro responsável: José Dias Fernandes. Projeto e construção: José Honorato Filho. Fonte: APMCG.

⁴⁷ O engenheiro Geraldino Duda afirma que o projeto não foi elaborado por Reynaldo.

Seguindo pela atual Rua Raimundo Alves da Silva⁴⁸, a residência chama atenção, principalmente porque é uma das poucas não escondida por um muro alto, como vem acontecendo com quase todas as residências da cidade já há bom tempo. Além disso, como o terreno está em uma cota bem acima do nível da rua, vê-se praticamente todo o volume da casa de fora do lote.

FIGURAS 106-107: Residência Raimundo Alves da Silva hoje. Fonte: Adriana Almeida

As grandes dimensões do terreno permitiram que, mesmo com um programa extenso e amplas áreas dos cômodos, a casa fosse implantada solta e em posição central no lote. Assim como a residência da família Loureiro Celino e a Residência Severino Maia (1956)⁴⁹, a cobertura foi inserida no volume, coroando a complexidade do programa e o volume, que se libera do solo, através da utilização dos pilotis. A volumetria simples, composta por superfícies retangulares e trapezoidais, movimentadas por diferentes revestimentos e elementos construtivos (azulejos, cerâmica, pedra, *brises* fixos de concreto etc.), tem cobertura com lajes inclinadas formando a chamada “asa de borboleta”, esquema que se aproxima ao da proposta de 1957 para a residência Loureiro Celino (figura 95).

FIGURAS 108-109: Varanda superior (esq.) e pilotis (dir.). Fonte: Adriana Almeida.

⁴⁸ Não por acaso, a rua onde está localizada sua “antiga casa”.

⁴⁹ Construída em Recife por Augusto Reynaldo.

FIGURAS 110-111: Materiais de revestimento. Fonte: Adriana Almeida.

A planta em “U” foi dividida em dois pavimentos. No térreo ficaram as áreas de lazer, incluindo uma saleta (onde aconteciam as festas, com piano e bar), garagem e parte dos serviços. Para o piso superior, foram distribuídos quatro acessos independentes: da escada principal que fura o piso superior (à semelhança do esquema da residência Severino Maia), tem-se acesso a uma circulação que leva à sala de visitas e à sala de estar; o terceiro acesso leva à sala junto ao quarto de hóspedes; o último, posterior, às áreas de serviços. Essa diferenciação demonstra a vontade de separação entre os setores, de modo a assegurar a privacidade da família, disciplinar e facilitar os fluxos. Todos os quartos da família foram dispostos na parte leste e possuem banheiro e varanda próprios, característica ausente nas residências anteriores. Diferentemente dos outros projetos, a setorização não é sublinhada pela existência de diferentes volumes.

FIGURA 112: Esboço das plantas da residência Raimundo Alves da Silva.
Fonte: ALVES, 2008, p.109.

FIGURAS 113-114: Pátio (esq.) e fachada leste, com quartos e varandas (dir.). Fonte: Adriana Almeida.

FIGURA 115: Detalhe da escada principal (esq.). Fonte: Adriana Almeida.

FIGURA 116: Croqui do arquiteto para a residência Severino Maia. Fonte: ALVES, 2008, p.105.

O paisagismo ganhou destaque, integrando-se à edificação através de caminhos e formas livres, além de um lago artificial. Frente à busca evidente de liberdade e de ares de modernidade, talvez o isolamento dos setores (através das circulações bem demarcadas) e a utilização de mobiliário destoante da arquitetura remetam a uma sociedade que estava em vias de modernizar-se, mas que buscava assegurar a estabilidade tradicionalmente valorizada.

FIGURAS 117-119: Detalhes da escada de acesso principal (esq.), varanda (centro) e mobiliário da sala de visitas (dir.). Fonte: Adriana Almeida.

FIGURAS 120-122: Jardim visto da varanda (esq.), detalhe de um dos quartos (centro) e copa (dir.).

Fonte: Adriana Almeida.

A utilização, na casa, de panos de vidro nas superfícies voltadas para o poente foi, recentemente, questionada. De fato, as temperaturas amenas de Campina Grande nesse período seriam uma boa explicação, como ensaiaram Queiroz e Rocha (2007), citados por Alves (2008). Mas pode-se pensar também que, sendo essas superfícies o que forma o “U” da planta, talvez o arquiteto intentasse uma forma particular de iluminação nas salas. Ademais, uma das superfícies está protegida por *brises*, a segunda por uma circulação externa, e a última voltada para uma sala que é mais ligação entre espaços do que ambiente de permanência.

Com relação à produção de Augusto Reynaldo, algumas características são constantes em seus projetos residenciais: a clareza das plantas e da setorização, a nitidez da relação desta com a volumetria e a elegância plástica. Percorrendo as análises dessas cinco residências, nota-se um “amadurecimento” das soluções espaciais e, também, um maior domínio no uso da técnica, disposição de espaços e uso de dispositivos de conforto térmico.

A trajetória de Augusto Reynaldo em Campina Grande permite tecer algumas considerações mais gerais sobre a ligação com Recife e a difusão da arquitetura moderna brasileira. O contato com a Escola de Belas Artes de Pernambuco certamente teve influência nos projetos do arquiteto, fato que se percebe ao analisar a casa para o médico Bezerra de Carvalho – cujo projeto foi realizado nos primeiros anos de estudo na escola –, e os projetos posteriores – próximos ao período de diplomação do arquiteto. Esse fato leva a crer em um contato maior com alguns protagonistas da arquitetura pernambucana, como Acácio Gil Borsoi e Delfim Amorim. Ao mesmo tempo, coincide com uma maior repercussão da arquitetura moderna brasileira, no momento em que o léxico construtivo era largamente absorvido e se difundia por todo o Brasil, corroborando-se com a publicação do livro de Mindlin, em 1956.

As análises indicam também que Augusto Reynaldo foi um dos pioneiros nas articulações entre a arquitetura moderna de Recife e a de Campina Grande. Seus contatos com profissionais

pernambucanos, além dos debates sobre a arquitetura moderna brasileira, nos quais provavelmente estava envolvido, parecem ter contribuído para os desdobramentos da arquitetura moderna em Campina Grande.

Por outro lado, o desenvolvimento nos resultados alcançados pelo arquiteto deixa vislumbrar outro processo: as dificuldades de construção e resistências pontuais no projeto da residência de Dr. Bezerra, enfrentadas em 1952, são bem menos severas ao fim da década (CARVALHO, 2006).

Apesar deste capítulo tratar, especificamente, das primeiras manifestações da arquitetura moderna em Campina Grande, preferiu-se abordar a produção de Augusto Reynaldo como um todo, visto que sua morte prematura encerra um trabalho que havia sido apenas iniciado na cidade. Sabemos, e tentamos apontar, que de fato houve um “amadurecimento” em sua produção, a partir principalmente dos anos 1957, com a residência Loureiro Celino.

Ainda em 1952, outro profissional vindo de Recife, o arquiteto-licenciado Hugo Marques, apresentou um projeto de uma residência na cidade, cuja construção não foi identificada. Mesmo que Hugo Marques tenha realizado algumas pequenas obras durante a primeira metade dos anos 1950 em Campina Grande, sua produção mais significativa está relacionada à construção de alguns edifícios altos pioneiros na cidade, a partir dos anos 1957, em um momento de maior difusão da arquitetura moderna no contexto citadino e, também, de diversificação de programas arquitetônicos, como veremos no capítulo seguinte.

ARQUITETURA MODERNA EM CAMPINA GRANDE
Pós-1957

3

A partir de fins dos anos 1950, o crescimento populacional e o desordenamento urbano de Campina Grande eram considerados os principais problemas a serem enfrentados pelos dirigentes locais. Uma das iniciativas destacadas foi a de dotar a cidade de um plano diretor, o qual, infelizmente, não foi concluído. Nas publicações em que Campina Grande aparecia como um centro comercial no interior do Nordeste, sua posição de “desenvolvimento” e “progresso” no contexto regional era marcante, com diversos aspectos (além da função comercial) sido apontados como relevantes nas questões de saúde, educacionais e econômicas do Estado.

Interessa, a partir de agora, perceber como o panorama mais geral da cidade (que foi apresentado no primeiro capítulo) foi determinante na difusão da arquitetura moderna em Campina Grande. Para tal, vale ressaltar uma das conclusões da publicação do SESC (1964) sobre a vida da comunidade (aspectos institucionais, tensões e problemas) de Campina Grande: a existência de “um grupo de indivíduos abertos a certas idéias, conscientes de uma situação” que exigia modificações. Esse grupo de indivíduos era não somente proveniente das famílias tradicionais da cidade, mas também de uma nova classe média urbana, de hábitos, tendências e valores ainda vacilantes, mas que aos poucos, se diferenciava das camadas mais populares, representando um fenômeno de ascensão e melhoria social (SESC, 1964, p.39).

Muitos conhecem outros lugares do país, Recife, Fortaleza, Rio e São Paulo, e procuram trazer para a cidade aquilo que consideram indícios de modernização ou desenvolvimento. A rua larga, que é a Floriano Peixoto, segue essa orientação, assim como a urbanização do Açude Velho, o teatro, o parque infantil, a arquitetura moderna, a avenida do contorno, a Faculdade de Economia, a industrialização. São idéias ou ideais que existem, que são debatidos, embora a realidade da cidade, com seus problemas de saneamento, de miséria, de pobreza, de educação etc. sejam conhecidos mas não objetivados.

Essa população quer deixar de ser a histórica para passar a viver no tempo presente, da mesma maneira que os centros mais adiantados do país. (SESC, 1964, p.54)

Há na Campina Grande dos anos 1950 e 1960 uma classe média que quer ser moderna e se alinhar aos grandes centros nacionais. Essa sociedade passa a ter já nos anos 1950, mas em especial a partir da década de 1960, uma imagem arquitetônica de modernidade que se identifica com o processo de difusão da arquitetura moderna brasileira. Daí o grande número de projetos residenciais que buscavam essa linguagem como expressão, de um reforço do moderno como valor.

A arquitetura moderna brasileira passou a ser referência de praticamente todos os edifícios construídos na cidade a partir do fim dos anos 1950, atingindo um grau de “popularização” que impressiona, como pode ser visto nas mais diversas utilizações de pilares em “V”, lajes planas, cobertura em “asa de borboleta”, marquises, rampas curvas e uma série de outros elementos que foram utilizados não somente em grandes edifícios institucionais, mas também nas pequenas residências ou até nos abrigos para passageiros de coletivos.

Chama atenção em Campina Grande, quanto ao tema da “difusão”, o papel da iniciativa privada no processo. Boa parte dos empreendimentos levados adiante na cidade, em especial nos anos 1960, surge da iniciativa dos grandes comerciantes, industriais ou da classe de profissionais liberais em ascensão: a construção das sedes de associações de classes é um exemplo que foi destacado no capítulo anterior. Mas aqui se pode incluir, também, a construção de clubes recreativos, hotéis, edifícios altos de escritórios e apartamentos, dentre outros empreendimentos de grande repercussão na cidade, que passaram a representar uma vida em comunidade que se tornava cada vez mais ativa e dinâmica.

Talvez por esta razão, quase todos os clubes e associações da cidade foram construídos durante as décadas de 1950 e 1960. Foram identificados os seguintes projetos no APMCG ou através de referências de jornais locais: a Sociedade Médica (1951), a Associação Comercial (1954-56?), o Clube Aquático Campinense (1956), a Sociedade Odontológica (1959), o Clube Médico Campestre (1959), o Campinense Clube (1960), a sede do Ypiranga Futebol Clube (1961), a Sede do Grêmio dos Subtenentes e Sargentos do Exército – GRESSE (1961-62), a Sede Social do Clube do Trabalhador (1962) e a nova sede do Aliança Clube 31 (1964), construída às margens do Açude Velho.

Por isso, antes de tratar das iniciativas do poder público após 1957, e das demais obras selecionadas para análise neste capítulo¹, algumas considerações sobre parte desses clubes tornam-se relevantes, dada a repercussão que alcançaram nos jornais locais e na vida coletiva da cidade.

OS CLUBES RECREATIVOS E A VIDA EM COMUNIDADE

Foi assinalada anteriormente a importância de um grupo de médicos no processo de modernização de Campina Grande, destacando as edificações da Maternidade Municipal, da Sociedade Médica e de algumas residências construídas pelo arquiteto Augusto Reynaldo durante os anos 1950. Como resultado dessas primeiras iniciativas e da importância com que se sobressaiu a classe médica na cidade, já em fins dos anos 1950 esses profissionais buscavam construir um clube recreativo, na tentativa de retirar do prédio da Sociedade Médica a “parte social”, que funcionava no térreo do referido edifício, de acordo com notícia veiculada no jornal “*Diário da Borborema*” (LOPES, 1958, p.02).

Foi assim que um pequeno grupo de médicos – José Santos, Humberto Almeida, Bezerra de Carvalho, Alberto Gentile, Francisco Wanderley, Firmino Brasileiro e outros – decidiram levar adiante a idéia de construir um clube médico, em terreno doado por Aluísio Afonso Campos. Como o número

¹ Algumas obras serão analisadas superficialmente, dado o volume de edificações selecionadas. As análises de algumas residências, como é o caso daquelas projetadas por Augusto Reynaldo (que tratamos no capítulo anterior) e de algumas projetadas pelo desenhista Geraldino Duda foram mais bem trabalhadas, tendo em vista que a arquitetura residencial da cidade vem sendo objeto de pesquisa da autora desde seu Trabalho Final de Graduação. Ver ALMEIDA (2007).

de médicos era pequeno para que houvesse exclusividade da categoria no clube, foi decidido que a entidade teria 100 sócios-proprietários, 100 da categoria a ser fixada nos estatutos do clube e 20 de categoria especial (LOPES, 1958, p.02).

A planta para construção do clube foi aprovada em 1959, de autoria dos arquitetos José Antônio Seifert e João Batista Corrêa da Silva, provenientes do Rio de Janeiro. Na planta de situação estavam previstos: sede social, com restaurante, biblioteca, salão nobre, solarium, concha acústica e auditório ao ar livre, piscina, quadras de vôlei e basquetebol, “courts” de tênis, campo de futebol, bosque, parque infantil, jardins, cortinas de árvores etc. (APROVADA..., 1959, p.04). De acordo com a licença de construção aprovada pela prefeitura da cidade, em setembro de 1959, o Clube Médico teria sido reconhecido como utilidade pública pela Lei Municipal nº 62, do referido ano.

FIGURA 123: Vista aérea atual do Clube Médico Campestre, com destaque (em vermelho) para o bloco administrativo. Diversas modificações foram implementadas durante as décadas posteriores à construção (iniciada em 1959).
Fonte: <http://ouvaourachacg.blogspot.com/2010/04/nosso-campo.html>.

A construção do Campinense Clube também repercutiu na cidade. Notícias anunciavam a construção da sede como um “verdadeiro monumento arquitetônico” (VERDADEIRO..., 1960, p.08). O projeto, de autoria do arquiteto pernambucano Tertuliano Dionísio, constava de um conjunto com dois hectares de área para recreação, com 04 blocos, todos guardando entre si a mesma relação de harmonia plástica. Era constituído por um salão de festas com capacidade para 2.400 pessoas, e uma boate com “dancing”, com uma área de 200m² (DIRETORIA..., 1960, p.08 e 04-B). A maquete do

conjunto foi divulgada no *Diário da Borborema*, mas a atenção ficou voltada, sobretudo, para a construção da boate, inaugurada em novembro de 1961.

A boate fazia parte da primeira etapa de construção da nova sede, no Alto da Boa Vista. Ao fundo dela, estava “um moderno painel representando a história sócio-econômica de Campina Grande”, executado por Tertuliano Dionísio. A mensagem do painel estava sintetizada em 04 etapas: uma primeira, que representava a área primitiva da cidade; a segunda, a área de colonização; a terceira, de emancipação econômica; e por fim, a sociedade, o homem socialmente desenvolvido, ao lado da cidade (INAUGURAÇÃO..., 1961, p.08 e 04-D). Nesta última etapa, ainda segundo informações do periódico, aparecia com destaque o edifício do Banco Industrial de Campina Grande, que simbolizava o progresso da cidade de então.²

FIGURA 124: Vista de cima da maquete do Campinense Clube (1960). Fonte: *Diário da Borborema*, 29/03/1960.

FIGURA 125: Fragmento de algumas personalidades vendo a maquete do Campinense Clube, durante o Baile de Aniversário do “mais elegante”. Fonte: *Diário da Borborema*, 17/05/1960.

A história desses clubes muito elucida sobre a vida em comunidade de Campina Grande nesse período. Infelizmente, o Campinense Clube foi quase que completamente reconstruído (a boate e o painel já não mais existem). O Clube Médico Campestre é um dos poucos que resiste à nova dinâmica da sociedade campinense, com várias modificações implementadas após sua construção inicial. Eles cumpriam um papel fundamental na cidade, que não era apenas o de promover o lazer e a recreação. Segundo a publicação do SESC (1964, p.40), a participação no clube tinha um claro sentido de ascensão e reconhecimento social.

² Tertuliano Dionísio executou ainda um painel para o Banco Industrial de Campina Grande, localizado no térreo do Edifício Rique, que era chamado, na época, de “edifício do Banco Industrial”.

A construção dos clubes, conforme depoimento de uma colunista social na publicação do SESC (1964, p.48), era uma das iniciativas para melhorar a vida social de Campina Grande que, segundo ela, ficava em segundo plano, tendo em vista que o “povo” somente se interessava por política e negócios. Se por um lado, os clubes buscavam suprir essa deficiência e evitar que as classes mais abastadas viajassem para outras cidades em busca de diversão e lazer – iam para Recife ou João Pessoa, onde boa parte possuía casa de veraneio na praia –, inseriam determinadas categorias profissionais na dinâmica social da cidade, a exemplo dos médicos, com o Clube Médico Campestre.

Outros clubes poderiam ser comentados, como o Clube do Trabalhador, do Sesi, projetado também pelo arquiteto Tertuliano Dionísio, em 1962, e que traz um painel executado pelo artista plástico pernambucano, Lula Cardoso Ayres. Não se tratava, nesse caso, apenas do papel da iniciativa privada. Refletia, por outro lado, um espaço para o operário e o período de inserção de Campina Grande na “industrialização”.³

FIGURAS 126-127: Clube do Trabalhador, Sesi, 1962, na época da inauguração.

Fonte: Acervo do clube.

FIGURAS 128-129: Clube do Trabalhador, Sesi, bloco administrativo, hoje.

Fonte: Adriana Almeida.

³ Mencionamos o projeto do Clube do Trabalhador e o painel de Lula Cardoso Ayres em dois artigos. Ver ALMEIDA, Adriana Leal de. **Da construção de uma arte nacional aos murais de Campina Grande**. In: 8º Seminário Docomomo Brasil, 2009, Rio de Janeiro. Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes. Anais; _____. **Difusão da arquitetura moderna em Campina Grande-PB: necessidades e desafios para preservação de um patrimônio ameaçado**. In: 3º Seminário Docomomo Norte-Nordeste, 2010, João Pessoa. Morte e Vida Severinas: das Ressurreições e Conservações (Im)possíveis do Patrimônio Moderno no Norte e Nordeste do Brasil. Anais.

O PAPEL DO PODER PÚBLICO

Não se pode negar que o poder público teve grande participação no processo de modernização de Campina Grande. As transformações urbanas, o projeto da maternidade municipal e a tentativa de implantação de um plano diretor foram algumas das iniciativas. Mas ao contrário do que indicam vários trabalhos sobre a arquitetura moderna brasileira, em Campina Grande a iniciativa privada teve um papel tão significativo, ou talvez maior, que o Estado na difusão da arquitetura moderna na cidade. A partir dos anos 1957, poucos são os marcos da arquitetura campinense empreendidos pelo poder público, entre os quais podem ser citados: a Estação Rodoviária e o Teatro Municipal.

A Estação Rodoviária Cristiano Lauritzen (chamada hoje de “Rodoviária Velha”) foi pensada durante a segunda gestão do prefeito Elpídio de Almeida. Em 08 de Maio de 1958, Elpídio firmou contrato com a Empresa Nacional de Mercados Ltda. (ENAC), estabelecida no Rio de Janeiro, e que tinha como diretor o Sr. Sinésio Passos. De acordo com o contrato, a ENAC se comprometeria a construir “sob sua exclusiva responsabilidade”, e “de acordo com as modernas técnicas da construção civil”, “com todos os requisitos de conforto, higiene e segurança”, uma “construção em estilo moderno e funcional” (CONSTRUÇÃO..., 1958, p.08 e 04-C).

Em um terreno de 4.307m², o arquiteto João Batista Corrêa (SUPERMERCADO..., 1960, p.03), dispôs: uma plataforma de embarque com capacidade para a saída simultânea de 12 veículos; salão de espera; guichês para a venda de passagens; depósito para pequenos volumes de bagagens; posto telefônico; acomodações (lojas e boxes); além de outras dependências. A área privativa estava constituída dos serviços de administração, instalações sanitárias e reservatório de água (CONTRATO..., 1958, p.08). Os 140 boxes seriam destinados à venda de armarinhos e tecidos, mercearias, laticínios e cereais, açougues, frutas, verduras, peixarias, além de um setor para ramo de comércio que ainda não havia sido especificado (MAIOR..., 1961, p.08).

De acordo com documentação encontrada no Arquivo da Prefeitura Municipal de Campina Grande (APMCG), a rodoviária deveria ser um “verdadeiro centro comercial”, uma das maiores do país, à época. A ENAC seria concessionária da obra durante oito anos, vendendo os boxes para os comerciantes e recebendo 8% dos preços das passagens durante esse período (CONTRATO..., 1958, p.08). Ainda segundo o material do APMCG, estava prevista a construção anexa de um supermercado e de um hotel de “linha internacional”. Mas devido a dificuldades na desapropriação do terreno onde deveria ser construído o hotel, a empresa teria se desinteressado da construção. O entusiasmo durou pouco tempo, apenas o corpo central (supermercado e plataforma de embarque e desembarque) da

obra foi construído, e suas proporções pouco lembram a perspectiva estampada nos jornais locais de 1958.⁴

FIGURA 130: Maquete da Estação Rodoviária, 1958.
Fonte: *Diário da Borborema*, 22/08/1958, p.05.

FIGURAS 131-132: Esquema da planta baixa do bloco anexo à Estação Rodoviária (esq.) (Fonte: *Diário da Borborema*, 22/08/1958, p.05) e rodoviária em construção (dir.) (Fonte: Acervo Elpídio de Almeida).

FIGURAS 133-134: Antiga Estação Rodoviária, hoje.
Fonte: Adriana Almeida.

⁴ Em fins dos anos 1970 já se pensava uma nova rodoviária para a cidade.

FIGURAS 135: Inserção da Estação Rodoviária na cidade. Fonte: SESC, 1964.

Durante a gestão de Elpídio de Almeida, além da Estação Rodoviária, tem-se notícias da construção de algumas escolas municipais, da Praça da Bandeira, da elaboração de um projeto para o Teatro Municipal, dentre outras obras significativas.

A Praça da Bandeira foi construída em 1956, segundo projeto do arquiteto pernambucano Lúcio Estelita. O projeto dispunha, segundo o periódico *Diário da Borborema*, de 02 de outubro de 1957, de “moderno jardim, pequeno lago artificial e um abrigo de 119m² para passageiros de coletivos. Nela teria sido implantada, ainda, uma escultura de autoria de Abelardo da Hora, que recebeu o 1º prêmio do Salão de Artes de Pernambuco de 1956 (CAMPINA..., 1957, p.03).⁵

FIGURA 136: Praça da Bandeira, fim dos anos 1950.
Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1960.

⁵ A praça está localizada em frente ao edifício dos Correios e Telégrafos.

O primeiro projeto para o Teatro foi elaborado pelo arquiteto do Rio de Janeiro, Ayrton Nóbrega, com cooperação do Serviço Nacional do Teatro, do Ministério de Educação e Saúde (CAMPINA..., 1957, p.03). Terminada a gestão de Elpídio de Almeida, o projeto não teve continuidade. Retomado na gestão seguinte, o prefeito Severino Cabral pediu que o engenheiro Austro de França Costa, diretor do DPU, estudasse algumas modificações no projeto anterior, visando torná-lo menos dispendioso (TEATRO, 1961, p.07), fato que terminou na substituição por um novo projeto, elaborado pelo desenhista Geraldino Pereira Duda.

FIGURA 137: Projeto do arquiteto Ayrton Nóbrega para o Teatro Municipal de Campina Grande.
Fonte: *Diário da Borborema*, 02/10/1957.

O poder público continuou tendo um papel importante no processo de modernização da cidade, com iniciativas que refletiam não apenas a “modernização” das atividades administrativas, construindo edifícios públicos eficientes e com uma linguagem “moderna”, utilizando técnicas recentes, mas também através da tentativa de inserção da cidade no panorama geral brasileiro e na política desenvolvimentista empreendida a partir dos anos 1955, com JK.

Essas iniciativas, por outro lado, não foram de responsabilidade apenas de Elpídio de Almeida. Também o prefeito Severino Cabral teve um papel importante, em especial no período próximo à realização do Centenário de Campina Grande, em 11 de outubro de 1964, episódio comentado tanto em jornais locais, como também em outros meios de divulgação nacional. O jornal “*O Globo*”, por exemplo, a respeito das comemorações que se seguiriam classificou a “Rainha da Borborema” como “a mais progressista cidade e um dos mais importantes centros industriais e comerciais do interior brasileiro” (CAMPINA..., 1963, p.03), referindo-se à condição da cidade como pólo do interior nordestino.

Como mencionado, para a realização do Centenário uma Comissão Executiva ficou responsável por organizar os preparativos das comemorações e pelas despesas de sua execução, incluindo auxílio financeiro para algumas obras que estavam sendo construídas na cidade. Nas prestações de contas da comissão podem ser encontradas informações relevantes quanto às obras selecionadas. Em julho de 1963, por exemplo, registravam: a) a escritura referente à aquisição (por oito milhões de cruzeiros) do terreno destinado ao Fórum de Campina Grande, ficando o arquiteto Hugo Marques encarregado do projeto arquitetônico do edifício (contratado por 500.000,00); b) a elaboração do projeto arquitetônico da Casa do Trabalhador, pelo desenhista Renato Silva, e cuja concorrência para construção da estrutura de concreto armado foi vencida pela firma Sociedade Técnica de Engenharia (SOTENGE), contratada por 3.200 cruzeiros; c) o anteprojeto do Parque Permanente de Exposição de Animais, apresentado pelo arquiteto Tertuliano Dionísio, que também realizou um estudo para o Parque do Centenário, incluindo um monumento do escultor Corbiniano Lins, um Museu Histórico e outras obras; d) a construção dos serviços de aterro da área situada entre o Açude Velho e o bairro de José Pinheiro, efetuados pelo DNOCS, cujos trabalhos de aterro e de urbanização eram parte de um plano de embelezamento proposto por Burle Marx; etc. (Governador..., 1963, p.03).

FIGURA 138: Edifício do Fórum de Campina Grande, atual Juizado do Consumidor. Projeto de Hugo Marques. Fonte: Adriana Almeida.

FIGURA 139: Ypiranga Futebol Clube, projetado em 1960 por Austro de França Costa. Fonte: *A União*, 11/10/1964, p.08.

FIGURA 140: Propaganda do Centenário de Campina Grande. Fonte: *A União*, 17/01/1964, p.04.

O NOVO QUADRO DE PROFISSIONAIS E A ESCOLA POLITÉCNICA

Até meados dos anos 1950, Augusto Reynaldo e Hugo Marques eram os arquitetos com maior destaque na cidade, em um momento em que as edificações “modernas” eram ainda esporádicas. Apesar dos primeiros projetos desses arquitetos apresentarem resquícios de suas “iniciativas modernizantes” – utilizando a expressão de Naslavsky (1998) –, suas produções de fins dos anos 1950 – especificamente o projeto de Augusto Reynaldo para a residência Loureiro Celino (1957/58) e o projeto de Hugo Marques para o Edifício Rique (1957?) –, denotam, ao mesmo tempo, uma mudança na produção campinense e também uma transição que acontece no próprio processo projetual dessas individualidades.

Antes deles, como visto, alguns poucos arquitetos atuavam na cidade, todos licenciados (não-diplomados, mas reconhecidos como habilitados), como é o caso de Isac Soares e Josué Barbosa Pessoa. No entanto, estes ainda não apresentavam projetos “filiais” à produção moderna, fato que se modifica a partir da década de 1950, acompanhando as edificações pioneiras que foram

destacadas no capítulo anterior. Josué Barbosa Pessoa projetou, em 1960, juntamente com o engenheiro Roberto Palomo, uma residência para Fernando Ferreira de Mesquita; enquanto Isac Soares projetou, em 1961, a Sede do Grêmio dos Subtenentes e Sargentos do Exército (GRESSE). Esses dois projetos demonstram uma intenção de inserção no conjunto da produção moderna que se disseminou na cidade nesse período.

FIGURA 141: Residência Fernando Ferreira Mesquita, projeto de Josué Barbosa Pessoa e Roberto Palomo, 1960. Fonte: Adriana Almeida.

FIGURA 142: Fachadas do GRESSE, projeto de Isac Soares, 1961. Fonte: APMCG.

Além da mudança de posição de alguns profissionais quanto à escolha da estética arquitetônica, e com a morte de Augusto Reynaldo, a partir de fins dos anos 1950, diversos arquitetos passaram a se evidenciar na cidade, como os pernambucanos Waldecy Pinto e Heitor Maia Neto, que projetaram uma ou duas obras em Campina Grande, e o também pernambucano, Tertuliano Dionísio, com um número maior de projetos – incluindo o Campinense Clube e algumas residências.

FIGURAS 143-145: Projeto para a residência Ubirajara Alves Bandeira (demolida), Waldecy Pinto, 1960, planta baixa (acima) e fachadas. Fonte: APMCG.

FIGURAS 146-148: Projeto para a residência João Rique Filho, Joaquim Rodrigues, 1959, planta baixa (acima) e fachada (esq.).
 Fonte: APMCG. Foto atual (dir.). Fonte: Adriana Almeida.

Junto a esses arquitetos, uma gama de engenheiros participou do processo de difusão da arquitetura moderna em Campina Grande: Austro de França Costa, Lynaldo Cavalcanti, Max Hans Karl Liebig, Giuseppe Gioia, Glauco Benévolo de Benévolo, Joaquim Rodrigues, entre outros. Eles se associavam ou contratavam desenhistas para conceberem seus projetos, entre os quais se destacavam Geraldino Pereira Duda (autor de numerosos projetos, em especial na década de 1960), J. Anacleto Eloi, Walter Cordeiro de Lima e Adelgício Lima Filho. Boa parte desses engenheiros estava também ligada ao curso de engenharia civil da Escola Politécnica, implantada em 1954. Algumas dessas personalidades podem ser distinguidas na imagem que se segue.

FIGURA 149: Momento do 1º exame vestibular de Campina Grande, com destaque para os professores: 1- Giusepe Gioia; 2- Pedro Collier; 3- Glauco Benévolo de Benévolo; 4- Max Hans Karl Liebig. Fonte: Acervo do Prof. Milton Bezerra das Chagas Filho. Disponível em: www.cgretalhos.blogspot.com.

Acompanhando a mudança no quadro arquitetônico da cidade, se antes de 1957, poucas eram as construtoras atuantes – foram identificadas a construtora G. Gioia & Cia., que projetou, além da Maternidade Municipal, o Edifício Assú, o Teatro Municipal (1962-63) e outras obras importantes na cidade; além da Indústria Comércio Técnica (INCOTEC), representada pelo engenheiro Austro de França Costa, cuja propaganda foi encontrada no *Jornal de Campina*, de 1954 – após essa data, diversas construtoras e profissionais divulgavam seus serviços nos jornais locais.

INCOTEC

INDÚSTRIA COMÉRCIO TÉCNICA

Fábrica de:
Mosaicos de piso
Mosaicos vidrados
Combogós
Revestimento "INCOTERITE"
Caixas de Inspeção e de gordura
Tijolos prensados
Lavanderias
Ladrilhos de granito
Peças de granito
Fóssas sépticas

Materiais de Construção:
Tintas a base de borracha,
Sika-lar
Ferros e canos
Cerâmica S. Caetano (S. Paulo)
Formica — para balcões
Produtos Sika
Azulejos
Ferragens de Ferro Polido e Latão
Caixa de Descarga Montana
Elevadores
Persianas Columbia
Material Sanitário

Concreto Armado
Especificações
Orçamentos
Administrações
Fiscalizações
Levantamentos
Rodovias
Açudagem
Pontes, Edifícios
Praças, Jardins
Escolas, Pavimentações
Residências, etc.
Cópias, Heliográficas e Fotostáticas

Austro de França Costa

Engenharia — Arquitetura — Construções — Indústria e Comércio

Escritório: Rua Ruy Barbosa, 615
Fábrica: Bairro de São José
TELE (fone 218
grama: "INCOTEC")

INSCRIÇÃO 14.598

AGENTES:
Natal — João Pessoa — Recife

Secção Comercial: Rua Presidente
João Pessoa, 117
Cerâmica: Bairro do Moita
TELE (fone 148
grama: "INCOTEC")

CAMPINA GRANDE — PARAÍBA — BRASIL

FIGURA 150: Propaganda da INCOTEC. Fonte: *Jornal de Campina*, 27/07/1954, p.04.

G. GIOIA & CIA

Capital registrado e integralizado; C\$.
3.000.000,00.

**ENGENHARIA — ARQUITETURA
CONSTRUÇÕES — INDÚSTRIA**

ESCRITÓRIO — TÉCNICO
Projetos, Orçamentos, Especificações, Cálculos
Estruturais, Planos de Financiamentos, etc.

Indústria
Cerâmica S. José — TELHAS; tipos Mara-
selha Canal e Capote — Tijolos: tipos
Prensado, Furados e Especiais.

Os melhores produtos cerâmicos do Estado a os mais
economicos

Rua Maciel Pinheiro, 112 -- Telefone 439
End. Teleg. "Gioia"

CAMPINA GRANDE PB

FIGURA 151: Propaganda da G. Gioia & Cia., *O Rebate*, 04/10/1956.

Tenha sua própria casa:

INCOTEC

Apresenta agora casa pronta em terreno próprio, desde
cr\$ 150.000,00 até cr\$ 300.000,00
e facilita...

3 quartos - 2 terraços - 2 sanitários - sala única -
copa e cozinha - lavanderia - jardim de frente -
isolada - luz e acesso fácil - transporte à vista

INCOTEC já possui casas prontas no Bairro
São José, que podem ser visitadas a qualquer momento

INCOTEC

Fabrica —
e tem estoque de tudo para construção

Rua João Pessoa, 217 — Fones 1319 - 1623 - 1593

FIGURA 152: Propaganda da INCOTEC, *Diário da Borborema*, 02/10/1957, p.06.

NORDESTE Anthoner de Abreu — Eng. Civil

ENGENHARIA — DESENHO
E COMÉRCIO Ltda. Rua João Pessoa, 313-1º andar-fone 2420-
Campina Grande — Paraíba

**INSTALAÇÕES ELÉTRICAS INDUSTRIAIS
PONTES E ESTRUTURAS
MOVIMENTO DE TERRA
CONSTRUÇÕES
PROJETOS**

FIGURA 153: Propaganda da Nordeste Engenharia e Comércio Ltda., *Diário da Borborema*, 10/01/1958, p.07.

ENGENHARIA — DESENHO
REGRAS DE CÁLCULO
ESTOJOS DE DESENHO
Escala — Pranchetas, etc.

TOPOGRAFIA
TEODOLITOS — NÍVEIS
BALISAS — MIRAS — TRENAS
BUSSOLAS — CLINÔMETROS
CORRENTES DE AGRIMENSOR

PAPEIS
HELIOGRÁFICOS, VEGETAIS,
MILIMETRADOS, ETC.

REPRODUÇÃO
COPIAS HELIOGRÁFICAS POR
PROCESSO MECÂNICO, EM FUNCIO-
NAMENTO MODERNA MÁQUINA
HELIOGRÁFICA LEMAC 1.400.

Sotenge
SOC. TÉCNICA DE ENGENHARIA LTDA.
Av. João Suassuna n. 111-1.º
Fone 2346 — Caixa Postal, 310

FIGURA 154: Propaganda da SOTENGE, *Diário da Borborema*, 23/03/1958, p.05.

Austro de França Costa
Glauco Benevolo de Benevolo
George de França
Artur Chaves de Paiva,
DIRETORES DA

CONSTRUTORA RODOPLAN DO BRASIL LTDA.
EDIFÍCIO ASSU, SALA 109
CAMPINA GRANDE — PARAIBA

PARABENISAM OS DIRETORES E ACIONISTAS
DO

BANCO INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE S. A.
POR MOTIVO DA INAUGURAÇÃO, NA DATA DE
HOJE, DAS SUAS NOVAS INSTALAÇÕES.

FIGURA 155: Propaganda da Construtora Rodoplan do Brasil Ltda., *Diário da Borborema*, 30/04/1960, p.06.

Consulte, para sua economia,

COTEC — ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA.
Rua Padre Meira, 56, 1.º andar, s/108
João Pessoa — Paraíba

Projetos, construções, decorações, Loteamentos e cálculos de concreto armado

TÉCNICOS:
Eng. Civil: AMARILIO SALES DE MELO
Arquiteto: MANOEL TAVARES DE SOUZA

FIGURA 156: Propaganda da COTEC Arquitetura e Engenharia Ltda., *Diário da Borborema*, 03/07/1960, p.08.

Assim, a partir de fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, com uma maior atuação de profissionais locais e com a implantação da Escola Politécnica, as propagandas de construtores e profissionais nos jornais são ampliadas. Com a expansão e o crescimento populacional da cidade, acompanhado pelo surgimento de loteamentos e necessidades de novas construções para habitação,

algumas iniciativas de construção de casas próprias aparecem nesses periódicos. Entre 1957 e 1958, por exemplo, tanto a Sociedade Técnica de Engenharia Ltda. (SOTENGE), do engenheiro Lynaldo Cavalcanti, quanto a INCOTEC, de Austro de França Costa, apresentaram propostas de construção de casas próprias que seriam, em parte, realizadas através de financiamentos dos bancos.

Analisando as reportagens, percebe-se uma mudança nas propagandas de residências populares, as quais também passaram a absorver elementos presentes no repertório da arquitetura moderna brasileira. Aos poucos, o gosto pelos “bangalôs” foi sendo substituído, como se observa nas figuras a seguir.

UM PEQUENO SEGREDO PARA A SUA INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA.

Grandes avenidas de 30 metros de largura —
Numerosas praças e jardins — Situação elevada com belíssima vista sobre a cidade

E' a compra de lotes, pois não há exemplo de desvalorização da terra. Com o progresso, com o aumento da população, com os novos e mais numerosos meios de transportes, as terras se valorizam dia a dia, representando o melhor emprego de capital e, assim, garantindo a independência econômica. Saiba, pois, valorizar o seu dinheiro, construindo para si e para os seus um futuro tranquilo e promissor, empregando hoje suas economias nos

MARVILHOSOS LOTES DO

Jardim,
TAVARES

Plano de vendas em 72 prestações, sem entrada, sem juros, sem fiador
JARDIM TAVARES
Esc. R. Cardoso Vieira, 107 — 1. and. — Fone: 1449. — Campina Grande-Pb.

E observe 'estes sinais:

- 1 — Grande Hotel
- 2 — G.E. Solon de Lucena
- 3 — Catedral de N. S. Conceição
- 4 — Mercado Municipal
- 5 — Futuro Colégio das Lourdinhas
- 6 — Colégio Diocesano.

FIGURA 157: Propaganda do loteamento Jardim Tavares. Fonte: *Diário da Borborema*, 02/10/1957, p.05.

INCOTEC, direção do Engenheiro Civil Austro França Costa, cumprimenta os seus amigos e clientes,

No limiar do novo ano, desejando a todos as maiores felicidades em 1958

«INCOTEC» depois de quase dez anos de trabalhos no ramo de construção civil, constituiu um conjunto de experiências, para lidar com homens e materiais, criando um ambiente baseado em estudo de organização racional do trabalho, capaz de compensar as deficiências e complexidades do trabalho manual, salientando de grande e imprescindível valor, o fator relações humanas, com êxito, e os materiais fabricados em seu próprio parque industrial, pôde construir quase todos os requisitos, dos quais dependem uma construção: TIJOLOS FURADOS E PRENSADOS, TELHAS, MANILHAS DE BARRIO E CIMENTO, MOSAICOS, LADREILHOS DE GRANITO, TUBOS, REVESTIMENTOS, LAVANDERIAS, PIAS, COM BOGOS, CAIXAS DE INSPEÇÃO E GORDURAS, TANQUES, FOSSAS SEPTICAS, POSTES, ESTACAS.

«INCOTEC» obtém tudo isso graças a boa compreensão de seus operários, desde o mais graduado ao mais humilde, tendo eles o justo orgulho de tal cooperação.

«INCOTEC», agora, oferece um dos produtos resultantes de suas atividades, que deve servir de vantagens aos nossos habitantes. Iniciou com plena aceitação, um grupo de 26 (vinte e seis) «CASAS RESIDENCIAIS», das quais se encontram algumas concluídas. E de salientar que as referidas casas, possuem todos os requisitos para qualquer espécie de família, mesmo as mais exigentes, e em terreno próprio, perfeitamente desembarçado, isolada de acesso fácil.

«INCOTEC», é um patrimônio de CAMPINA GRANDE, pois realiza uma obra industrial puramente nacionalista, embora em seu próprio benefício, porém, que redonda em benefício do povo da região e assegura uma maior expansão de «INCOTEC», de acordo com o que ficou acima exposto, pode construir mais barato, e você prezado amigo, pode aproveitar a oportunidade e dar um passo definitivo para sua independência econômica!

Portanto, o povo pode confiar e fazer economias, deixando de pagar aluguéis, adquirindo sua residência, com uma pequena entrada e o restante em suas prestações mensais.

Não hesite e veja hoje mesmo a sua casa que a «INCOTEC» está construindo.

NÃO PAGUE ALUGUEL!
Adquirir sua CASA à vista ou a prazo, com 30% de entrada e o restante em prestações mensais.

COM **INCOTEC**
Rua L^a de Melo 190 — Fone 1319
Rua João Pessoa, 117 — Fone 1623

VEJA O LOCAL...

FIGURA 158: Propaganda da INCOTEC para a construção de casas residenciais.

Fonte: *Diário da Borborema*, 01/01/1958, p.06.

PLANO POPULAR DE CONSTRUÇÃO "SOTENGE"

PERSPECTIVA

ADQUIRA SUA CASA PRÓPRIA, EM EXCELENTE LOCAL COM PAGAMENTO A LONGO PRAZO NO CENTRO DO BAIRRO DE JOSÉ PINHEIRO COM TODOS OS SERVIÇOS PÚBLICOS. PRÓXIMO AO ESTÁDIO MUNICIPAL, TEM PLORES RECREIOS, AMBULATÓRIO MÉDICO, GRUPO ESCOLAR, ETC. SERVIÇO POR TRANSPORTES COLETIVOS (RUAS EDSON SALES E SILVA JARDIM), ENERGIA ELÉTRICA E PROVIDO DE 2 RESERVATÓRIOS (SUPERIOR E INFERIOR) D'ÁGUA E DE FOSSA SÉPTICA. CONTRATOS DE VENDA PARA PAGAMENTO ATÉ 6 ANOS E C/ ENTRADA MÍNIMA DE 30%.

MAIORES INFORMAÇÕES NA SOTENGE SOCIEDADE TÉCNICA DE ENGENHARIA LIMITADA
RUA JOÃO SUASSUNA, 111
18 ANDAR - FONE 2346
CAIXA POSTAL 210

PLANTA BAIXA - 1:50.

GOIÃO ASSOLAR
DO CHATEAUBRIANT

FIGURA 159: Propaganda da SOTENGE para um "Plano Popular de Construção".

Fonte: *Diário da Borborema*, 23/02/1958, p.07.

Nesse sentido, se até por volta de 1957 a arquitetura moderna estava restrita a poucas edificações em Campina Grande, essa linguagem para a se disseminar amplamente a partir de então. Se de um lado tem-se certa “popularização” dos elementos da arquitetura moderna, como é o caso, por exemplo, do uso generalizado de pilares em “V” em residências projetadas por engenheiros, por outro se observa uma mudança, ou poder-se-ia chamar de “amadurecimento”, no uso dos elementos dessa arquitetura em alguns projetos da cidade.

Paralelamente, identifica-se uma ampliação do número de obras construídas e do quadro de profissionais (engenheiros, arquitetos e desenhistas) na cidade, e algumas obras importantes são construídas a partir dos anos finais de 1950: a Estação Rodoviária (1958), a Escola Politécnica (1959), a Faculdade Católica de Filosofia (1960), os clubes e o Teatro Municipal Severino Cabral (1962/63) são exemplares significativos, alguns já mencionados.

FIGURAS 160-161: Perspectiva da Faculdade Católica de Filosofia, projetada pelo engenheiro Lynaldo Cavalcanti (esq.) (Fonte: *Diário da Borborema*, 04/02/1958, p.08), e vista durante a construção (dir.) (Fonte: www.cgretalhos.blogspot.com). O espaço de pilotis foi fechado e a edificação recebeu novas esquadrias e revestimento externo.

A criação da Escola Politécnica e a construção de seu edifício são marcos da mudança no quadro de profissionais. Em 1958, a construção de um edifício próprio, em terreno doado pela Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT), no bairro de Bodocongó começou a ser pensada. No ano seguinte, vários arquitetos nordestinos concorreram com anteprojetos para o prédio, tendo sido Heitor Maia Neto convidado para apresentar uma proposta final.⁶ Como identificam Queiroz e Rocha (2007, p.270), as soluções adotadas pelo arquiteto são muito parecidas com sua proposta para a Faculdade Católica de Pernambuco, cuja perspectiva havia sido divulgada no jornal “*Diário da Borborema*”, no início de 1958.

⁶ A proposta de Heitor Maia Neto estipulava o custo do projeto completo em mais de dois milhões de cruzeiros, e deveria ser realizado em duas etapas, das quais a primeira custaria à Politécnica Cr\$850.000,00 (DISCUTIDO..., 1959, p.08 e 04-C).

FIGURA 162: Faculdade Católica de Pernambuco, Heitor Maia Neto, perspectiva.
Fonte: Diário da Borborema, 12/01/1958.

O projeto da Politécnica, elaborado em dezembro de 1959, foi aprovado pela Prefeitura em fevereiro do ano seguinte. Apenas o edifício destinado ao setor de ensino da Escola foi construído, com área coberta de 2.641,30m². Com redução significativa de sua área, não foi realizado de acordo com as perspectivas divulgadas no periódico local.

FIGURA 163: Escola Politécnica da Universidade da Paraíba, Heitor Maia Neto, perspectiva.
Fonte: Diário da Borborema, 27/12/1959, p.08.

FIGURA 164: Escola Politécnica da Universidade da Paraíba, maquete.
Fonte: Diário da Borborema, 06/09/1960, p.04).

FIGURA 165: Escola Politécnica, vista externa. Fonte: Acervo Antonia F. Bióca.

FIGURA 166: Escola Politécnica, corte EF. Fonte: APMCG.

Entre o final dos anos 1950 e o início de 1960, destacam-se também os edifícios altos projetados por Hugo Marques, além das residências projetadas por ele, pelo arquiteto Tertuliano Dionísio – formado em Recife em 1962 – e por Geraldino Duda. Este último ganhou maior visibilidade com o projeto do Teatro Municipal.

Trata-se, portanto, de um momento de novas necessidades para a cidade, que se mostrava em franca expansão: construção de clubes e associações, de edifícios institucionais e criação do distrito industrial. Estas realizações estavam associadas ao período desenvolvimentista e refletiam a inserção da cidade na dinâmica econômica do país, através dos incentivos à industrialização e do destaque de seu comércio.

HUGO MARQUES E A VERTICALIZAÇÃO DE CAMPINA GRANDE

A figura do arquiteto-licenciado carioca Hugo Marques, ainda que tenha sido citada por alguns trabalhos acadêmicos – em geral aqueles que tratam da arquitetura moderna de Recife –, aparece de maneira muito dispersa. Algumas pesquisas têm associado sua presença a um período anterior à difusão da arquitetura moderna em Recife, ou ainda, anterior à renovação do debate arquitetônico local, através de uma quantidade razoável de exemplares arquitetônicos de sua autoria, mas enquadrados dentro das “iniciativas modernizantes” dos anos 1930 e 1940 de Recife, de que fala Naslavsky (1998).

Naslavsky (1998, p.131, 133, 137 e 154) cita algumas realizações do arquiteto em Recife, entre as quais destaca os edifícios Almare e Almare Anexo (1942-43) – que traziam soluções que evidenciavam os avançados conhecimentos técnicos, expressas na passarela de concreto protendido, executada em 1943, e que liga os dois edifícios. Outro exemplo mencionado é a casa de veraneio para a família Costa de Carvalho (1944), conhecida como “casa navio”, devido aos motivos náuticos nela inseridos. Essa residência previa, segundo a autora, a integração entre as salas de jantar e estar, e inovava em alguns aspectos funcionais, como na ligação franca entre zona íntima e estar através de uma escada principal. De acordo com Smith e Freitas (2008) o Edifício Capibaribe (1948), em Recife, também é de autoria do arquiteto.

Entretanto, excetuando-se a identificação pontual dessas obras, pouco se sabe sobre a trajetória de Hugo Marques⁷ antes e durante sua atuação em Campina Grande, já que não chegou a firmar escritório na cidade, apesar do número significativo de projetos realizados durante os anos 1950 e 1960. Acredita-se que uma análise mais detalhada sobre sua obra ajudaria a compreender

⁷ Naslavsky (2004, p.47), posteriormente, afirma que Hugo Marques procede da geração anterior a dos anos 1950 de Recife, e estaria ligado a uma produção que classifica como “proto-racionalista”, com utilização de estilos tradicionais, ou de um “modernismo adocicado”, segundo termo de BENÉVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1989, p.532.

alguns aspectos relevantes do processo de difusão da arquitetura moderna em Recife e, também, de Campina Grande. Se Hugo Marques participou daquelas iniciativas “modernizantes” de Recife, o que se pode dizer de sua produção dos anos 1950 e 1960? Ela esgotou-se em Recife quando o arquiteto passou a elaborar projetos em Campina Grande a partir dos anos 1950?⁸

A primeira notícia que se tem do arquiteto em Campina Grande é com o projeto da residência para o menor José Marcus Giovanni Gioia, em 1952. Anexo à licença e à cópia do projeto encontra-se, no APMCG, uma nota exigindo a assinatura da firma construtora, G. Gioia & Cia, como projetista, pois Hugo Marques ainda não possuía registro na prefeitura da cidade. Não foi possível identificar se este projeto foi construído, porém uma série de outros projetos foi elaborada por ele nas décadas de 1950 e 1960, incluindo praticamente todos os prédios altos do período. Entre os projetos identificados, da década de 1950, estão: um edifício para o SESI (1954), o edifício para o Banco Industrial de Campina Grande (1957?), também conhecido como Edifício Rique, e o edifício da Associação Comercial (1954-56?), que tem autoria atribuída ao arquiteto, apesar do projeto não ter sido encontrado.

Dos anos 1960, podem-se citar o Edifício Paraná (1962), o Hotel Ouro Branco (1961), o edifício para a Ind. e Com. Motta S/A. (1962), o Edifício Palomo (1962), o Edifício Lucas (1963), a Clínica Santa Clara (1968), além de algumas residências para as classes mais abastadas de Campina Grande.⁹ A participação de Hugo Marques na cidade tornou-se mais destacada quando ele ficou responsável pela construção dos primeiros edifícios altos, em um momento que a verticalização se colocava na cidade como simbólica da modernidade: se nas décadas de 1930 e 1940, alguns edifícios eram tidos como “fac-símiles de arranha-céus”, a exemplo do Grande Hotel ou do Palacete da Prefeitura, em fins dos anos 1950 e nos anos 1960 os edifícios ganham altura, sendo o Edifício Rique o primeiro a se elevar na paisagem citadina.

Apesar do número também significativo de residências projetadas por Hugo Marques em Campina Grande durante os anos 1960, serão aprofundadas as análises sobre sua produção de edifícios altos, dada a relevância da temática para o processo de modernização da cidade. De toda maneira, reforça-se a importância de um estudo mais sistemático sobre a trajetória deste arquiteto, incluindo suas primeiras obras realizadas em Recife, e sua participação no processo de difusão da arquitetura moderna nas duas cidades.

Uma leitura sobre as diversas matérias de jornais locais revela que existiam duas posições em relação à temática da verticalização em Campina Grande: a dos que enxergavam no processo o

⁸ Até onde sabemos, ainda não existe um estudo sistemático sobre a produção do arquiteto, ou que trate de sua produção dos anos 1950 e 1960 em Recife.

⁹ No trabalho final de graduação da autora, elaboramos uma série de fichas sobre as residências de Campina Grande projetadas nos anos 1960. Um número relevante de residências foi projetado por Hugo Marques. Ver ALMEIDA (2007).

grau de desenvolvimento e progresso por que passava a cidade; e a dos que contestavam a necessidade da construção de edifícios altos, principalmente os residenciais, tendo em vista as qualidades das habitações unifamiliares. O jornalista J. S. Lopes foi um dos que defendeu a segunda posição:

Que falem aqui residências para alugar não resta dúvida. Mas a carência seria muito melhor – acreditamos – suprida pela construção de vilas residenciais, onde o bom gosto arquitetônico e condições de primeira ordem de urbanização poderiam aliar o útil ao agradável. Queremos afirmar que é incomparavelmente superior a casa de morada, com seu jardim, seu quintal, de fácil acesso, ao apartamento apertado, encarapitado no alto de um edifício central.

Os transtornos da vida em prédios de apartamentos são inúmeros e só os conhecem bem aqueles que são forçados a habitá-los.

O que a arquitetura moderna vem conseguindo em matéria de conforto e beleza nas residências dificilmente se pode aplicar aos imóveis comerciais de apartamentos, pequenas gaiolas onde será uma tristeza prender crianças e confinar adultos, que, depois das canseiras de sua jornada de trabalho, precisam de espaço para respirar mais ar puro, gozar do silêncio e da tranquilidade do bairro residencial, ter sua arvorezinha no quintal e seu canteiro de flores no jardim. (LOPES, 1958, p.07)

Em outra matéria do *“Diário da Borborema”*, era defendida uma “tese anti-arranha-céu”, que confrontava os dois posicionamentos: se os arranha-céus davam a impressão de “pujança de metrópole econômica do interior do Nordeste”, por outro lado roubavam “cedo a poesia das ruas e avenidas centrais, com esses megatérios de cimento armado a interromper-nos a visão dos horizontes que se dilatam após as nossas fronteiras citadinas.” Em defesa da “tese”, levantava a questão do clima que, no Nordeste, impunha “a construção de casas baixas e arejadas”. Por essas razões, concluía que, para Campina Grande, “o arranha-céu não é somente anti-estético, como anti-natural porque está em choque flagrante com as condições do nosso clima” (INSTANTÂNEOS..., 1958, p.07).

Apesar das contradições, foi grande a propaganda e a repercussão da construção do primeiro grande edifício de apartamentos. E, aos poucos, as notícias contra a verticalização foram desaparecendo, ou passaram a ter um “sabor” mais ameno.

- **EDIFÍCIO RIQUE (1957?)**

Até o início da construção do Edifício para o Banco Industrial de Campina Grande (BICG), mais conhecido como Edifício Rique, não foi identificado nenhum outro edifício de pavimentos que se destacasse no processo de verticalização da cidade. Talvez apenas o Edifício Prata, que tem autoria atribuída ao arquiteto Augusto Reynaldo, tenha sido contemporâneo à construção do Edifício Rique.

Segundo depoimento do engenheiro Geraldino Duda¹⁰, que atuou na cidade durante a construção do Edifício Prata, estava prevista a construção de um número maior de pavimentos para esse edifício. No entanto, iniciada a construção do Edifício Rique, que concorreria nas vendas dos apartamentos e escritórios do Edifício Prata, o proprietário Raimundo Viana teria desistido de dar continuidade à construção dos pavimentos restantes. Talvez por esta razão, o Edifício Prata, cuja estrutura está assentada sobre pilares de pé-direito duplo em forma de “V”, apresente, em sua configuração atual, tal aspecto de desproporcionalidade.

FIGURAS 167-169: Edifício Prata, vista externa, varanda (primeiro andar) e parede de azulejos do hall.
Fonte: Adriana Almeida.

Aprovado em 1954, foi identificado no APMCG o projeto do Edifício Campina Grande, que seria construído pela firma G. Gioia & Cia., para o proprietário Manoel Ribeiro Morais. De acordo com o projeto, estava prevista a construção de 8 (oito) pavimentos, sendo o pavimento-tipo composto por 4 (quatro) apartamentos, dois deles com 2 (dois) quartos, e os outros 2 (dois) com 3 (três) quartos. No térreo, além de um hall de entrada que dá acesso aos elevadores e escadas, ficariam duas lojas. Vale destacar do projeto, a marquise que sinaliza a entrada do edifício, a utilização de pilotis (mesmo não liberando o edifício do solo, dada a implantação das lojas no térreo) e o uso residencial nos pavimentos-tipo, diferente dos outros edifícios altos identificados, que previam uso misto ou exclusivo de escritórios/consultórios.

Não se sabe ao certo por que o Edifício Campina Grande não foi construído, mas uma hipótese é a de que seu uso (habitação multifamiliar) não tenha sido bem aceito na cidade. Nos

¹⁰ Proprietário de um escritório no Edifício Prata.

outros três edifícios verticais construídos, o uso residencial ainda era restrito, e as dimensões dos apartamentos não previam a moradia de uma família. Acredita-se que a classe média e alta de Campina Grande ainda preferia a habitação unifamiliar, como defendida na matéria de jornal citada.

FIGURAS 170-171: Edifício Campina Grande, fachada principal e pavimento-tipo. Fonte: APMCG.

Apesar do “fracasso” na construção dos edifícios Prata e Campina Grande, a verticalização ainda era um desejo no meio campinense, que só veio a ser concretizado com a construção do Edifício Rique. Seu projeto foi amplamente divulgado nos jornais locais, que associavam a verticalização ao progresso da cidade. No final de 1957, já eram mostradas perspectivas do edifício

que seria construído.¹¹ O responsável pela incorporação imobiliária do edifício foi o industrial João Rique Ferreira¹², demonstrando a importância da iniciativa privada para o meio campinense.

A matéria divulgada em outubro de 1959 contemplava duas páginas inteiras do “*Diário da Borborema*”. Com uma grande imagem da perspectiva do edifício, a idéia principal da propaganda era a de que estava surgindo “o empreendimento que a cidade exigia”. Nos 14 pavimentos, o banco construía progresso, um empreendimento que expressava o progresso da cidade. Além do significado que era impresso ao projeto do edifício do BICG, o cliente também seria parte ativa nessa empreitada. Propondo um uso flexível (residência, loja ou escritório), adquirir um apartamento neste importante edifício significava contribuir para a “construção do futuro”:

Para V. se decidir prontamente pela compra de apartamentos ou lojas no gigantesco lançamento imobiliário do BANCO INDUSTRIAL, basta observar que o edifício será um majestoso bloco arquitetônico de 14 PAVIMENTOS, projetado pelo arquiteto a quem tem sido confiadas as construções mais belas e mais importantes do Recife e de outras grandes capitais. Detalhes de conforto e modernismo, do requintado acabamento nos elevadores automáticos, farão com que V. ao participar desta construção esteja também construindo para o futuro. (COMPRE..., 1959, p.5)

COMPRE AGORA O SEU APARTAMENTO

Sómente até o dia 15 de Outubro próximo, serão mantidos os preços iniciais

SURGE O EMPREENDIMENTO A CIDADE EXIGIA!

Banco Industrial de Campina Grande

Relação de pessoas que já adquiriram apartamentos:

Albino Alves	12 apartamentos
Dr. Maria Lúcia	12 apartamentos
João Rique	12 apartamentos
Roberto Rique	12 apartamentos
J. B. Medeiros	12 apartamentos
Artur Otonari	12 apartamentos
M. Torres	12 apartamentos
Sociedade Rique	12 apartamentos
Cláudio Amado	12 apartamentos
Luiz Severo Amado	12 apartamentos
Bento A. Silva	12 apartamentos
S. Tadeu Filho	12 apartamentos
João Rique	12 apartamentos
Dr. Riquinho Lúcio de Rique	12 apartamentos
Antônio (Silva)	12 apartamentos
João Araújo de Araújo	12 apartamentos
Walter de Rique	12 apartamentos
Miguel Riquinho Lúcio	12 apartamentos
Cláudio José da Silva	12 apartamentos
Cláudio Severo	12 apartamentos
Antônio Lúcio	12 apartamentos
Flávia Rique	12 apartamentos
Luiz F. Silva	12 apartamentos
Miguel Lúcio	12 apartamentos
Antônio Riquinho	12 apartamentos
Luiz Rique Lúcio Rique	12 apartamentos
J. Rique	12 apartamentos
Dr. Sebastião Rique	12 apartamentos
Luiz Riquinho Rique	12 apartamentos
Antônio Rique	12 apartamentos
Dr. Antônio Riquinho	12 apartamentos
Luiz Rique	12 apartamentos

Banco Industrial de Campina Grande S.A.

FIGURA 172: Propaganda do edifício do Banco Industrial de Campina Grande, projeto do arquiteto-licenciado Hugo Marques. Fonte: Diário da Borborema, 02/out/59, p.04-5.

¹¹ Não encontramos o projeto arquitetônico no APMCG ou com a administração do prédio, no entanto algumas reportagens de 1959 trazem detalhes do programa arquitetônico e das plantas dos apartamentos.

¹² De acordo com Lopes (1959, p.02), em sua reportagem “Homo Campinenses”, para o Diário da Borborema, João Rique era o único remanescente de uma tríade de homens de negócios, que se associaram em Campina Grande, nos anos 1920, para a exploração do comércio de algodão, naquela época liderado em todo o Nordeste pela cidade. A tríade era composta por ele, João Araújo e João Vasconcelos.

É provável que a propaganda associada à construção do edifício tenha contribuído para um maior reconhecimento de Hugo Marques em Campina Grande. Depois da construção do Edifício Rique, o arquiteto ficou encarregado de projetar os demais edifícios de pavimentos construídos nos anos 1960 na cidade.

Com relação aos clientes, eles eram de certa forma, “encorajados” a comprar o novo empreendimento também por causa de uma lista de pessoas (divulgada na reportagem) que já havia adquirido apartamentos no edifício.

FIGURAS 173-174: Edifício Rique, vista externa. Fonte: Adriana Almeida.

Os pavimentos do edifício foram divididos da seguinte maneira: térreo – composto, de um lado, pelo BICG, e nas outras faces, por lojas e pelo hall de acesso aos apartamentos; sobreloja; andar vazado (que também aparece em outros projetos de Hugo Marques); pavimentos-tipo (do 1º ao 10º andar), com 11 apartamentos cada; o 11º andar, ocupado por um restaurante; além de porão e casa de máquinas. Logo que o edifício foi inaugurado, o Rique Palace Hotel ocupava 4 dos seus pavimentos (do 8º ao 11º). Posteriormente, o hotel foi desativado e as salas foram alugadas. Atualmente, o 11º pavimento pertence aos proprietários do Majestic Hotel (também situado no centro da cidade), e funciona esporadicamente, para a realização de eventos.

Segundo o atual síndico do prédio, Edson Aguiar, cerca de 90% do edifício é ocupado por uso residencial, sendo o restante consultórios ou escritórios. Alguns proprietários, com mais de um apartamento, fizeram modificações na planta, ampliando ou reduzindo apartamentos vizinhos.¹³

FIGURAS 175-176: Edifício Rique, vista interna da circulação. Fonte: Adriana Almeida.

A circulação vertical é realizada por meio de três elevadores e uma escada. Em cada pavimento, um corredor divide a lâmina, composta por 6 apartamentos de um lado, e os outros 5 no lado oposto, juntamente com as caixas de escada e elevadores.¹⁴ No *Diário da Borborema*, de 30 de Agosto de 1959, foram divulgadas as plantas baixas dos 3 tipos de apartamentos, e das lojas.

FIGURA 177: Edifício Rique, plantas baixas dos apartamentos.
Fonte: Diário da Borborema, 30/08/59, p.07.

¹³ É o caso do apartamento da ex-colunista social de Campina Grande, Sevy Nunes. Proprietária de dois apartamentos vizinhos, ela diminuiu a área de um para que pudesse ampliar a cozinha do apartamento em que mora, já que no projeto original era previsto apenas uma pequena copa.

¹⁴ O apartamento 201, de propriedade do atual síndico, possui uma área de 28,43m²

FIGURA 178: Plantas baixas loja e sobre-loja.
 Fonte: Diário da Borborema, 30/08/59, p.06.

A respeito do andar vazado, artifício recorrente nos projetos de Hugo Marques, foi utilizado, geralmente, para separar a base (térreo e sobreloja) da torre do edifício (composta pelos pavimentos-tipo). A base ocupa todo o lote, eliminando os recuos em todos os lados do terreno. No

caso do Edifício Rique, chama atenção a utilização de pilares em “V” no andar vazado, para sustentação da torre.¹⁵ A torre, por sua vez, sofre uma pequena rotação em relação ao eixo longitudinal.

FIGURA 179: Vista do Edifício Rique (anos 1980) e sua inserção na cidade.
Fonte: Arquivo de Antonio F. Bióca.

FIGURAS 180-181: Edifício Rique, aspecto do pilar em “V” após modificações (esq.) e leve rotação da torre em relação à base do edifício (dir.). Fonte: Adriana Almeida.

¹⁵ Infelizmente, esse andar vem sendo cada vez mais ocupado, escondendo os pilares em “V”.

Apesar de ter utilizado as estruturas independentes nos edifícios que projetou em Campina Grande, Hugo Marques não fez uso de pilotis nos térreos de seus edifícios. Talvez as exigências dos programas desses edifícios, em área central da cidade, e abrigando lojas no térreo, tenham influenciado no partido adotado.¹⁶

No interior do BICG, que ficava localizado no térreo do edifício (na face voltada para a Rua Marquês do Herval) – hoje ocupado por uma loja de eletrodomésticos –, foi identificado um painel, executado com tinta cerâmica sobre azulejo comercial, de autoria do arquiteto Tertuliano Dionísio. Trata-se de uma das poucas iniciativas de integração das artes na arquitetura campinense do período.¹⁷

FIGURA 182: Painel do antigo BICG hoje. Fonte: Sergio Di Basto.

FIGURAS 183-184: Detalhes do painel do BICG.
Fonte: Sergio Di Basto.

¹⁶ Seria interessante analisar se os projetos de Hugo Marques seguiram a mesma orientação nos projetos realizados para outras cidades.

¹⁷ Tratamos da existência de painéis nas obras de Campina Grande, construídas durante os anos 1950 e 1960, no artigo intitulado **“Da construção de uma arte nacional aos murais de Campina Grande”**, apresentado no 8º Docomomo Nacional 2009, realizado no Rio de Janeiro. Ver ALMEIDA (2009).

Em relação ao contexto de modernização, a propaganda associada ao edifício estava bastante marcada pela política desenvolvimentista e pela idéia de progresso e crescimento, ligada à coletividade, o que se comprova pelas imagens e trocadilhos utilizados nas matérias dos jornais. Em janeiro de 1960, uma propaganda mostrava que o banco abria as portas naquele início de ano para uma cidade repleta de indústrias. Em 30 de abril de 1960, no dia da inauguração do banco – poucos dias após a inauguração de Brasília –, um anúncio apresentava as cifras do crescimento do banco: passou de um movimento de 7 milhões de cruzeiros, em 1953, para 700 milhões de cruzeiros, em 1960. Ou, como dizia na propaganda: “De 7 para 700 em 7 anos!”, o que remete diretamente ao slogan dos “50 anos em 5” de JK.

FIGURA 185: Propaganda do Banco Industrial.
Fonte: Diário da Borborema, 05/01/1960.

desde ontem
está
nas mãos
do povo
um
monumento
de
14
andares:

O progresso
concreto
em forma
de concreto

NOVO EDIFÍCIO-SEDE DO

Banco Industrial de Campina Grande

HOJE, ÀS 17 HORAS, SOLENIDADES INAUGURAIS COM A
PRESENÇA DE ALTAS AUTORIDADES E
FIGURAS REPRESENTATIVAS DOS MEIOS BANCÁRIOS,
COMERCIAIS E INDUSTRIAIS DO NORDESTE.

De cima!
No meio bancário nacional, nosso Estado agora pode talar mais de cima, com os 14 pavimentos da majestosa realização de que só seria capaz um Banco que não leva nossas riquezas para fora da região: cria mais riquezas aqui dentro do Estado.

De todos!
O empreendimento, contudo, não pertence a um grupo, a uma organização, a uma cidade somente: é parte do acervo de progresso da coletividade paraibana, é fruto do espírito esclarecido de cada cidadão que se fez cliente do Banco em qualquer dos endereços de 4 cidades.

De fato!
As cifras de crescimento do Banco são impressionantes desde a posse da atual Diretoria:
1953 - Um movimento geral de 7 milhões de cruzeiros
1960 - Um movimento geral de 700 milhões de cruzeiros
DE 7 PARA 700 EM 7 ANOS!

FIGURA 186: Propaganda do Banco Industrial. Fonte: Diário da Borborema, 30/04/1960.

• EDIFÍCIO PALOMO (1962)

Como assinalado, após a inauguração do Edifício Rique, Hugo Marques passou a ser solicitado para a construção de novos edifícios de pavimentos em Campina Grande. Em 1961, foi aprovado o projeto do Real Hotel, de propriedade do industrial Nivaldo Vieira Rique. Sua inauguração, em 1965, foi divulgada no jornal "A União", de 06 de janeiro de 1965, que descrevia o edifício como um dos mais modernos estabelecimentos do gênero hoteleiro. Em 1962, Hugo

Marques apresentou mais três projetos de edifícios: o Edifício Paraná (com apenas 3 pavimentos e uso residencial), o Edifício para a Ind. e Com. Motta S/A. (que teria 14 pavimentos, mas que não foi concluído)¹⁸ e o Edifício Palomo.

FIGURAS 187-188: Edifício Paraná, planta baixa do pavimento-tipo e fachada principal.
Fonte: APMCG.

FIGURAS 189-190: Edifício Real Hotel (Ouro Branco), pavimento-tipo (esq.) (Fonte: APMCG) e vista externa, década de 1980 (Fonte: Arquivo de Antonio F. Bióca).

¹⁸ Tratamos do Edifício para a Ind. e Com. Motta S/A. no artigo “**Difusão da arquitetura moderna em Campina Grande-PB: necessidade e desafios para preservação de um patrimônio ameaçado**”, apresentado no 3º Docomomo Norte-Nordeste 2010, realizado em João Pessoa-PB.

FIGURAS 191-192: Edifício para a Indústria e Comércio Motta S/A., planta baixa pavimento-tipo (Fonte: APMCG) e aspecto atual (Fonte: Adriana Almeida).

FIGURA 193: Edifício Palomo, planta baixa térreo. Fonte: APMCG.

FIGURA 194: Edifício Palomo, planta baixa pavimento-tipo (base). Fonte: APMCG.

FIGURAS 195-197: Edifício Palomo, vistas externas, hoje. Fonte: Adriana Almeida.

A construção do Edifício Palomo foi uma iniciativa do engenheiro Roberto Palomo, através de um sistema de condomínio, juntamente com a Construtora Edson de Souza do Ó Ltda. Segundo depoimento de um antigo morador do prédio, o Sr. Francisco Araújo Costa¹⁹, o edifício teria o nome de Margarida Palomo, esposa do engenheiro. No entanto, devido à morte deste, para homenageá-lo, foi decidido que o edifício passaria a se chamar Edifício Engenheiro Roberto Palomo.

Composto por galerias no andar térreo, que fazem a ligação entre duas ruas centrais e movimentadas da cidade, chama atenção as dimensões do terreno em que foi implantado, com largura de 12,80 metros por 74 metros de profundidade. Assim como o Edifício Rique, a base foi construída sem recuos, seguindo a mesma implantação dos edifícios vizinhos, de linguagem *déco*. O pavimento-tipo, seguindo a mesma lógica, necessitou de uma grande circulação para dar acesso às 12 salas existentes em cada pavimento. Totalizando 11 pavimentos, o uso previsto era eminentemente comercial e de serviços, com salas de aproximadamente 34m², com exceção das salas localizadas nas extremidades dos pavimentos, que possuíam uma área maior que as demais. Cada sala continha ainda uma pequena saleta, copa e banheiro. Atualmente, o edifício tem uso residencial predominante, com vários apartamentos alugados a estudantes provenientes de outras cidades.

FIGURAS 198-199: Edifício Palomo, galeria de lojas no térreo (esq.) e circulação dos apartamentos (dir.).
Fonte: Adriana Almeida.

¹⁹ O contrato de compra e venda do Sr. Costa mostra o valor de Cr\$ 1.114.000,00 referente ao apartamento 612.

- **EDIFÍCIO LUCAS**

Em 1963, Hugo Marques elaborou o projeto para construção do Edifício Lucas, empreendimento da J. Lucas Imobiliária Ltda., de propriedade do comerciante José Lucas da Silva. A construção ficou a cargo da Sociedade Técnica de Engenharia Ltda., do engenheiro Lynaldo Cavalcanti. Localizado na esquina da Rua Marquês do Herval com a Rua Cardoso Vieira (vias centrais da cidade), é composto por dois níveis de térreo (1T e 2T), que aproveitam a declividade entre as duas ruas. O trecho da Rua Cardoso Vieira, em frente ao térreo 1T, transformou-se em uma espécie de calçada larga, denominada de “Calçadão”. Acima do térreo estão a sobreloja, o andar vazado e mais 12 pavimentos-tipo. A cobertura (13º andar) também é composta por apartamentos, e sua circulação externa (descoberta) está protegida apenas por um peitoril (gradil) aberto.

FIGURAS 200-202: Edifício Lucas, planta baixa térreo – Rua Cardoso Vieira (esq.) e Rua Marquês do Herval (centro); sobreloja (dir.). Fonte: APMCG.

FIGURAS 203-204: Edifício Lucas, planta baixa pav. tipo (esq.) (Fonte: APMCG) e edifício em construção (dir.) (Fonte: Revista Tambaú, 1966).

FIGURAS 205-208: Edifício Lucas, corte AB (Fonte: APMCG) e vistas externas hoje (Fonte: Adriana Almeida).

Os pavimentos-tipo são constituídos por 15 apartamentos cada, distribuídos na planta em uma espécie de “V”. É provável que o Edifício Lucas tenha sido pensado para ter uso comercial e de serviços, com seus apartamentos compostos por sala e banheiro. Porém, a exemplo dos demais edifícios, seu uso vem sofrendo alterações, e vários apartamentos vêm sendo utilizados para fins residenciais. De toda forma, dos três edifícios aprofundados, este é o que ainda mantém mais marcada a característica inicial de edifício de escritórios e consultórios.

FIGURAS 209-210: Edifício Lucas, vistas a partir da cobertura.
Fonte: Adriana Almeida.

FIGURAS 211-213: Edifício Lucas, circulações internas.
Fonte: Adriana Almeida.

Bem como os demais, as dimensões dos apartamentos do Edifício Lucas variam, mas a maior parte deles tem uma área aproximada de 18m² (3,45m x 5,20m).²⁰ É provável que tenha sido inaugurado em 1967, já que o registro de convenção do condomínio data de 25 de agosto deste mesmo ano. Em 1966, uma foto do edifício em construção foi divulgada na Revista Tambaú, que trazia a reportagem “Campina Grande é Grande, de Verdade...”, com trecho que merece destaque:

Hoje, para mostrar que se desenvolve em todos os sentidos, acompanhando as exigências do progresso, cresce verticalmente, estando os seus gigantescos edifícios de concreto armado desafiando as leis da gravidade. Campina Grande, para vingar-se de ser uma cidade do interior, desafia muitas capitais de pequenos Estados, possuindo hotéis de luxo comparados com qualquer hotel de primeira classe nos grandes centros; estação de televisão; três emissoras de rádio; aeroporto com capacidade para aterrissagem de qualquer tipo de avião; um dos maiores centros comerciais do Nordeste; um parque industrial em franco desenvolvimento, que acompanha de perto o progresso da cidade; é sede de duas importantes empresas bancárias: Banco Industrial de Campina Grande S/A e Banco do Comércio de Campina Grande S/A; se lhe falta um bom cinema, possui um dos mais modernos teatros do Norte do Brasil; duas universidades em pleno funcionamento, sendo que uma delas pertence ao próprio Município; e o que é mais importante, o entusiasmo dos seus filhos e habitantes, corroborando para o seu desenvolvimento cada vez maior. (CAMPINA..., 1966, p.39-40)

Nesse trecho da revista, podem-se observar referências não apenas ao processo de verticalização, mas a outras questões que também estavam vinculadas aos edifícios altos e à produção de Hugo Marques: o concreto armado, os hotéis – o Real Hotel (Ouro Branco) e o Rique Palace Hotel (que se localizava no Edifício Rique) –, as emissoras de rádio (os Diários Associados localizam-se no Edifício Rique, e os Correios, no Edifício Palomo), e o Banco Industrial, sendo este último um empreendimento pioneiro no impulso à verticalização.

Terminada a construção do Edifício Lucas, a visão progressista vinculada à verticalização parece ter sido ofuscada na cidade. Campina Grande passou um bom tempo sem que se construíssem edifícios altos significativos, tornando-se de certa forma menosprezada pelos “rivais” da capital, que a descreviam como uma cidade que possuía “apenas três edifícios altos”.

A PRODUÇÃO DE GERALDINO PEREIRA DUDA

Geraldino Pereira Duda nasceu em Campina Grande no dia 06 de março de 1935. Começou a trabalhar muito cedo: entre os nove e os doze anos era caderneteiro e apontador da Fábrica de

²⁰ Talvez pelo fato deste edifício apresentar apartamentos com área reduzida em relação aos demais, seu uso não tenha sido tão alterado. Outras hipóteses poderiam ser sugeridas, como a existência de alguns estabelecimentos atrativos para determinados usos de serviços – por exemplo, dada a existência de um cartório no térreo do edifício, um número relevante de escritórios de advocacia ocupa os apartamentos do prédio, além de uma série de outros escritórios e consultórios, como é o caso dos escritórios de contabilidade, que se beneficiam da posição central do edifício na cidade. Ademais, como em nenhum dos três edifícios (Rique, Lucas e Palomo) foi previsto espaço para garagens, fica evidente que a intenção de seus programas não era o uso residencial, pelo menos não para uma classe média ou alta, para a qual o uso do automóvel passava a ser cada vez mais difundido.

Tecidos de Rio Tinto, cidade no litoral da Paraíba. Conta que já nesse período gostava muito de ler, passando parte do seu tempo livre folheando os jornais e as revistas no almoxarifado da fábrica, entre as quais estavam a revista “Seleções” e a “Revista Alterosa”. A última, segundo ele, em número publicado na segunda metade da década de 1940, mostrava Pampulha como “o maior conjunto arquitetônico moderno do mundo”. Foi, então, que surgiu o interesse pela arquitetura, especialmente através dos trabalhos de Niemeyer, conforme declara mais tarde: “na década de 60 tive a oportunidade de conhecer Oscar Niemeyer, e fiquei encantado com a sua simplicidade. Depois desse encontro me tornei ainda mais fã de sua pessoa e do seu brilhante trabalho” (TEATRO..., 2008).

De volta à Campina Grande, em 1950 começou a trabalhar como desenhista no escritório do arquiteto-licenciado Josué Barbosa Pessoa. Seus primeiros desenhos foram túmulos e pequenas reformas para fachadas. Trabalhando também por conta própria, em 1960 tornou-se *Assistente Técnico de Arquitetura e Urbanismo* do recém-criado Departamento de Planejamento e Urbanismo (DPU) da Prefeitura de Campina Grande, a convite do diretor desse departamento, o engenheiro Austro de França Costa. Responsável pelos projetos arquitetônicos da prefeitura ficou encarregado, em 1962, de elaborar o projeto do Teatro Municipal da cidade, que recebeu o nome do então prefeito Severino Cabral. Obra de destaque na época, foi parcialmente inaugurada em 1963. Em meados da década de 1970, Geraldino afastou-se momentaneamente da prefeitura para concluir o curso de Engenharia Civil, colando grau, no início da década de 1980, no edifício do teatro.

FIGURAS 214-215: Perspectiva e vista geral do Teatro Municipal Severino Cabral.

Fonte: www.teatromunicipalseverinocabral.com.br.

FIGURAS 216-218: Etapas da construção do Teatro Municipal Severino Cabral. O cálculo estrutural foi elaborado pelo engenheiro Lynaldo Cavalcanti e a construtora responsável foi a G. Gioia & Cia.

Fonte: www.teatromunicipalseverinocabral.com.br.

Tendo elaborado alguns projetos já nos anos 1950, impressiona o número de projetos de residências durante os anos 1960, boa parte contemporânea à construção do teatro. É possível que, tanto os contatos dentro da prefeitura, como a visibilidade que a construção do teatro lhe proporcionou, tenham contribuído para o seu reconhecimento no meio campinense.

Para uma análise mais detalhada, porém bastante específica dentro do contexto de sua obra, foram selecionados três projetos residenciais elaborados em 1962, ano em que o edifício do teatro estava sendo concebido. Mas antes de tratar dessas três residências, torna-se importante levantar algumas considerações sobre o método projetual de Geraldino Duda.

Em entrevista²¹, Geraldino Duda declarou que, nos anos 1960, ele se limitava à elaboração dos projetos arquitetônicos, ficando a construção sob responsabilidade do engenheiro.²² Era através do contato com os proprietários e suas famílias que os programas das residências eram determinados. O engenheiro era indicado por Geraldino ou pelos proprietários, mas, em geral, todos eram conhecidos, caso comum em círculos (cidades) menores. Depois de realizado o levantamento topográfico do terreno, ele elaborava o projeto. Geraldino afirmou ainda que procurava sempre aproveitar as declividades dos terrenos, evitando a necessidade de aterros. Além disso, como Campina Grande não é uma cidade plana, os desníveis eram recorrentes.

Os projetos residenciais que apresentou aos órgãos competentes para aprovação eram dispostos, quase sempre, em uma prancha única: as plantas baixas, um ou dois cortes, uma ou duas elevações, perspectiva e a planta de cobertura, esta última bastante esquematizada. Também aparecia uma elevação do gradil e croquis de localização. Como Geraldino não podia assinar os projetos, deixava sua rubrica no canto inferior direito da prancha, logo abaixo do carimbo.

FIGURA 219: Prancha única da Residência Antônio Diniz Magalhães (1962). Em destaque, o local da rubrica e data do desenho de Geraldino Duda. Fonte: APMCG.

²¹ Entrevista concedida à autora em 09/Julho/2008.

²² Apenas nos anos 1980, quando se diploma em engenharia, passa a participar de todo o processo, desde a elaboração do projeto até a construção.

Geraldino Duda tirava partido das declividades utilizando níveis intermediários em planta. Ele afirma que, em alguns casos, a solução permitia ter o abrigo do automóvel em nível diferente do restante da casa. Apesar de preocupar-se em facilitar a estrutura e promover uma construção mais econômica, dava importância aos materiais empregados, pois estes deveriam representar a beleza de cada casa. Dada a dificuldade de encontrar os materiais novos que estavam sendo aplicados nas construções de centros maiores, recomendava aos construtores e representantes que visitassem as feiras de utilidades domésticas (UD) em São Paulo, para que trouxessem para revenda as novidades de então. Quando não era possível, utilizava o que havia disponível na cidade.

Fortemente influenciado pela arquitetura que era divulgada nas publicações especializadas e em outros meios de comunicação, pode-se reconhecer alguns traços marcantes de sua produção, e que passaram a ser experimentados de formas diversas em seus projetos: o gosto pelas plantas escalonadas, o uso de diferentes cores e materiais de revestimentos, e a utilização de escadas e rampas são algumas das características verificadas em seus projetos residenciais.

- **RESIDÊNCIA DINIZ MAGALHÃES**

Projetada por Geraldino Duda em 1962, a residência de Antônio Diniz Magalhães tem uma área de 271m² e ocupa um terreno de 390m². O engenheiro responsável pela construção foi Nilton de Almeida Castro.

FIGURA 220: Vista geral da residência.
Fonte: Adriana Almeida.

Implantada solta no lote, apresenta planta escalonada, dividida em três níveis: no primeiro estão a garagem, os serviços e uma suíte para hóspedes; no nível intermediário, a sala de estar, a cozinha e um depósito; e no nível mais alto, o escritório, a sala de jantar e os quartos. Essa

diferenciação de níveis reforça a preocupação com o zoneamento dos setores, marcando as distinções entre áreas sociais, íntimas e de serviços.

A localização do quarto de hóspedes nas casas projetadas por Geraldino Duda é peculiar, possuindo em geral dois acessos: um pela garagem e outro pela parte interna da casa. Ele afirma que sempre procurou mostrar a conveniência dessa solução para os proprietários, justificando que se o hóspede não fosse uma pessoa muito próxima à família, poderia ter um acesso externo, evitando, portanto, contato com o interior da casa. Isolado, torna-se um ambiente interno e externo ao mesmo tempo – suíte em alguns casos, em outros, o banheiro fica independente, funcionando como banheiro social. Em algumas residências, com o passar do tempo, esse quarto adquiriu função de escritório, depósito ou mesmo de quarto de um dos filhos da família.

FIGURA 221: Plantas baixas da Residência Antônio Diniz Magalhães. Destaque para a distinção entre os setores social, íntimo e de serviço. Fonte: Thais Carvalho & Thaíse Gambarra, a partir de projeto original do APMCG. Modificado pela autora.²³

²³ Durante a realização do Trabalho Final de Graduação da autora, foram realizadas parcerias com outros alunos que realizavam estágios curriculares com foco em representação gráfica. A autora disponibilizou o material pesquisado no arquivo da prefeitura, foram feitas visitas às residências e os alunos dos estágios digitalizaram alguns desses projetos. As referências estão especificadas nas fontes das imagens.

Observando a forma como os cômodos foram dispostos em planta, percebe-se que os ambientes são formados por linhas ortogonais, com reentrâncias ou saliências nos quartos para a colocação de armários embutidos. Nos desenhos originais estavam previstos apenas os mobiliários básicos de cozinha e banheiros. Um fato recorrente na produção de Geraldino Duda é o uso de escadas e rampas, compondo a volumetria e separando os fluxos, isto é, interligando os setores ou como forma de demarcar a diferença entre essas áreas. Daí, as escadas aparecerem tanto fora como dentro das casas.

Essas mesmas escadas, localizadas nas alturas de cotas diferentes, devido aos desníveis dos terrenos, criam eixos determinantes na disposição dos cômodos. Na figura seguinte foram traçados eixos longitudinais definidos pelos patamares das escadas, e eixos transversais que coincidem com grandes panos de alvenaria. Aparentemente, foi a partir dos quadrantes formados por esses eixos que os ambientes foram definidos. No esquema, as escadas aparecem em destaque.

FIGURA 222: Esquema dos eixos e as relações com as escadas.

Em corte (figura 223), pode-se apreender melhor os diferentes níveis destacados. Como relatou Geraldino Duda, através desse escalonamento criava-se um espaço para o abrigo do

automóvel, evitando a necessidade de uma cobertura apenas para este fim. Além disso, segundo afirmou, poderia criar soluções arquitetônicas diferentes das convencionais (casas térreas ou de dois pavimentos).

FIGURA 223: Corte mostrando os diferentes níveis representados em planta.

Fonte: Carvalho & Gambarra, a partir de projeto original do Arquivo da PMCG. Modificado pela autora.

Outra característica que marca os projetos residenciais de Geraldino Duda é a utilização de diferentes cores (aparecem várias tonalidades de azul, cinza, rosa, verde etc.) em um mesmo projeto. Ele conta que, na época, houve censura por parte de arquitetos de Recife, que recomendavam o uso de poucas cores, mas em sua opinião, a variedade dava destaque aos planos. Fazia uso, ainda, de diferentes materiais de revestimento (pastilhas cerâmicas, pedra, madeira etc.), ampliando a distinção dos planos. Ademais, diferenciando as espessuras desses revestimentos, os planos ganhavam destaque, promovendo uma maior movimentação das superfícies – recurso que foi amplamente utilizado na arquitetura moderna brasileira e identificado por Giedion (1956), no prefácio do livro de Mindlin (1956).

FIGURA 224: Vista da fachada principal da residência.

Fonte: Carvalho & Gambarra.

Na fachada principal, Geraldino inseriu uma viga com furos, tentando quebrar a monotonia e melhorar o arejamento na sala de estar. As próximas imagens ilustram o caráter aberto que tentou imprimir aos seus projetos residenciais²⁴. Observa-se ainda a utilização de pilotis, em especial na garagem, e o uso de escadas e rampas, interligando o exterior e o interior da edificação.²⁵

Os jardins, esquematizados nos desenhos de Geraldino, buscavam uma integração entre o público (a rua) e o privado (a casa). Todavia, em muitos casos, não foram executados. Em algumas ocasiões os proprietários seguiram o projeto, contratando jardineiros locais para a execução dos jardins.

FIGURAS 225-227: O caráter aberto, os jardins e o espaço da garagem. Fonte: Carvalho & Gambarra.

²⁴ O caráter aberto é apontado por Goodwin (1943) como uma das características da arquitetura moderna brasileira.

²⁵ A criação de um vínculo exterior/interior teve, no Brasil, tanto a influência wrightiana, que projeta olhando em direção ao exterior (TINEM, 2006, p.84), como de Le Corbusier, através dos pilotis que, liberando o solo, promovem a continuidade da rua.

A continuidade espacial aparece, ainda que timidamente, no interior de algumas residências, como é o caso da Diniz Magalhães. Entre a sala de estar, o escritório e a sala de jantar não existem paredes intermediárias, apenas uma estante que separa o escritório do estar.

FIGURAS 228-230: A continuidade espacial no interior da residência.
Fonte: Carvalho & Gambarra.

Percebem-se ainda: o uso de janelas contínuas, alguns planos de alvenaria cegos, em contraste com o espaço aberto da garagem, e a cobertura em laje inclinada. Esta última, pela espessura, é provavelmente uma nova versão da platibanda, recurso muito utilizado nas casas desse período. Em quase todas as residências campinenses da década de 1960 ficam visíveis as lajes planas ou inclinadas “falsas”, recobertas por telhados escondidos.²⁶

FIGURA 231: Vista lateral, com destaque para as janelas contínuas. Fonte: Carvalho & Gambarra.

²⁶ Em alguns casos, Geraldino usou telhas de fibra diretamente sobre a laje, sem as esconder.

- **RESIDÊNCIA DANTAS DE AGUIAR**

Em 1962, Geraldino Duda elaborou o projeto de uma residência para as menores Emília Maria, Ruth, Elisa e Eleonora Dantas de Aguiar, com área construída de 301,13m², em um terreno de 580,80m². O responsável pela construção foi o engenheiro José Cavalcanti de Figueiredo.

FIGURA 232: Vista geral da residência.
Fonte: Adriana Almeida.

Solta no lote, apenas um pergolado²⁷ encosta-se a um dos muros laterais. Talvez seja, entre as residências projetadas por Duda no período, a que apresenta maior liberdade no uso do concreto, presente tanto na estrutura quanto na composição plástica, a exemplo da marquise da fachada principal.

Apesar de ter sido implantada em um terreno plano, foi criado, propositadamente, um aterro que permitiu, mais uma vez, uma solução de planta escalonada em três níveis. No térreo foram dispostos: garagem, jardim, quarto de hóspedes (cujo acesso ao banheiro é independente), depósito e área de serviços (na parte posterior da residência). No nível intermediário foram organizados um alpendre²⁸ (terraço), as salas de estar e jantar, e a cozinha. No nível superior ficaram os quartos, banheiro social e suíte com varanda. Nesse exemplar, o zoneamento é mais evidente, ficando a parte íntima em nível diferente do restante da casa, ligada através de uma escada interna.

²⁷ No projeto não foi determinado um uso para esse pergolado, mas atualmente é utilizado como garagem.

²⁸ Denominação utilizada no projeto.

FIGURA 233: Plantas baixas da Residência Dantas Aguiar. Destaque para a distinção entre os setores social, íntimo e de serviços. Fonte: Mariana Porto, a partir de projeto original do Arquivo da PMCG. Modificado pela autora.

Buscando entender a geometria da planta, cujos ambientes também foram formados por planos ortogonais, percebe-se que novamente as escadas foram determinantes no partido adotado, permitindo a ligação e definindo os fluxos entre os setores. Traçando eixos imaginários onde acontecem as diferenças dos níveis, e localizando as escadas nas plantas, observa-se a divisão em três partes: os fluxos principais acontecem no centro, quartos ficam de um lado, salas no lado oposto, enquanto os serviços foram localizados na parte posterior, incluindo a cozinha – tudo delimitado pelas escadas.

Um jardim foi disposto em posição central. Ele deveria promover a integração exterior/interior, aproveitando um espaço excedente gerado a partir do aterro criado (recebe destaque com o revestimento em pedra). De acordo com Geraldino Duda, esse aterro proporcionaria movimento, abrindo novas possibilidades volumétricas. Além disso, utilizando escadas e rampas, acreditava que poderia valorizar a composição e, por essa razão, procurava criar uma escada diferente para cada casa. Relata ainda que estudava as alturas ideais para piso e espelho das escadas, levando em consideração as condições confortáveis para as crianças, adultos e idosos. Quanto às rampas, acredita que facilitavam o acesso para pessoas com dificuldades de locomoção. Em alguns

exemplares, utilizava escada e rampa no acesso principal, como é o caso da residência Dantas Aguiar e da residência Heleno Sabino de Farias.

FIGURA 234: Esquema dos eixos e as relações com as escadas.

FIGURA 235: Terraço, com destaque para a laje nervurada que cobria o jardim. Fonte: Adriana Almeida.

FIGURA 236: Espaço onde ficava o jardim. Destaque para a escada com degraus soltos. Fonte: Adriana Almeida.

Destaca-se nesta casa o volume que abriga o setor íntimo, em grande parte suspenso, apoiado em pilares com treliças em aço maciço. Segundo Geraldino Duda, como os apoios receberiam uma carga pesada, e para evitar a flambagem (encurvadura), foram colocados três pilares – amarrados por um sistema de treliças, dando maior rigidez ao conjunto que forma o pilar. Relata ainda que as peças foram compradas no comércio local e eram transmissões de indústrias, usadas em maquinários.

FIGURAS 237-238: Espaço embaixo do balanço e os pilares com treliças em aço maciço. Fonte: Adriana Almeida.

Outros artifícios foram utilizados: o uso de diferentes materiais de revestimento, movimentando as superfícies externas; panos de vidro, como nas portas corredeças que dão acesso à sala de estar; e uma vontade de gerar certa fluidez ou continuidade espacial entre o exterior e o interior da edificação. A cobertura, inclinada, aparece engastada no volume suspenso. Existe também uma marquise na fachada principal da casa, voltada para o lado oeste – além de proteger contra a insolação, participa como elemento de composição. De acordo com Geraldino Duda, a fôrma da marquise foi produzida *in loco*, especificamente para esta obra.

FIGURA 239: Perspectiva do projeto original.
Fonte: APMCG.

FIGURA 240: Detalhe da marquise.
Fonte: Adriana Almeida.

- **RESIDÊNCIA HELENO SABINO DE FARIAS**

Por sua volumetria diferenciada das demais casas construídas na cidade durante os anos 1960, a residência Heleno Sabino de Farias (1962) chama atenção. Com uma área de 331,70m², ocupa um terreno de aproximadamente 570m², com face principal curva. Desenhada por Geraldino Duda, foi construída pelo engenheiro Capitão Haroldo Moutinho.

FIGURA 241: Vista geral da residência. Fonte: Acervo de Geraldino Duda.

De acordo com Geraldino Duda, o terreno foi determinante na solução arquitetônica adotada. Como toda a grande face curva deveria ter um recuo de 5m, e com o programa de necessidades exigido, foi necessário aproveitar ao máximo o terreno. Por isso, fez-se com que as paredes externas acompanhassem o limite do recuo exigido pela legislação local.

Como o terreno apresentava grande declividade, o desenhista pôde aproveitar o desnível para repetir a solução de planta escalonada utilizada nos exemplares anteriores, dividindo o programa em dois níveis: o térreo, que começa da maior cota do terreno, no lado oeste, e vai até o outro ponto extremo do terreno; e o porão, que começa do ponto de menor cota. No primeiro, estão os quartos, as salas, uma varanda e a cozinha. No porão ficam a área de serviço, uma dependência de empregada²⁹, o quarto de hóspedes e a garagem. Quanto ao zoneamento, segue o mesmo padrão dos projetos anteriores.

FIGURA 242: Esquema mostrando a direção da inclinação da rua e como os pavimentos foram dispostos.
Fonte: Adriana Almeida.

FIGURA 243: Plantas baixas da Residência Heleno Sabino de Farias. Destaque para a distinção entre os setores social, íntimo e de serviço. Fonte: Anna A. Manabe e Vladimir Gusmão, a partir de projeto original do Arquivo da PMCG.
Modificado pela autora.

²⁹ Este é um dos poucos projetos em que aparece a dependência de empregada na construção principal. Nos demais exemplares foram construídas edículas na parte posterior do terreno, que não aparecem no projeto para aprovação.

Distando 1,80m do muro lateral (a nordeste) e 23,50m do ponto extremo do terreno (a sudeste), está o ponto central da curvatura adotada. Segundo Geraldino Duda, foi fincado um piquete nesse local e, através de uma corda amarrada a ele, foram traçados os principais eixos que determinaram algumas paredes internas da residência. A parede curva externa acompanhou a curvatura definida pelo raio e pelo terreno. A bateria de quartos foi disposta paralela ao muro, a nordeste, e a última parede, a noroeste, paralela ao muro da mesma direção.

FIGURA 244: Esquema dos eixos e as relações com as paredes.

Nessa residência as escadas aparecem apenas internamente. Uma grande rampa que acompanha a curvatura do terreno, leva ao acesso principal da casa. O pilar em “T” que faz o apoio da rampa foi uma intervenção do engenheiro responsável pela construção. Além disso, quando o projeto foi aprovado, previa uma rampa reta, da rua à varanda, porém, como a declividade do terreno era muito acentuada, foi realizada uma nova proposta, que aparece nas imagens aqui apresentadas.

FIGURA 245: Vista geral da residência na época da construção. Destaque para a rampa, quando ainda não estava encoberta pela vegetação. Fonte: Acervo de Geraldino Duda.

FIGURAS 246-247: Detalhes da rampa.
Fonte: Adriana Almeida.

À semelhança das outras duas casas, o telhado ficou escondido por uma platibanda, e foram utilizados diferentes materiais de revestimento compondo as superfícies externas. O abrigo do automóvel ficou sob parte do pavimento térreo que é sustentada por pilotis.

FIGURAS 248-249: Detalhes da garagem sob o bloco apoiado nos pilotis.
Fonte: Adriana Almeida.

FIGURAS 250-252: Aspectos do interior da residência.³⁰
Fonte: Adriana Almeida.

³⁰ Um fato curioso nas residências de Campina Grande dos anos 1960, é o contraste existente entre o exterior e o mobiliário empregado nos cômodos.

Foram analisados apenas três dos vários projetos residenciais elaborados por Geraldino Duda, tendo em vista o recorte da pesquisa. As semelhanças entre esses exemplares apontam alguns aspectos recorrentes da sua produção dos anos 1960, apesar dos resultados de suas soluções volumétricas serem bastante distintos. Percebendo o modo como foram concebidos, pode-se dizer que os três partem de um mesmo princípio em planta. Os programas são basicamente os mesmos, mas os resultados variam, devido ao jogo de volumes realizado pelo projetista.

Sempre presentes, as escadas e rampas receberam destaque. Determinantes nos fluxos internos das residências, demarcam a distinção entre os setores e são, também, elementos de composição. Levando em consideração o contexto histórico, econômico, tecnológico e cultural próprios da cidade, identificam-se algumas restrições de soluções estruturais complexas. Por outro lado, partindo das possibilidades locais, trazem um novo olhar à arquitetura moderna que se configurou na cidade. Um exemplo são os pilares em aço maciço com treliças utilizados na residência Dantas de Aguiar, que parecem ter sido uma experimentação desenvolvida pelo próprio Geraldino Duda.

Trajetórias como a de Geraldino Duda e Hugo Marques só podem ser corretamente compreendidas se inseridas em seus contextos de origem. Não podem ser consideradas meros rebatimentos do processo de difusão da arquitetura moderna brasileira. Certamente, suas obras tiveram um papel fundamental no processo de modernização da arquitetura e da cidade de Campina Grande, como se intentou mostrar neste trabalho.

Deve-se ainda apontar outro aspecto importante dentro do processo de difusão da arquitetura moderna brasileira, do qual ainda não foi possível desvencilhar. É o que alguns estudos, como o de Lara (2008), denominam de “popularização” da arquitetura moderna brasileira. Talvez, a partir do marco que foi a construção de Brasília para a arquitetura brasileira, e da sua grande repercussão nos diversos meios de comunicação, o processo de difusão toma um alcance cujos limites ainda não foram definidos.

A INFLUÊNCIA DE BRASÍLIA E A POPULARIZAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA EM CAMPINA GRANDE

Vários estudos têm apontado Brasília como um marco da arquitetura moderna brasileira. Outros tantos apontam que, a partir de Brasília, ocorre certa “popularização”, ou “difusão”, mais intensa dos elementos dessa arquitetura. Percebe-se, através desta pesquisa, que o processo de difusão em Campina Grande deu-se antes mesmo de Brasília, com uma série de edificações construídas a partir de fins dos anos 1940, mas especialmente a partir de 1950, através dos projetos

de Augusto Reynaldo, Hugo Marques, Geraldino Duda, além de outros arquitetos (sobretudo pernambucanos), engenheiros e desenhistas.

As pesquisas em jornais locais indicaram também uma forte repercussão da construção da nova capital no cenário campinense. E, não por acaso, a partir de fins dos anos 1950, mais precisamente após 1957, quando se inicia a construção de Brasília e a sua divulgação pela mídia, é que se percebe uma “difusão” da arquitetura moderna que se dá também fora do âmbito erudito: os elementos presentes nas construções de Brasília aparecem em residências e pequenas construções projetadas por engenheiros, desenhistas, ou construídas sem, necessariamente, a existência de um projeto arquitetônico.

Além dos elementos presentes na arquitetura de Niemeyer, em especial os pilares em “V”, que foram adotados nas mais diversas edificações (residências, edifícios de apartamentos e abrigos de passageiros de coletivos urbanos), a influência dos símbolos presentes na arquitetura de Brasília aparece nas diversas propagandas veiculadas nos jornais locais, sendo estes símbolos utilizados até como logomarcas de determinadas empresas, confirmando o amplo emprego do novo repertório moderno na cidade.

FIGURA 253: Abrigo para passageiros de coletivos urbanos e interurbanos no bairro da Conceição em Campina Grande. Fonte: *Diário da Borborema*, 19/07/1959, p.08.

FIGURA 254: Detalhe do Aeroporto Salviano Leite, em Piancó-PB, inaugurado em 23 de janeiro de 1961. Detalhe para o apoio em “V” da edificação. Fonte: *Diário da Borborema*, 29/01/1961, p.01.

FIGURA 255: Propaganda da Indústria de Implementos Agrícolas S.A. Fonte: *Diário da Borborema*, 26/07/1959, p.06.

FIGURA 256: Propaganda da Vulcan Material Plástico. Fonte: *Diário da Borborema*, 23/11/1960, p.06.

FIGURA 257: Propaganda do veículo DKW-VEMAG. Fonte: *Diário da Borborema*, 11/02/1961, p.05.

FIGURA 258: Propaganda da Indústria Neon Ltda. Fonte: *Diário da Borborema*, 30/11/1961, p.04.

A partir dos anos 1960, portanto, a arquitetura moderna tornou-se a linguagem arquitetônica predominante em Campina Grande, cidade que teve seu cenário visivelmente modificado, como visto nas imagens aéreas dos anos 1920 a 1960, apresentadas no primeiro capítulo. O conjunto de suas edificações reflete o processo de modernização por que passou a cidade a partir de fins dos anos 1940. A atuação de profissionais de formações diversas (arquitetos, engenheiros e desenhistas), locais ou advindos de outros estados, em especial de Pernambuco e do Rio de Janeiro, é parte fundamental deste processo. O poder público desempenhou um papel significativo e pioneiro na manifestação da arquitetura moderna em Campina Grande. Todavia, a iniciativa privada também teve uma função essencial, tornando ainda mais complexa a discussão sobre o tema da “difusão da arquitetura moderna brasileira”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início da pesquisa, procuramos recolher e sistematizar o máximo de informações e documentos sobre a produção de arquitetura moderna de Campina Grande. Um grande número de obras ficou fora do texto final, para evitar que este se tornasse prolixo ou resultasse em uma espécie de catálogo de obras e autores. Pareceu mais proveitoso selecionar os agente e produções mais significativas, para o desenvolvimento de um debate sobre as características gerais – mas também as especificidades – do processo de difusão da arquitetura moderna brasileira.

Dada a heterogeneidade de formações (arquitetos, engenheiros, construtores e desenhistas) e de origens (profissionais não apenas campinenses, mas advindos de outras localidades), preferimos tratar da produção arquitetônica da cidade dos anos 1950 e 1960 em dois capítulos e a partir da seleção de temas considerados de maior relevância: as obras pioneiras, a produção de Augusto Reynaldo, a modificação do quadro de profissionais, o processo de verticalização, as residências projetadas pelo desenhista Geraldino Duda.

Na perspectiva de uma contribuição ao esforço de compreensão dos processos de difusão da arquitetura moderna brasileira em geral e no âmbito nordestino em particular, alguns aspectos do trabalho merecem ser ressaltados.

Já no artigo realizado para o Seminário Docomomo Norte-Nordeste, realizado em João Pessoa, sobre a ainda pouco estudada produção residencial de Augusto Reynaldo em Campina Grande, se destacava não somente a importância de sua obra, mas também de uma trajetória paralela, que envolve tanto sua produção na cidade, como a de Recife.

O caso da produção do arquiteto-licenciado Hugo Marques é igualmente interessante. Se ele é apontado por Naslavsky (1998), como um representante das primeiras “iniciativas modernizantes” na cidade do Recife e fica ausente dos estudos sobre a produção pernambucana dos anos 1950 e 1960, aparece com destaque na Campina Grande desse período, tendo projetado diversas residências e tendo sido parte fundamental no processo de verticalização da cidade.

Como se pôde verificar, não somente os profissionais pernambucanos foram preponderantes na configuração de um ambiente arquitetônico moderno em Campina Grande. O desenhista Geraldino Duda projetou um número expressivo de residências para as classes média e alta, além de outras tantas obras realizadas durante sua atuação como desenhista do Departamento de Planejamento e Urbanismo. Aí também se destacou o engenheiro Austro de França Costa, outro ator

fundamental para a modernização da arquitetura de Campina Grande, junto ao poder público e à iniciativa privada, dirigindo a INCOTEC (Indústria e Comércio Técnica), responsável pela construção de casas próprias em alguns loteamentos da cidade.

Além disso, faz-se notar a grande quantidade de engenheiros que participaram do processo de difusão da arquitetura moderna em Campina Grande. Giuseppe Gioia, Lynaldo Cavalcanti e Max Hans Karl Liebig são alguns dos nomes importantes, a mostrar a fluidez dos limites da atuação profissional entre arquitetos e engenheiros.

Desempenharam um papel importante também, os arquitetos pernambucanos ou cariocas que projetaram obras de grande repercussão na cidade: do Recife, Heitor Maia Neto, com a Escola Politécnica; Tertuliano Dionísio, com o Campinense Clube, o Clube do Trabalhador, dentre outras obras; Antônio Seifert e João Batista Corrêa da Silva, do Rio de Janeiro, com o projeto do Clube Médico Campestre; além dos arquitetos e urbanistas contratados para a elaboração do Plano Diretor da cidade – Hélio Modesto, Adina Mera e Wit Olaf Prochnik –, que infelizmente não pôde ser concluído. Essas personalidades e obras são parte constitutiva da arquitetura moderna em Campina Grande e certamente merecem ter aprofundada, em estudos futuros, a avaliação de sua contribuição na consolidação da produção moderna na cidade.

A análise do período revelou ainda outros aspectos fundamentais para compreender tanto a especificidade da produção arquitetônica campinense como a complexidade do processo de difusão da arquitetura moderna. Entre estes aspectos destacam-se o papel relevante da iniciativa privada e das incorporações imobiliárias, a influência e o intercâmbio com profissionais pernambucanos e uma “vontade” difusa, mas fortemente marcada, de se equiparar aos grandes centros, não apenas no âmbito da arquitetura, mas na “modernização” da cidade como um todo: o aparato administrativo, a imagem da cidade, e as relações econômicas e sociais deveriam, no imaginário local, estar “antenados” com os acontecimentos das metrópoles brasileiras, norte-americanas e européias.

Por outro lado, algumas obras que estavam ausentes – ou não tinham tanto destaque – nos levantamentos preliminares, trouxeram para a pesquisa novos temas e reflexões, como é o caso da contemporaneidade das construções do prédio dos Correios e Telégrafos e do edifício da Maternidade Municipal Elpídio de Almeida. Se, em relação ao projeto inicial, esses temas constituíram desvios de rota, foram eles que definiram o caráter final do trabalho e permitiram refletir sobre as dificuldades e limitações, mas também a potencialidade dos trabalhos sobre a difusão como contribuição para a historiografia da arquitetura brasileira.

Foi imprescindível, por exemplo, o esforço de dar concretude, no âmbito da arquitetura, à noção das temporalidades diversas que apareciam no discurso de Georg Simmel sobre o moderno. Essa noção é fundamental para superar a visão, ainda enraizada, de um processo mecânico de

linearidade, isto é, de “estilos” que se sucedem (o eclético, o neocolonial, o déco e o moderno)¹. O paralelo realizado, para o caso de Campina Grande, entre o *art déco* e o *moderno*, reafirma a necessidade de rever convenções desta natureza.

Para a pesquisa, essa argumentação mostra que foi o próprio objeto quem revelou o problema. As duas obras – os correios e a maternidade – coincidentes temporalmente, e com opções de linguagens distintas, ambas com projetos desenvolvidos no Rio de Janeiro (pelo aparelho do Estado central), desmontam a idéia de seqüência linear temporal, ao mesmo tempo em que determinaram a necessidade de se falar no *art déco* em nosso trabalho. Por isso, tornou-se indispensável, também, uma discussão sobre a “categorização” dessas linguagens, daí termos dedicado um item do segundo capítulo para debater a utilização do termo “*déco*”, em lugar do “*protomoderno*” que vem sendo utilizado em diversas pesquisas sobre a produção do período.

Quanto à complexidade do tema da difusão, que antecipamos na introdução do trabalho, algumas questões podem ser pontuadas, ainda que de forma preliminar, tendo em vista a forma incipiente e limitada com que esse tema tem sido tratado na historiografia da arquitetura brasileira. Dada a dificuldade da narrativa dominante dessa historiografia, já apontada por Martins, em incorporar as relações entre arquitetura, cultura, cidade e técnica, parece que, até o momento, não se consolidou uma reflexão sobre o complexo modo de apropriação pelos mecanismos de mercado, dos valores, formas e procedimento técnicos e soluções espaciais elaborados pela produção erudita, em especial para além dos grandes centros.

A maioria dos trabalhos que se insere na temática, embora importantes na constituição de um corpus documental relevante, tem mantido uma leitura da difusão de caráter apenas geográfico e temporal. Acrescente-se a essa limitação, a evidência de uma pluralidade da produção moderna brasileira que só poderá ser adequadamente compreendida, se for adotada uma visão mais abrangente sobre o tema da “difusão”. Isso porque, como constata Martins (1999, p.20)²,

(...) num dado momento da história do país, a classe média, inclusive das pequenas cidades do interior, teve o *moderno* como valor. E mais surpreendente, tinha uma imagem clara de um projeto arquitetônico – o de Niemeyer ou da “arquitetura brasileira” – como expressão desse valor. Algumas pesquisas, ainda preliminares e assistemáticas, chamam a atenção para o fato de que a maioria destas casas é anterior à construção de Brasília. Não foi o intenso efeito-demonstração da exposição na mídia da aventura de Brasília o detonador dessa adesão. Se Giedion tinha razão em sua surpresa, então o tema da difusão da arquitetura moderna tem uma relevância a que ainda não se ofereceu uma resposta satisfatória.

Para Martins (1999), Giedion (1956) abriu a possibilidade de pensar o tema da difusão de uma perspectiva positiva, quando percebeu que “no Brasil se alcançou um certo nível de realização”

¹ A reflexão sobre esse tema foi proposto por Carlos A. Ferreira Martins durante o Exame Geral de Qualificação, realizado em Junho/2010, e apoiado pelos demais integrantes da banca examinadora.

² Tradução da coletânea de Guerra (2010, v.2, p.160).

que vinha sendo mantido, e ainda que as características encontradas nas obras de algumas “individualidades excepcionais” estavam presentes também no nível médio da produção arquitetônica, o que não teria ocorrido na maioria dos outros países, conforme registra em seu prefácio ao livro de Mindlin, *“Modern Architecture in Brazil”*. Ele, assim como Mindlin (1956), constata que o próprio mercado imobiliário havia começado a absorver certos procedimentos e valores da produção erudita de arquitetura no Brasil, estendendo a abrangência desse certo “nível médio de qualidade” da arquitetura brasileira que, em geral, a historiografia trata com pouca atenção, quando não com conotações fortemente negativas.

A percepção de que é necessário avançar na compreensão da enorme diversidade dos fenômenos da difusão da arquitetura moderna brasileira e, sobretudo, na complexidade conceitual da própria idéia de difusão, nos levou, ao final do trabalho de elaboração da dissertação, à proposição de uma pesquisa de doutorado, intitulada *“Os Sentidos da Difusão da Arquitetura Moderna Brasileira (1945-1970)”*, apresentada ao processo seletivo 2011 do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP, São Carlos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Adriana Leal de. **Arquitetura moderna residencial de Campina Grande**: registros e especulações (1960-1969). Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.
- _____. **Da construção de uma arte nacional aos murais de Campina Grande**. In: 8º Seminário Docomomo Brasil, 2009, Rio de Janeiro. Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes. Anais.
- _____. **Difusão da arquitetura moderna em Campina Grande-PB**: necessidades e desafios para preservação de um patrimônio ameaçado. In: 3º Seminário Docomomo Norte-Nordeste, 2010, João Pessoa. Morte e Vida Severinas: das Ressurreições e Conservações (Im)possíveis do Patrimônio Moderno no Norte e Nordeste do Brasil. Anais.
- ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Edições da Livraria Pedrosa. Campina Grande: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 1962.
- ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3ª ed. rev. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura, 1980.
- ALVES, Mariana G. Reynaldo. **Augusto Reynaldo**: resgate de uma obra. Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.
- ARANHA, G. B. **Campina Grande no espaço econômico regional**: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957). Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1991.
- ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. A ciranda da política campinense: 1945/1964. In: GURJÃO, E. de Q. (org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria de Educação, 2000, p.79-100.
- ART déco na América Latina. Centro de Arquitetura e Urbanismo. **1º Seminário Internacional**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, Solar GrandJean de Montigny, 1997.
- BARBOSA, Fabrício Lira. **De Rainha a Plebéia**: inventário das transformações urbanas e arquitetônicas de Campina Grande entre 1935-1945. Trabalho Final de Graduação – Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1999.
- BARBOSA, Maria José Lira. **Indústria sem industrialização**: um projeto que (não) deu certo. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Educação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1991.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CABRAL FILHO, S. **A cidade através de suas imagens**: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.

- CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande: Caravela. Secretaria de Educação, Núcleo Cultural Português. 1998.
- CAMPINA Grande é grande, de verdade... **Revista Tambaú**. nº4, 1996, p.39-42.
- CARDOSO, M. F. T. C. Campina Grande e sua função como capital Regional. In: Separata da **Revista Brasileira de Geografia**, ano XXV, n. IV. Edição comemorativa do centenário da cidade de Campina Grande, Maio 1964.
- CARVALHO, Juliano Loureiro de; ALMEIDA, Adriana Leal de. **Augusto Reynaldo**, introdutor e difusor da arquitetura residencial moderna em Campina Grande-PB. In: 3º Seminário Docomomo Norte-Nordeste, 2010, João Pessoa. Morte e Vida Severinas: das Ressurreições e Conservações (Im)possíveis do Patrimônio Moderno no Norte e Nordeste do Brasil. Anais.
- CARVALHO, Juliano; QUEIROZ, Marcus Vinicius; TINEM, Nelci. **Trem veloz, rupturas lentas**: arquitetura como produção do espaço urbano em Campina Grande (1907-1935). In: XII Encontro Estadual de História, 2006, Cajazeiras. História e Multidisciplinaridade: fronteiras e deslocamentos. Campina Grande: UFCG/ANPUH-PB, 2006. Anais.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. O Cine Metrôpole e a Pampulha: o *art déco* e o moderno em Belo Horizonte. In: ART *déco* na América Latina. Centro de Arquitetura e Urbanismo. **1º Seminário Internacional**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, Solar GrandJean de Montigny, 1997, p.179-183.
- CAVALCANTI, Lauro. **Quando o Brasil era moderno**: guia de arquitetura 1928-1960. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- _____. LAGO, A. C. **Ainda moderno?** Arquitetura brasileira contemporânea. Nova Fronteira, 2006.
- CONDE, Luiz Paulo Fernandez. *Art déco*: modernidade antes do movimento moderno. In: ART *déco* na América Latina. Centro de Arquitetura e Urbanismo. **1º Seminário Internacional**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, Solar GrandJean de Montigny, 1997, p.69-73.
- CORREIA, Telma de Barros. *Art déco* e indústria, Brasil décadas de 1930 e 1940. In: **Anais do Museu Paulista**, v.16, n.2, São Paulo: jul./dez. 2008, p.47-104. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v16n2/a03v16n2.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2010.
- DE ANDA, Alanis Enrique X. A arquitetura *déco* no México: uma proposta de vanguarda em tempos de modernidade. In: ART *déco* na América Latina. Centro de Arquitetura e Urbanismo. **1º Seminário Internacional**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, Solar GrandJean de Montigny, 1997, p.29-36.
- ELIASH, Humberto. O *art déco* no Chile: último estilo acadêmico e primeiro estilo moderno. In: ART *déco* na América Latina. Centro de Arquitetura e Urbanismo. **1º Seminário Internacional**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, Solar GrandJean de Montigny, 1997, p.55-58.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- FERREIRA, Edilaine Custodio. Raízes do Brasil: uma interlocução entre Simmel, Weber e Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Urutágua** – revista acadêmica multidisciplinar (CESIN-MT/DCS/UEM), n.5, dez/jan/fev/mar. 2004 – Maringá, Paraná. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/005/11his_ferreira.htm>. Acesso em: 18 jun. 2008.
- FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- GIEDION, Sigfried. O Brasil e a arquitetura contemporânea. In: MINDLIN, Henrique E. **Arquitetura moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/IPHAN, 2000, p.17-18.
- GOODWIN, Philip L. **Brazil Builds: architecture new and old 1652 – 1942**. New York: The Museum of Modern Art, 1943.
- GORELIK, Adrián. A produção da “cidade latino-americana”. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v.17, n.1. São Paulo, jun. 2005a.
- _____. O moderno em debate: cidade, modernidade e modernização. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). **Narrativas da modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, pp.55-80.
- _____. **Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005b.
- GUERRA, Abilio (org.). **Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira**, v.1-2. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. Para onde o poder vai, a feira vai atrás: estratégias de poder da elite campinense, da Monarquia à República Nova. In: GURJÃO, E. de Q. (org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria de Educação, 2000, p.29-57.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- HOLANDA, Armando de. **Roteiro para construir no Nordeste**. Recife: MDU/UFPE, 1976.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Vol. XVII. Rio de Janeiro, 1960.
- KING, Anthony D. **The bungalow: the production of a global culture**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1995.
- LARA, Fernando Luiz. **The rise of popular modernist architecture in Brazil**. Gainesville: University Press of Florida, 2008.
- LIMA, Damião de. **Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)**. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. História Econômica. São Paulo, 2004.
- _____. [et al]. **Estudando a história da Paraíba**. Campina Grande: Editora Cultura Nordestina, 1999.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. O *art déco* no espaço do espetáculo: o teatro João Caetano. In: ART *déco* na América Latina. Centro de Arquitetura e Urbanismo. **1º Seminário Internacional**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, Solar GrandJean de Montigny, 1997, p.159-164.
- MARTINS, Carlos A. F. A identidade nacional e Estado no projeto modernista: modernidade, estado e tradição. **Óculum**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontífica Universidade Católica de Campinas, n. 2, setembro/1992.
- _____. **Arquitetura e Estado no Brasil: elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil; a obra de Lucio Costa 1924/1952**. Dissertação (mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. História Social. São Paulo, 1987.

- _____. **Arquitetura moderna brasileira em contexto:** uma proposta de revisão historiográfica. São Paulo, 1998. Tese (Livre docência) – USP.
- _____. **Construir uma Arquitetura.** Construir um país. In Schwarz, Jorge (org.) Brasil 1920-50. Da Antropofagia a Brasília. São Paulo: FAAP/Cosac Naify, 2002, pp. 373-436.
- _____. **Hay algo de irracional:** apuntes sobre la historiografía de la arquitectura brasileña. Block Revista de la Cultura de la Arquitectura la Ciudad y el Territorio, Buenos Aires, v. 4, n. 4, pp. 8-22, 1999.
- MELO, Alexandra Consulin Seabra de. **Yes, nós temos arquitetura moderna!** Reconstituição e análise da arquitetura residencial moderna em Natal das décadas de 50 e 60. Dissertação (mestrado) – PPGAU, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2004.
- MINDLIN, Henrique E. **Arquitetura moderna no Brasil.** Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/IPHAN, 2000.
- _____. **Modern Architecture in Brazil.** Rio de Janeiro: Colibris Editora Ltda., 1956.
- NASLAVSKY, Guilah. **Arquitetura moderna em Pernambuco, 1951 – 1972:** as contribuições de Acácio Gil Borsoi e Delfim Fernandes Amorim. Tese (doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- _____. **Modernidade arquitetônica no Recife:** arte, técnica e arquitetura, de 1920 a 1950. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.
- OLIVEIRA, Luciana de Lima; DIAS, Paulo Renato Ramos. A presença do *art déco* na arquitetura do subúrbio carioca. In: ART déco na América Latina. Centro de Arquitetura e Urbanismo. **1º Seminário Internacional.** Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, Solar GrandJean de Montigny, 1997, p.184-188.
- PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Novos edifícios, nova visão urbana:** difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974). 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.
- PEREIRA, Margareth da Silva. **Os correios e telégrafos no Brasil:** um patrimônio histórico e arquitetônico. São Paulo: MSP/Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1999.
- PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Moderno ou *moderne*? Questões sobre a arquitetura francesa no entreguerras. In: ART déco na América Latina. Centro de Arquitetura e Urbanismo. **1º Seminário Internacional.** Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, Solar GrandJean de Montigny, 1997, p.205-210.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **O homem que projetou o teatro municipal:** Geraldino Duda. Campina Grande, 2003.
- QUEIROZ, M. V. D. **Quem te vê não te conhece mais:** arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008.
- _____. ROCHA, Fabiano de Melo. Arquitetura Moderna em Campina Grande: emergência, difusão e a produção dos anos 1950. In: **1º Seminário DOCOMOMO Norte-Nordeste**, 8-11 mai. 2006. Recife. Anais.
- RAMOS, Jorge. Buenos Aires *déco*: a outra modernidade. In: ART déco na América Latina. Centro de Arquitetura e Urbanismo. **1º Seminário Internacional.** Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, Solar GrandJean de Montigny, 1997, p.61-66.

- REAL, Patricio del. Building a continent: MoMA's Latin American architecture since 1945 exhibition. **Journal of Latin American Cultural Studies**. Vol. 16, No. 1 March 2007, p.95-110.
- REZENDE, Antônio Paulo de M. **(Des)Encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. Universidade de São Paulo. Tese (doutorado em História). São Paulo, 1992.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; PECHMAN, Robert. **Cidade, povo e nação**. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1996, p.53-78.
- SANTOS, Paulo F. **Quatro séculos de arquitetura**. Rio de Janeiro: IAB, 1981.
- SCHELOTTO, Salvador. Uma abordagem do *art déco* no Uruguai. In: ART déco na América Latina. Centro de Arquitetura e Urbanismo. **1º Seminário Internacional**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, Solar GrandJean de Montigny, 1997, p.45-54.
- SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900 – 1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- _____. Modernidade pragmática: arquitetura no Brasil dos anos 1920 a 1940. In: ART déco na América Latina. Centro de Arquitetura e Urbanismo. **1º Seminário Internacional**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, Solar GrandJean de Montigny, 1997, p.170-178.
- SEGRE, Roberto. **América Latina, fim de milênio**: raízes e perspectivas de sua arquitetura. São Paulo: Studio Nobel, 1991.
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Campina Grande**: um centro comercial do Nordeste. SESC Departamento Nacional, 1964.
- SILVA, Iranise Alves da. **A crise da moradia**: a política habitacional para as classes de baixa renda em Campina Grande - PB. Rio de Janeiro: Agir; João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1987.
- SIMMEL, Georg. **Group expansion and the development of individuality**. In: LEVINE, Donald N. (org.). On individuality and social forms. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1971a, pp.251-293.
- _____. **Subjective culture**. In: LEVINE, Donald N. (org.). On individuality and social forms. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1971b, pp.227-234.
- _____. Georg. **O problema da sociologia**. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). Georg Simmel: sociologia. São Paulo: Ática, 1983, pp.59-78.
- _____. **The metropolis and mental life**. In: LEVINE, Donald N. (org.). On individuality and social forms. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1971c, pp.324-339.
- _____. The persistence of social groups II. **The American Journal of Sociology**, v.3, n.6, may, 1898, pp.829-836. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2761574>> Acesso em: 17 mai. 2008.
- SMITH, Roberta; FREITAS, Marcelo. Estudo para a preservação da arquitetura moderna na cidade do Recife (1930 a 1960). In: **2º Seminário DOCOMOMO Norte-Nordeste**, Salvador, 2008. Disponível em: <[http://www.docomomobahia.org/AF_Marcelo Freitas e Roberta Smith_1.pdf](http://www.docomomobahia.org/AF_Marcelo_Freitas_e_Roberta_Smith_1.pdf)>. Acesso em: 09 mar. 2010.
- SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, nº 46, 2003, p. 61-92.

- _____. **Cartografias e imagens da cidade:** Campina Grande 1920-1945. Tese (Doutorado) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 2001.
- SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos:** sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (tese de doutorado). Recife, 2002.
- SYLVESTRE, Josué. **Lutas de vida e morte:** fatos e personagens da história de Campina Grande (1945-1953). Brasília, 1982.
- TARGINO, Itapuan B. **Patrimônio histórico da Paraíba – 2000/2002.** João Pessoa: Idéia, 2003.
- TAVOLARO, Sergio B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, nº 59, out./2005, p.5-22.
- TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura. **Arquitetura e cidade:** a modernidade (possível) em Florianópolis, Santa Catarina – 1930-1960. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. Tese (doutorado). São Carlos, 2009.
- TINEM, Nelci. **O alvo do olhar estrangeiro:** o Brasil na historiografia da arquitetura moderna. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.
- TRAJANO FILHO, Francisco Sales. **D.V.O.P.:** arquitetura moderna, estado e modernização (Paraíba, década de 1930). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. Dissertação (mestrado). São Carlos, 2003.
- VÉRAS, C. C. L. **O espelho de Narciso:** uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935-1945). Monografia (Graduação) – Departamento de História e Geografia da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1988.
- WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel.** São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2000.
- _____. Simmel no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 50, n. 1, Jan. 2007, pp. 11-48. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n1/a02v50n1.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2008.
- XAVIER, Alberto (org.). **Depoimento de uma geração:** arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p.152-175.
- ZEVI, B. **História da arquitetura moderna.** Lisboa: Arcadia, 1970.

MATÉRIAS DE JORNAL:

- ANDRADE, Lopes de. Homo campinenses. **Diário da Borborema.** Campina Grande, 01 set. 1959, p.02.
- APROVADA a planta do Clube Médico Campestre. **Diário da Borborema.** Campina Grande, 30 mai. 1959, p.04.
- CAMPINA Grande é centenária. **A União.** João Pessoa, 11 out. 1964, p.08.
- CAMPINA Grande, um dos municípios de maior progresso. **Diário da Borborema.** 2º caderno. Campina Grande, 02 out. 1957, p.03.
- CIDADE em preto e branco. **Diário da Borborema.** Campina Grande, 17 out. 1961, p.07.

- CONCLUÍDA segunda etapa do plano diretor da cidade. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 31 jul. 1960, p.04.
- CONSTRUÇÃO da estação rodoviária e super-mercado de Campina Grande. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 13 mai. 1958, p.08 e 04-C.
- CONTRATO para a construção da estação rodoviária. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 09 mai. 1958, p.08.
- DIRETORIA do Campinense recebeu a planta de sua nova sede social. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 19 fev. 1960, p.08 e 04-D.
- DISCUTIDO, ontem, o projeto de elaboração do edifício sede da Escola Politécnica. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 27 mai. 1959, p.08 e 04-C.
- GOMES FILHO, Lino. Datas históricas de Campina Grande. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 20 out. 1961, p.03.
- GOVERNADOR abre crédito para o I centenário de Campina Grande. **A União**. João Pessoa, 05 mai. 1963, p.03.
- INAUGURAÇÃO solene, hoje, da boite do Campinense. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 14 nov. 1961, p.08 e 04-D.
- INSTANTÂNEOS da cidade. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 08 abr. 1958, p.07.
- LEVANTAMENTO aerofotogramétrico: pronto o da cidade de Campina Grande. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 30 dez. 1958, p.08 e 04-D.
- LOPES, J. S. Cidade-centro. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 26 mar. 1958, p.07.
- _____. Clube Médico Campestre. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 30 dez. 1958, p.02.
- _____. O arranha-céu. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 01 abr. 1958, p.07.
- MAIOR super-mercado do Nordeste será inaugurado hoje nesta cidade. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 04 mar. 1961, p.08.
- MENSAGEM do prefeito Elpídio de Almeida à câmara de vereadores. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 14 jun. 1958, p.08 e 04-A.
- SUPERMERCADO estará concluído dentro do prazo de trinta dias. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 13 jul. 1960, p.03.
- URBANIZAÇÃO e modernização. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 09 jan. 1958, p.02.
- VERDADEIRO monumento arquitetônico a futura sede do Campinense Clube. **Diário da Borborema**. Campina Grande, 03 fev. 1960, p.08.

WEBSITES:

- CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Fundação Getúlio Vargas**. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>.
- ESTATÍSTICAS do século XX. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.
- TEATRO Municipal Severino Cabral. Disponível em: <<http://www.teatromunicipalseverinocabral.com.br>>. Acesso em: 08 jun. 2008.

ANEXO I

“CONCLUSÕES DO LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DE CAMPINA GRANDE”

(Publicado originalmente no *Diário da Borborema*, 25 de Agosto de 1960) *

1 – Campina Grande é um centro urbano de grande importância regional. Não serve apenas de moradia para o proprietário rural, mas representa um centro de serviços que não existe na área circunvizinha. Possui uma minoria dinâmica, animada por um ideal de melhoria permanente, de alto nível cultural e cujos contactos se estendem a outros centros do país.

2 – Campina Grande já é, portanto, uma cidade mas não é, ainda, uma comunidade. Essa conclusão decorre da existência de graves problemas sanitários, alimentares e financeiros, que afligem a grande maioria de sua população, caracterizada por baixos níveis de salário e fraco poder aquisitivo.

3 – A cidade cresceu, acumulando funções que foram tornando mais complexa a sua fisionomia e diversificada a sua estrutura. Os principais elementos geradores do plano urbano foram: o açude e a estrada, que marcaram sua função de confluência de zonas pecuárias e de cidade contacto de zonas de economia diferente. A função comercial consolidou-se com a inauguração da Estrada de Ferro Great Western (1907). A cidade organizou-se em torno (sic) de um eixo: primeiro caminho de bois, depois ferrovia e finalmente rodovia, que influenciou as sucessivas distensões do plano urbano e imprimiu à cidade uma forma radial em direção ao oeste. Em 1935, o estabelecimento de grandes firmas de beneficiamento de algodão, estreitou as relações entre a cidade e o seu interland. Entre 1935 e 1940, processa-se a ocupação, ao longo das estradas, no sentido do oeste e o adensamento da área entre o açude novo e o açude velho.

4 – Os principais problemas do sítio de Campina Grande são a pobreza do solo em húmus e água, que torna difícil e custosa a agricultura, e obriga a cidade a abastecer-se em áreas vizinhas sobre as quais influi e das quais passa, por outro lado, a depender.

5 – A cidade cresceu irregularmente, deixando lacunas na área urbana e os “bairros” não receberam uma organização consciente e planejada, o que leva a problemas de desalinhamento, crescimento caótico e congestionamento de tráfego. Não há, ainda, separação nítida entre a cidade e a zona rural, isto porque não houve uma cisão nem ecológica nem sociológica entre as duas. O crescimento da cidade não foi acompanhado de uma rigorosa divisão de trabalho entre as suas zonas e a respectiva população.

* Foi respeitada a grafia original.

6 – O término da 2ª grande guerra trouxe nova onda de expansão urbana e a criação de “novos bairros”. A criação das linhas de transporte urbano marca essa expansão recente. Todas essas linhas de transporte convergem para o centro da cidade, onde se reúnem quase todas as funções e serviços de Campina Grande.

7 – Os bairros não sofreram, ainda, a necessária especialização. Servem apenas de dormitórios para essa população, que supre suas necessidades fundamentais no centro da cidade. Por isso, há uma preferência pela moradia no Centro e no Prata, devido à proximidade e à abundância dos serviços existentes.

8 – Em nossas tabelas e gráficos ficou acentuada a predominância de tipos de habitação característica de uma população com baixos níveis de vida. Percorrendo a cidade, bairro por bairro, verificamos que, ainda é reduzido o número de bairros cujas habitações revestem o mínimo de requisitos da implantação urbana.

9 – Há uma tendência para a residência perto do local de trabalho porque, dados os baixos níveis de salário, o transporte coletivo ainda é um luxo que poucos podem pagar. Além disso, o traçado das linhas de coletivos obriga os trabalhadores das indústrias periféricas a tomar mais de uma condução.

10 – Como se vê dos mapas que elaboramos, a ocupação das diversas áreas é muito desigual. As estimativas atuais, para o centro urbano de Campina Grande, indicam uma população de 110.000 habitantes (1960). O aglomerado mais considerável seria a Liberdade (20.000), depois José Pinheiro (17.000) e Monte Santo (16.500). O Centro teria 12.000 habitantes, o Prado 11.000 e os outros ficariam em 9.000 ou daí para baixo. As maiores densidades por ha. seriam em José Pinheiro (153), Monte Castelo (151), Prata (132) e Centro (131). As maiores densidades por prédio estariam no Centro (6,4), São José (6,1) e no Prado (6,0).

11 – Encontramos em Campina Grande os seguintes tipos de casas com suas variantes: (1) de taipa, mal tratada, telhada, sem forro, piso de terra, podendo apresentar-se em condições piores ou melhores, às vezes com fossa, podendo ter ou não revestimento e água comprada; (2) a de taipa e tijolo, às vezes com revestimento de tijolo na frente, o piso podendo ser de cimento, mas sem cobrir todos os compartimentos, outras vezes o tijolo é também usado nas repartições internas; seus moradores tem fossa, usam luz elétrica, criam animais, tem água próxima ou compram-na; (3) a de tijolo, que pode ser bem ou mal cuidada; o piso é de cimento, telhada, sem forro, o número de quartos aumento, tem fossa, luz e facilidade de água; e (4) a casa de luxo com telha francesa, forro de madeira, esmero arquitetônico, maior divisão e especialização dos compartimentos; a área da casa e do terreno aumentam consideravelmente; o mobiliário inclui todas as comodidades; tem água encanada, fossa interna, pode ser própria ou alugada.

12 – Os fatores que determinam o preço do aluguel das casas parecem ser os seguintes: (1) proximidade do centro da cidade; (2) localização em rua de maior movimento e facilidade de transporte, por exemplo, passagem de lotação; (3) ter ou não saneamento; (4) o material de construção, as condições de conservação e o número de dependências; (5) melhores condições de vizinhança no bairro; (6) tempo de duração do aluguel, tanto mais barato quanto mais antigo for o morador.

13 – Um dos setores preferenciais de investimento parece ter sido o setor imobiliário, dada a grande valorização das casas sobretudo as de menor tamanho que permitem, num prazo mais curto, uma grande remuneração do capital.

14 – O Município de Campina Grande, apesar do processo intenso de urbanização que vem sofrendo, ainda possui alta percentagem de população rural (53%). Suas principais características demográficas são: alta percentagem de população branca (88%), percentagem reduzida da população de cor (12%) e insignificante de pardos; alta percentagem de solteiros (38%); alta percentagem de população dependente, isto é, a que se coloca entre zero e 19 anos, de um lado, e acima de 60 de outro (57,6%); preponderância das mulheres sobre os homens, o que tudo indica um centro etapa de correntes migratórias. Entre as atividades econômicas prepondera a agricultura (55%), logo seguida pelo setor terciário (34,5%). Isso mostra que o processo de urbanização não se deve, propriamente, a uma concentração de indústrias mas a uma intensificação do comércio e dos serviços, assumindo, portanto, caráter nitidamente terciário. O crescimento do Município, apesar da porcentagem da população rural, se deve, principalmente ao centro urbano. A população urbana absorveu a do quadro suburbano.

15 – A população móvel de Campina Grande é constituída principalmente, pela migração das zonas rurais. Os bairros pobres da cidade parecem ter começado a formar-se em 1940 e o movimento intensificou-se até 1955, decrescendo daí para diante.

16 – Essa migração cria sérios problemas para o município sob a forma de crianças e velhos abandonados, obrigando à manutenção de instituições especializadas, aumentando a quantidade de solteiros, a desproporção dos sexos e os desníveis sociais dentro da cidade.

17 – A cidade deve defender-se contra a precariedade dos ciclos econômicos que a desenvolveram, mas cuja interrupção ou desvio podem trazer-lhe grave crise. A subordinação da cidade ao interland rural e à economia regional cria uma instabilidade permanente para o centro urbano, ameaçando a circulação de riqueza, da qual a cidade se abastece, como ocorre com o algodão e os minérios.

18 – A procura de um equilíbrio regional deve fazer-se através da criação de complexos industriais estáveis, como o que se relaciona a torta de algodão e introdução de frigoríficos, e, por outro lado,

ao planejamento da zona rural através da transformação técnica e da racionalização do município. O incentivo a produção agrícola diversificada aumentará a capacidade aquisitiva da população rural e melhorará o abastecimento dos centros vizinhos, criando, por sua vez, o estímulo à implantação de indústrias de beneficiamento e transformação dos produtos agrícolas.